



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS
SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
“TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES
CULTURAIS NO CERRADO”**



WAGNER ABADIO DE FREITAS

**A PRODUÇÃO DA CENTRALIDADE DE CERES NO
TERRITÓRIO GOIANO: TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS
ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 A 1970**

**ANÁPOLIS
2015**

WAGNER ABADIO DE FREITAS

**A PRODUÇÃO DA CENTRALIDADE DE CERES NO
TERRITÓRIO GOIANO: TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS
ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 A 1970**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Mello.

Anápolis
2015

WAGNER ABADIO DE FREITAS

A PRODUÇÃO DA CENTRALIDADE DE CERES NO TERRITÓRIO GOIANO: TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 A 1970

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, aprovada em _____ de _____ de 2015, pela Banca Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Marcelo de Mello
Presidente / UEG-TECCER

Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas
Membro / UEG-TECCER

Prof. Dr. Elson Rodrigues Olanda
Membro Externo / UFG-CEPAE

Profa. Dra. Janes Socorro da Luz
Membro Suplente / UEG-TECCER

Anápolis
2015

A minha Esposa, Esmeralda;
Aos meus filhos, Gabriel e Maria Fernanda,
Com muito amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Quero dedicar este trabalho especialmente à minha esposa Esmeralda, que sempre apoiou de forma sublime as decisões que redimensionaram minha vida profissional e pessoal;

Ao meu filho Gabriel, que mesmo com cinco anos de idade conseguiu assimilar, respeitar e “entender” o quanto era importante o desenvolvimento desta pesquisa e por quem em alguns momentos o coração partia quando me chamava para brincar e eu respondia: “Filho, agora o papai não pode”;

Aos meus pais, Antônio e Amélia, toda gratidão pelo apoio e ensinamentos;

Ao meu sogro, Antônio Carlos – memórias póstumas – e minha sogra, Sônia Nara, pelo apoio e incentivo;

Aos meus irmãos, Vagmar e Vânia, por fazerem parte de minha vida;

Ao meu orientador, professor Marcelo de Mello, pelo apoio, paciência e dedicação. Pela confiança depositada durante esta trajetória marcada por expectativas, sonhos e esperança, na certeza de que alcançaríamos os objetivos propostos. Meus eternos e sinceros agradecimentos;

Aos professores e colegas do “TECCER”;

Aos meus amigos, Ubirajara, Maria de Lourdes e Karina, que sempre se prontificaram a ficar com o Gabriel no período em que eu estava cursando as disciplinas. A vocês, muita gratidão e carinho;

Ao meu amigo Genilder, pelo apoio, atenção e incentivo;

Ao meu amigo Fernando, que acompanhou o início de minha trajetória profissional e acadêmica, obrigado;

Ao Instituto Federal Goiano Campus Ceres, que não mediu esforços para propiciar a liberação integral para que eu pudesse desenvolver com afinco esta pesquisa;

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), pela concessão da Bolsa de Estudos que muito contribuiu para que as metas estabelecidas durante da pesquisa fossem cumpridas.

RESUMO

O presente trabalho investigou as origens da centralidade exercida pela cidade de Ceres, a partir das transformações espaciais ocorridas entre as décadas de 1940 e 1970. Nesse percurso, avaliamos as repercussões dos discursos e das ações articuladas com vistas ao processo de modernização do território nacional, com ênfase no estado de Goiás. Para entender este processo, recorreremos aos conceitos de meio natural, meio técnico, meio técnico-científico e meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004), com foco na produção e incorporação do território goiano pelo sistema produtivo sediado na Região Sudeste do país. Nesse contexto, ressaltamos o papel do Estado e apresentamos os desdobramentos produzidos a partir da Marcha para o Oeste, tendo em vista a penetração do capital e a ampliação da fronteira agrícola. Investigamos o processo de criação das Colônias Agrícolas Nacionais, sobretudo da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), localizada na região do “Mato Grosso de Goiás”. Para a implantação da CANG, serviços de saúde e educação foram considerados essenciais. A partir do estabelecimento desses serviços, o núcleo urbano formado em decorrência da Colônia Agrícola Nacional de Goiás passou a exercer uma expressiva centralidade na Região do Vale do São Patrício e adjacências. No curso dessas mudanças, a capital do país foi transferida para o Planalto Central, promovendo uma nova dinâmica no processo de integração do território nacional. Numa escala regional, Ceres e outras cidades foram afetadas por Planos e Programas engendrados para consolidar o papel de Brasília, alterando a rede urbana constituída por meio das novas formas e dos novos conteúdos voltados para a modernização produtiva do Cerrado.

Palavras-chave: Território. Modernização. Integração. Centralidade. Ceres-GO.

ABSTRACT

This work investigated the sources of centrality made by the city of Ceres based on the special transformations that happened between the 40's and the 70's. In this way, we evaluate the repercussion from the actions and discourses articulated by the process of modernization of the national territory emphasizing the state of Goiás. To understand this process we resorted the concepts of natural, technical, technical-scientific and technical-scientific-informational environments (SANTOS, 2004), focusing on the production and incorporation of the territory of Goiás by the productive system from the Southwest region of the country. In this context, we highlight the role of the State and present the deployments produced from the March to the West, bearing in mind the permeation of the capital and the amplification of the agricultural border. We investigated the process of creation of the National Agricultural Colony of Goiás (CAGAN) located on the "Mato Grosso of Goiás" region. For the implantation of the CANG, educational and health services were considered as essential. From the creation of these services, the urban center formed by the National Agricultural Colony of Goiás began to practice an expressive centrality on the São Patrício Valley region and other nearby areas. During these changes, the country capital was transferred to the Planalto Central, promoting a new dynamic to the process of integration of the national territory. On a regional scale, Ceres and other cities were affected by Plans and Programs engendered to consolidate the role of Brasília, changing the urban web that was constituted by new forms and new contents toward the productive modernization of the Cerrado.

Keywords: Territory. Modernization. Integration. Centrality. Ceres-Goiás.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAN	Colônias Agrícolas Nacionais
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CODEG	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
PERGEB	Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília
PIN	Plano de Integração Nacional
PLADESCO	Plano de Desenvolvimento Social Econômico- Social do Centro-Oeste
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SALTE	Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento do Sul
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UEG	Universidade Estadual de Goiás
TECCER	Territórios e Expressões Culturais no Cerrado

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 –	Hospital da CANG	37
Figura 2 –	Escola Rural da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG	38
Figura 3 –	Estrutura física de uma moradia construída por uma família de colonos da CANG	41
Figura 4 –	Ponte de tambores sobre o Rio das Almas, estabelecendo a ligação entre Ceres e Rialma	52
Figura 5 –	Capa do Relatório elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e informações referentes ao processo de emancipação do município de Ceres	57
Figura 6 –	Estatuto que regulamenta o convênio estabelecido entre o Governo Federal e a Prelazia de Santana da Ilha do Bananal	64
Figura 7a –	Oficialização do processo de doação dos lotes e da estrutura física do Hospital da CANG	65
Figura 7b –	Oficialização do processo de doação dos lotes e da estrutura física do Hospital da CANG	66
Figura 8 –	Traçado da Rodovia Transbrasiliana no ano de 1959, a partir da capital do Estado de Goiás – Goiânia – em direção à região Norte	74

MAPAS

Mapa 01 –	Localização espacial das Colônias Agrícolas Nacionais, com destaque para CANG – Estado de Goiás, 1940	31
Mapa 02 –	Área da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, 1958	36
Mapa 03 –	Rede de Transporte existente na região do Mato Grosso Goiano - Estado de Goiás, 1950	47
Mapa 04 –	Localização geográfica do município de Ceres-GO, 1953	58
Mapa 05 –	Planta urbana da Cidade de Ceres, 1974	61
Mapa 06 –	Área de atuação do PRODOESTE Estado de Goiás, 1972	83
Mapa 07 –	Bacias Leiteiras no Estado de Goiás, 1972	85
Mapa 08 –	Fluxo de destino da produção de milho no Estado de Goiás, 1972	86
Mapa 09 –	Sistema viário existente na Região Centro-Oeste, 1973	88
Mapa 10 –	Sistema de comunicações existente na Região Centro-Oeste, 1973	89
Mapa 11 –	Sistema elétrico existente na Região Centro-Oeste, 1973	90
Mapa 12 –	Sistema Viário programado na Região Centro-Oeste, 1973	92

Mapa 13 –	Sistema de Comunicações projetado na Região Centro-Oeste, 1973	93
Mapa 14 –	Sistema Elétrico projetado na Região Centro-Oeste, 1973	94
Mapa 15 –	Áreas – Programa selecionadas pelo Pladesco na Região Centro-Oeste, 1973	96
Mapa 16 –	Região programa de Brasília 1975/1979 (áreas selecionadas) .	101

ORGANONOGRAMAS

Organograma 1 –	Ordem cronológica de criação das Colônias Agrícolas Nacionais	30
Organograma 2 –	Ordenamento e sobreposição entre os níveis de governo na produção do território nacional	54

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO

Quadro 1 –	Compatibilização da programação regional com as prioridades nacionais	95
------------	---	----

TABELAS

Tabela 1 –	Produção Agrícola da Colônia Agrícola Nacional de Goiás nos anos de 1947 e 1950	39
Tabela 2 –	Trechos existentes, por construir e a quilometragem da Rodovia Transbrasiliana, no ano de 1945	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 CAPÍTULO 1 – “A CONQUISTA DO OESTE” NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	 15
1.1 AS RELAÇÕES DE PODER E O PAPEL DO ESTADO	15
1.2 O TERRITÓRIO NACIONAL E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO	20
1.3 O ESTADO NOVO E O DISCURSO DA MARCHA PARA O OESTE	22
1.4 O ESTADO E O TERRITÓRIO: DO DISCURSO À MATERIALIZAÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS NACIONAIS	26
 CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CERESINO A PARTIR DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS – CANG	 34
2.1 A CANG E A REDEFINIÇÃO NOS USOS DO TERRITÓRIO	34
2.1.1 Cang: planejamento e disciplinarização territorial	40
2.2 A RELAÇÃO ENTRE A CANG E O PLANO SALTE (SAÚDE, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E ENERGIA)	44
2.3 EMANCIPAÇÃO E (RE) FUNCIONALIZAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE A CANG E O MUNICÍPIO DE CERES	51
2.4 CERES: O PLANO URBANÍSTICO E POLARIZAÇÃO REGIONAL	59
 CAPÍTULO 3 – CERES NO CONTEXTO REGIONAL AMPLIADO: O EIXO CERES-ANÁPOLIS PRESENTE NA MARCHA PARA O OESTE E NO PERGEB	 69
3.1 O PARADIGMA DESENVOLVIMENTISTA NA ERA JK E A INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL	69
3.2 A SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (SUDECO): PRESENÇA E LEGITIMIDADE DO ESTADO	75
3.3 PLANOS E PROGRAMAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	80
3.3.1 O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB)	98
3.4 O EIXO CERES-ANÁPOLIS: UMA SOBREPOSIÇÃO DE TEMPOS DESIGUAIS	102
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
 REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

O território possui marcas tangíveis expressas nas paisagens produzidas socialmente. Essas marcas apresentam sobreposições espaciais e temporais reveladoras das intenções presentes em cada momento, em cada lugar. No que se refere especificamente a Ceres, entendemos que a paisagem reveladora das relações territorializadoras da cidade possibilitam investigações relativas ao processo de produção do território goiano.

Nesse sentido, para analisar as particularidades desta cidade, consideramos eventos que antecederam a criação da mesma. Tais eventos estão diretamente relacionados às diretrizes impostas para a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), criada a partir de intervenções diretas do Governo Federal.

As intervenções originaram uma infraestrutura diferenciada, pois estavam pautadas em normas pensadas para estabelecer uma nova relação entre o homem e a terra. Vários autores investigaram esta temática e trouxeram contribuições significativas. Entre eles: Castilho (2009), Pessoa (2009), Silva (2008), Andrade (2006), Cardoso (2005), Estevam (2004), Azevedo (1989), Vainer (1989), Ferreira (1986), Sayão (1984), Dayrell (1974), Waibel (1958) e Faissol (1952).

Os trabalhos desenvolvidos e registrados em livros, teses, dissertações e artigos científicos, além do processo investigativo proposto, evidenciaram que Ceres apresenta características peculiares quando a comparamos com outras cidades pequenas, principalmente ao considerarmos os serviços de saúde oferecidos na cidade. Esta característica delineou um questionamento que ganhou relevância e orientou a pesquisa: como uma cidade pequena, com população em torno de vinte mil habitantes, tornou-se referência em serviços de saúde, atraindo a população de uma Microrregião que, segundo o IBGE (2010), possui cerca de 230.000 habitantes?

Para responder ao questionamento elaborado, entendemos ser relevante compreender o papel do Estado no processo de modernização do território goiano, com ênfase nas transformações espaciais produzidas a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

Nessa perspectiva, o recorte temporal considerou os eventos que marcaram discursos e ações ocorridos entre as décadas de 1940 a 1970, tendo em vista as iniciativas centradas no planejamento governamental.

Quanto ao recorte espacial proposto no trabalho, a escala de análise, em determinados momentos do processo investigativo, extrapolou o território da CANG e do município de Ceres, pois as relações neles manifestadas estavam vinculadas às distintas esferas de governo (municipal, estadual e federal).

Em relação à base teórica utilizada, recorremos à proposta elaborada por Milton Santos, o qual estruturou um conceito de periodização (SANTOS; SILVEIRA, 2004). Este conceito balizou o entendimento do processo de modernização do território por meio da sucessão dos meios naturais, dos meios técnicos e do meio técnico científico-informacional.

A partir do referencial indicado, analisamos as transformações engendradas pelos agentes hegemônicos, com o intuito de integrar o Estado de Goiás ao sistema produtivo sediado na Região Concentrada do país. Nesse contexto, o processo investigativo visou:

- Apontar as estratégias utilizadas pelos atores hegemônicos no processo de modernização produtiva do cerrado e os instrumentos que legitimavam as relações de poder;
- Avaliar o papel do Estado na formação do território goiano a partir da “Marcha para o Oeste”;
- Analisar como a CANG interferiu no processo de regionalização do estado de Goiás;
- Averiguar a centralidade exercida por Ceres na Microrregião goiana “batizada” com seu nome.

Para desenvolvermos a pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados foram: revisão e leitura bibliográfica, levantamento de teses e dissertações que abordaram o tema, trabalhos de campo, levantamento de fontes documentais, elaboração de organogramas, mapas e tabelas.

Nesse percurso, visitamos órgãos públicos e privados em busca de informações, e analisamos documentos e relatórios relacionados ao objeto de pesquisa. Na cidade de Ceres privilegiamos documentos arquivados na Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e em cartórios, bem como no Hospital São Pio X.

Posteriormente, realizamos um detalhado levantamento bibliográfico e documental nas Bibliotecas do Senado e da Câmara Federal em Brasília. Por fim,

realizamos um trabalho minucioso no arquivo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), localizado na cidade de Goiânia.

Ao longo do processo investigativo encontramos algumas limitações referentes ao acesso de material e documentos relacionados ao objeto de estudo. Algumas informações obtidas eram imprecisas e parte dos registros históricos relacionados à CANG/CERES não foi encontrada. Mesmo com a carência de fontes primárias, os documentos recolhidos foram relevantes e trouxeram contribuições significativas.

Seguindo o ordenamento estabelecido, o presente trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo abordamos “A conquista do Oeste no processo de modernização do território brasileiro”, e estabelecemos algumas relações entre os agentes hegemônicos que atuaram nesse processo. Indicamos os principais eventos que marcaram a transição entre as relações de poder existentes no país, com vistas na modernização do território nacional.

No segundo capítulo, contemplamos “A produção do espaço ceresino a partir da Colônia Agrícola Nacional de Goiás”, com ênfase na região do Mato Grosso Goiano. Apresentamos as transformações produzidas nos usos deste território a partir das intervenções oficiais e estabelecemos as relações entre o meio natural e o meio técnico, assim como os desdobramentos que reafirmaram a centralidade exercida pela cidade de Ceres na região.

Após as análises e reflexões tecidas nos capítulos anteriores, no capítulo 3 destacamos “Ceres no contexto regional ampliado: o eixo Ceres-Anápolis presente na Marcha para o Oeste e no PERGEB”. Nesse capítulo, ressaltamos as repercussões produzidas no território goiano a partir da execução de Planos e Programas que contemplaram o recorte temporal e espacial proposto no trabalho, tendo em vista a inserção de objetos técnicos e os avanços técnicos e científicos que possibilitaram o processo de integração do território nacional. Por fim, apresenta-se os desdobramentos deste estudo para a compreensão do problema proposto.

CAPÍTULO 1 – “A CONQUISTA DO OESTE” NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

1.1 AS RELAÇÕES DE PODER E O PAPEL DO ESTADO

No período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o processo de modernização do território brasileiro é produto de contraditórios embates travados entre as elites agrárias e a burguesia emergente na região Sudeste do país.

Nessa perspectiva, abordamos no presente capítulo a política Varguista materializada no território nacional, com vistas ao processo de modernização produtiva. O discurso produzido pelo Estado Novo foi acompanhado por ações efetivas: o povoamento e a ocupação do interior do país, bem como a criação de uma infraestrutura mínima, voltada para a redefinição nos usos do território em diferentes escalas.

Esta redefinição provocou mudanças estruturais e conjunturais no território, que é constituído por diferentes temporalidades caracterizadas por distintas normas de regulação social. Segundo Santos (2006), o território é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e de ações, que se tornam complexos: os elementos produzidos adquirem especificidades e particularidades com valores, códigos e símbolos que solicitam entendimento.

Raffestin (1993) adverte que o espaço antecede a formação do território. O geógrafo francês entende que a produção do território decorre da ação de atores sintagmáticos¹ carregados de intencionalidades, articuladas para estabelecer um

¹ Para Raffestin (1993), o termo ator sintagmático “manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo. Assim, todas as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para ‘produzir’, *lato sensu*, uma ou várias coisas. O Estado é um ator sintagmático quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária, etc. A empresa é um ator sintagmático quando realiza um programa de produção. Isso significa que o ator sintagmático articula momentos diferentes de realização do seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas. “Esses atores sintagmáticos são, portanto, constituídos por atores-indivíduos que se integram ou são integrados num processo programado” (idem, p. 40).

processo de apropriação dos recursos² necessários ao exercício do poder. Nessa perspectiva, existe uma relação intrínseca entre as categorias espaço e território³.

Na composição de forças estabelecidas para o exercício do poder necessário à apropriação dos recursos, um agente aparece de forma destacada: o Estado. Uma concepção moderna de Estado, situando-o como produto de relações de poder, nos remete a uma reflexão acerca de sua relação com o território, a partir de abordagens processuais e sistêmicas. Moraes (2002) destaca que o território é um produto histórico decorrente das relações mantidas entre a sociedade e o espaço. Assim, ele só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e de seu desenvolvimento.

Para Santos (2006), a produção do território se dá por meio da materialização de tempos desiguais, a partir de articulações políticas caracterizadas pela assimetria, que capturam o espaço “transformando-o” em território pela via de arranjos estratégicos. Esses, por sua vez, objetivam a produção de ordenamentos territoriais caracterizados por formas e conteúdos diversos.

Raffestin (1993) destaca que o Estado, territorializado, é produto das ações da população que o habita e busca instrumentos para nele exercer suas influências diversas e difusas. A partir dos pressupostos indicados, é relevante investigar alguns instrumentos e estratégias utilizadas pelo Estado, com vistas à redefinição dos usos do território brasileiro no decorrer do regime autoritário-modernizador gestado no Governo de Getúlio Vargas, a partir dos anos de 1930.

O cenário político que precede a década de 1930 revela que o Estado estava distante das demandas apresentadas pelo embrionário processo de industrialização. Nesse contexto, entendemos que as transformações sociais e econômicas que romperam com o trabalho escravo não foram devidamente tratadas pelo Estado e impactavam diretamente na burguesia brasileira, restringindo as possibilidades de

² “Se refere a uma função, e não a uma coisa ou substância; é o meio para se atingir um fim, e à medida que este fim ou objetivo muda, os recursos podem mudar também” (RAFFESTIN, 1993, p. 225).

³ Marcelo José Lopes de Souza destaca que Raffestin (1993), ao abordar as categorias espaço e território, incorre no equívoco de “coisificar”, “reificar” o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material – vale dizer, espaço social. Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em todas as espacialidades sociais – ao menos enquanto o homem também estiver presente (SOUZA, 2008, p. 96).

consolidação e expansão de uma modernização produtiva disseminada no território nacional. Com a crise da República Velha e a emergência da Nova República no início da década de 1930, as relações trabalhistas foram colocadas em pauta:

Na época da Revolução de 1930, a maior parte dos programas de 1890 ainda não estava realizada. O Governo Provisório não tardou a se posicionar em face das relações de trabalho. Em novembro de 1930, poucas semanas após a tomada do poder, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que pelo nome já revelava a intenção de intervir sistematicamente no relacionamento das empresas urbanas com seus empregados. (SINGER, 2001, p. 100)

A inserção gradativa do país em uma economia capitalista, assim como em seus jogos de interesses, conflitos e contradições desencadearam transformações na sociedade. Nesse sentido, é importante investigar como o Estado e os distintos grupos hegemônicos ocuparam posições privilegiadas nas relações de poder que redefiniram os usos do território brasileiro.

Neste movimento, os grupos hegemônicos, ou em busca de hegemonia, seguem cursos traçados. Contudo, em alguns momentos, podem se desviar dos caminhos definidos e estabelecer aproximações estratégicas com segmentos anteriormente criticados, com a intenção de se fortalecer no contexto das relações travadas em torno do poder manifestado territorialmente.

O “Poder” é uma categoria de análise presente em diversas áreas do conhecimento. Uma investigação centrada exclusivamente nesta categoria, numa perspectiva universalizada ou particularizada, tornaria obrigatório um diálogo qualificado com autores situados em diferentes contextos e filiações, o que não é o caso da investigação aqui apresentada, pois nos afastaria dos objetivos propostos. Todavia, uma breve contextualização das bases que o colocam como elemento teórico relevante para esta investigação se faz necessária.

Nesta perspectiva, identificamos na transição da Idade Média para a Idade Moderna – e neste contexto vale destacar o Iluminismo – a elaboração e a consolidação de uma racionalidade que desafiou as bases teocêntricas sustentadoras das relações de poder forjadas pela Igreja medieval (MELLO, 2009). Naquele momento, novos desafios convidaram o homem a percorrer novos caminhos. Para Gomes (1996), as relações socialmente reproduzidas no cotidiano apresentavam novas demandas produtoras de posicionamentos revolucionários.

Para justificar as novas demandas de uma burguesia emergente, novas teorias relacionadas ao papel do Estado e do território foram elaboradas. Podemos citar os textos dos enciclopedistas dentre os que buscaram redefinir o papel do Estado, da Igreja e do homem na reprodução da realidade territorializada.

Mais recentemente, Raffestin (1993) investigou as relações de poder, revelando uma de suas características: uma ambiguidade manifestada em seu exercício. Quando escrito com letra minúscula, o poder representado é o que se faz presente tem toda relação; já numa situação em que temos questões vinculadas à soberania do Estado e dos seus aparelhos complexos, que “cercam” o território, estamos diante de um Poder que deve ser grafado com letra maiúscula.

Saquet (2007) salienta outros atributos do poder, relacionando-o, também, ao Estado e ao território. Para ele, à medida que mudam os significados do território, altera-se a compreensão das relações de “poder”. Faoro (2001) contribui para o entendimento das relações de poder centradas no Estado, a partir de uma investigação focada na formação do patronato político brasileiro. Em sua obra, ele apresenta importantes mecanismos utilizados por sujeitos políticos e econômicos para estabelecer domínio e poder.

Os autores citados contribuem para o entendimento das transformações que estavam ocorrendo no território, no Estado e na sociedade. Estes três elementos estão presentes de maneira contundente no corpo da pesquisa aqui apresentada. Nela, analisamos a reestruturação e a refuncionalização do território brasileiro no século XX, com ênfase entre as décadas de 1940 a 1970; evidenciando o combate ao estamento patrimonial do grupo político representante da elite agrária, sem deixar de considerar outros segmentos articuladores de interesses territorializados.

Para Pereira (2001, p. 230-231):

Era essa elite política letrada e conservadora que mandava de forma autoritária ou oligárquica. Não havia democracia. As eleições eram uma farsa. A distância educacional e social entre a elite política e o restante da população, imensa. E, no meio dela, uma camada de funcionários públicos, donos antes de sinecuras do que de funções, dada a função do Estado patrimonial de lhes garantir emprego e sobrevivência.

É importante destacar que, no Brasil, com a instauração da República e a constituição de 1891, o Estado passou por um processo de descentralização política e a União transferiu, em parte, o poder aos Governadores e às oligarquias locais. A

política do “Café com Leite”, que estabeleceu um revezamento entre Minas Gerais e São Paulo nas estruturas do poder, colocou as duas Unidades Federativas numa condição de centralidade no cenário político nacional.

O panorama político desta época revelou a supremacia da elite agrária brasileira. Durante a República Velha (1889 a 1930), a articulação política entre as províncias e o governo federal definia o resultado das eleições. Nesse período, o poder político dos Governadores, em vários momentos, era obstacularizado pelo poder político dos coronéis. Eles ditavam regras e acordos sustentados por trocas de favores e cordialidades.

Uma parcela da sociedade não apoiava esses acordos políticos. O anseio por mudanças suscitava campanhas de caráter político-militar. Alguns movimentos, como a campanha civilista de 1919, as revoltas militares da década de 1920 e a Coluna Prestes, difundiram, em diversas partes do território nacional, inclusive no Estado de Goiás, a necessidade de reformas políticas e sociais. Mas um alerta de Pereira (2001, p. 233) é relevante:

O movimento revolucionário, que desembocaria na Revolução de 1930 e no Governo Vargas, era intrinsecamente contraditório. Seu componente principal civil era liberal: protestava contra a farsa das eleições, propondo a ampliação do eleitorado e a instituição do voto secreto; demandava anistia dos condenados por razões políticas; queria terminar com o poder das oligarquias locais (de coronéis e jagunços) e regionais (de presidentes de províncias). Era também um movimento conservador na medida em que muitos de seus participantes constituíam as próprias oligarquias estaduais, sobretudo no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba.

Neste cenário de contestações, as bases que sustentavam o poder político e econômico do país estavam fragilizadas. A crise econômica mundial, de 1929, atingia diversos setores econômicos, inclusive o cafeeiro. O modelo agrário-exportador dava sinais de esgotamento e um novo modelo urbano-industrial ganhava força. Para Faoro (2001), o conteúdo do Estado moldava a fisionomia do chefe de Governo, gerado e limitado pelo quadro que o cercava. O Estado buscava “equilíbrio”, alianças e apoio com amplos setores da sociedade para resgatar a credibilidade e minimizar os impactos da crise econômica que abalava o país.

A crise da República Velha e o início da era Vargas (1930 a 1945) foram os marcos iniciais do desalojamento do poder político da oligarquia cafeeira. A sucessão foi deflagrada em 1930, por meio de uma revolução que instaurou um governo provisório oriundo do Rio Grande do Sul. Como consequência, ocorreu o

solapamento da estrutura de poder sustentada por Minas Gerais e São Paulo. Com um discurso nacionalista, autoritário e centralizador, Getúlio Vargas anunciou esforços para o início de um processo de industrialização, urbanização e modernização que será abordado no próximo tópico.

1.2 O TERRITÓRIO NACIONAL E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

Até a década de 1930, grande parte da dinâmica econômica do país girava em torno da Região Concentrada⁴, principalmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Entretanto, de maneira mais tímida, outras unidades federativas integravam a divisão regional do trabalho sob a égide da Região Concentrada.

A insipiente infraestrutura de transportes dificultava a integração do território nacional. Um processo de modernização foi necessário para a superação dos obstáculos físicos e estruturais presentes no país. Estevam (2004) destaca que Getúlio Vargas deu início a um processo de redefinição na postura do Estado, com vistas à inserção do Planalto Central na agenda econômica do país, que passou a ser cobiçado pela Região Concentrada.

A partir de então, houve o avanço de atividades agrícolas para o interior do território nacional, o que demandou a construção e ampliação de eixos ferroviários e rodoviários, surgimento de Colônias Agrícolas e o adensamento da rede urbana nacional. Os investimentos em infraestrutura, a importação de máquinas e equipamentos; bem como as transformações socioespaciais davam sinais do processo de modernização territorial em curso.

Entretanto, as indústrias instaladas no país, nas primeiras décadas do século XX, não conseguiram atender à demanda nacional, exigindo mais investimentos para expandir a produção e incorporar, de maneira eficiente, regiões localizadas no interior do território nacional. Para Borges (2000, p. 41), a implantação da Estrada de Ferro, no Estado de Goiás, tinha um caráter “modernizante”:

O trem-de-ferro simbolizado na Maria fumaça, com seu silvo estridente e cauda em aço, emplumada em fumaça, serpenteando pelos sertões, despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem

⁴ A Região Concentrada é, por definição, uma área onde o espaço é fluído, podendo os diversos fatores de produção deslocar-se de um ponto a outro sem perda da eficiência da economia dominante (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 103).

regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço.

Quanto aos símbolos do processo de modernização, o trem de ferro não é o único elemento a ser ressaltado. A análise deste processo deve incluir a edificação de cidades planejadas, a renovação de atividades comerciais e novos padrões de consumo. Mas, certamente, o transporte ferroviário era percebido de maneira destacada. Por esta razão, não era visto com bons olhos por uma parte expressiva das oligarquias locais e regionais. Contudo, para os agentes modernizadores, era sinônimo de progresso e modernização.

A partir de 1930, os chefes dos poderes executivos estaduais foram nomeados pelo Presidente Getúlio Vargas, o que estabeleceu uma centralização e a consequente aproximação entre as esferas de poder constituído. Várias notícias eram difundidas através dos meios de comunicação, informando à nação o potencial de riquezas a serem exploradas no vasto território brasileiro, inclusive no Estado de Goiás, que, por meio do Decreto Estadual nº 2.737, de 20 de dezembro de 1932, nomeou uma comissão para realizar os estudos técnicos para a escolha do local que sediaría a capital do Estado de Goiás. Nesse contexto,

O Interventor Federal, neste Estado, considerando que é pensamento do Governo dotar o Estado de uma Capital moderna, que, satisfazendo às exigências do urbanismo, seja um centro de irradiação em todas as esferas da evolução econômico-social. (TEIXEIRA, 1973, p. 66-67)

Por meio do decreto nº 2.737, o Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, preparou o terreno para a construção de Goiânia, a nova capital do Estado de Goiás. O discurso modernizador contrapunha-se aos interesses políticos locais, sediados, principalmente, na antiga capital do estado: Vila Boa de Goiás, hoje, cidade de Goiás. Romper com o poder político da elite agrária goiana, instalada desde a República Velha, era um desafio a ser vencido pelo Interventor Federal.

Para Teixeira (1973, p. 80), “o progresso pouco expressivo do Estado de Goiás pode ser explicado pelo fato de nele ainda não ter surgido um centro urbano para estimular as múltiplas atividades do povo”. Nesta perspectiva, cria-se, em 1932, uma comissão para realizar estudos técnicos e definir o local onde a nova capital seria construída. Entre as possibilidades apresentadas pela comissão, ganham

relevo quatro cidades: Bonfim, Pires do Rio, Ubatan e Campinas⁵. Na ata da reunião final da comissão, concluiu-se que a nova capital seria construída em Campinas.

Neste contexto, nasce e ganha corpo um projeto audacioso, constituído e materializado com bases regionais.

Se a cidade de Goiás era o símbolo do passado, a nova capital do estado seria o símbolo do progresso, da mudança, a filha da ciência moderna. Não nasceria em torno de uma capela, como a maioria das cidades goianas, mas à volta de um centro administrativo; também não seria propriedade de algumas famílias, pertenceria ao mundo; não seria interior, seria centro. (OLIVEIRA, 2004, p. 151)

A incorporação do Planalto Central, mais especificamente, da região Centro-Oeste, pelo sistema produtivo sediado na Região Concentrada expressa a intencionalidade do Estado: direcionar os fluxos migratórios, inserindo-os em uma lógica capitalista redefinidora dos usos do território.

O Estado estava alterando as estruturas de poder. As ações desenvolvidas por Vargas, nos primeiros anos de governo, indicavam um caráter modernizante; mas, ao mesmo tempo, centralizador e conservador. As mudanças anunciadas pelo governo e almejadas pela população não ocorreram e a distância entre o esperado e o promovido produziu reações políticas que culminaram na Revolução Constitucionalista⁶ de 1932.

A década de 1930 tem como uma de suas marcas a produção de duas constituições no Brasil: a primeira em 1934, como resposta ao movimento constitucionalista; e a segunda, no ano de 1937, quando Vargas retoma o projeto de centralização do poder nas mãos do executivo, instaurando o “Estado Novo” e anunciando a “Marcha para o Oeste”.

1.3 O ESTADO NOVO E O DISCURSO DA MARCHA PARA O OESTE

A Marcha para o Oeste apresenta um forte conteúdo ideológico. Segundo Maciel (2011), ela promoveu uma série de ações voltadas para o povoamento e à

⁵ A cidade de Bonfim deu origem à cidade de Silvânia; Ubatan, também conhecida como Estação Ferroviária de Ubatan deu origem a Egerineu Teixeira que pertence atualmente ao município de Orizona; Campinas originou-se no século XIX, entretanto com a construção da nova capital do Estado de Goiás – Goiânia – foi incorporado à mesma e atualmente é um setor/bairro da capital.

⁶ Movimento armado cujo objetivo era: dismantelar o governo provisório de Getúlio Vargas e elaborar uma nova constituição.

modernização das regiões Amazônica e do Brasil Central, com destaque para esta última. Contudo, outras ações voltadas à exploração do Brasil Central antecederam a campanha de Vargas. Vale destacar o bandeirismo paulista do século XIX que percorreu o território brasileiro para identificar e registrar os recursos naturais existentes. Nestas expedições, o retorno dos “aventureiros” nem sempre se efetivava. Na medida em que os expedicionários se distanciavam do litoral em direção ao Oeste, percebiam que os grandes “vazios” demográficos estavam à mercê de futuras apropriações.

Além do bandeirismo, outros fatores foram fundamentais para compreendermos a Marcha para o Oeste: os avanços das lavouras de café no oeste paulista; os investimentos no setor de transporte, em especial a ferrovia, e o processo de urbanização e industrialização. Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, o território nacional ganhou novas feições. Gradativamente eram adicionadas novas formas e conteúdos e as relações entre os agentes econômicos e políticos se intensificavam.

Em meados do século XX, com vistas à incorporações de territórios, Ricardo (1959) apresenta, em sua obra, uma contribuição importante. Como ideólogo deste processo, ele esclarece que o sentido de “oeste” pensado para a “Marcha para Oeste”:

Indica apenas a direção, sem determinar ainda a região que viria a ser conquistada pelo bandeirante. Para Oeste quer dizer apenas em oposição ao litoral. Qualquer deslocação do litoral para interior seria, inevitavelmente, para Oeste; isto é para o poente, e não ainda para região, onde, no Brasil, e já traçados os seus limites, estão situadas agora as terras de Mato Grosso, para os paulistas, e as do Acre, para os cearenses. (RICARDO, 1959, p. XLV-XLXI)

Entretanto, ocupar o Centro-Oeste brasileiro representava desbravar o Planalto Central e incorporá-lo às regras determinadas pelo capital. O Estado procurou ocupar o território nacional fazendo uso de uma racionalidade administrativa centralizadora e, neste contexto, o termo “Marcha para o Oeste” é semanticamente readequado.

A criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1936, chamado, na época, de Instituto Nacional de Estatística, revela uma preocupação com a qualificação das informações que balizariam as ações de um Estado interventor, tendo como pressuposto a temática regional.

Contudo, a perspectiva regional não era definida a partir de perspectivas isoladas, ela era uma repercussão da instabilidade do cenário geopolítico internacional, que indicava a consolidação de partidos políticos contestadores do ordenamento vigente, como o Partido Comunista; bem como as tendências de inspiração soviética e fascista. Este cenário suscitava medidas voltadas para a defesa da ordem pública conservadora. Os discursos incentivadores do desenvolvimento urbano-industrial também ganhavam força, tornando imprescindível a aceleração do processo de industrialização por meio da substituição de importações, garantindo a concentração dos poderes nas mãos do Chefe de Estado. Segundo Penha (1993, p. 53),

O Estado Novo, valendo-se da ascensão fascista no mundo, impõe-se de forma bastante autoritária, isolando e reprimindo as forças populares de forma a alcançar as reformas necessárias, porém sem tocar no que era antigo e atrasado na economia. Para poder prosseguir, sem romper com o latifúndio e com o imperialismo, era indispensável conter as forças populares, com um regime autoritário e, naturalmente, fazer crescer a acumulação à custa do salário.

Para Getúlio Vargas, o Estado Novo possibilitou o revigoramento de uma postura autoritária, em 1937, viabilizando a realização de suas intenções:

A questão da expansão territorial será, então, enfocada como um processo contínuo de produção, o qual produz também o seu espaço. Com base nestas colocações, poder-se-ia admitir que a expansão se daria, não obrigatoriamente, por áreas desocupadas, mas também, retomando áreas com uma história de ocupação, implantada em fases anteriores da expansão territorial. (FERREIRA, 1986, p. 5)

A construção de uma identidade nacional estava presente no discurso modernizante do Estado Novo rumo ao Oeste. Dayrell (1974, p. 48) apresenta parte do discurso pronunciado pelo presidente Vargas, no qual o mesmo afirma que “o verdadeiro sentido da brasilidade encontra-se na Marcha para o Oeste”; e, nesta perspectiva, o Estado de Goiás foi incorporado pela materialização deste discurso.

No contexto do Estado Novo e da disseminação da campanha “Marcha para o Oeste”, o projeto das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN) avança pelo território. Ao todo foram criadas oito Colônias Agrícolas, sendo sete no governo Vargas. A primeira foi a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), criada em 1941, pelo Decreto Federal nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941. Além desta, outro destaque foi

à criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, instituída em 1943, pelo Decreto Federal nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, que, juntamente com a primeira, repercutiram em escala nacional.

A questão do avanço da fronteira agrícola tornou-se estratégica para a instauração e consolidação dos princípios modernizadores. Grandes contingentes de trabalhadores rurais reivindicavam o acesso a terra, mas o grande capital, representado pelas “novas” elites agrárias, dificultava o acesso reivindicado. Segundo Pessoa (2009), a força de uma intervenção estatal expansionista, na formação social do trabalhador rural, faz parte de um processo histórico e repercute no embate centrado na manutenção conservadora da estrutura fundiária brasileira.

O governo, conhecedor das fragilidades que marcam a capacidade de percepção do povo brasileiro, utilizou-se dos meios de comunicação, em especial o rádio, para difundir suas propostas. Os anúncios da Campanha da “Marcha para o Oeste” estimularam a migração rumo a um “Eldorado” idealizado. O sertão assumiu um novo papel: deixou de ser o *locus* do atraso e se aproximou das possibilidades apresentadas para a produção de um estado de progresso. A perspectiva de acesso a uma pequena gleba de terra conduziu, para o Oeste, consideráveis contingentes de trabalhadores rurais sequiosos por melhores condições de vida.

O sertão goiano, com características singulares, passou a fazer parte de um projeto nacional: era necessário estreitar as relações do Brasil litorâneo com o Brasil interiorano. Eles deviam abrir caminho para a produção de um “novo” território brasileiro. A grande tarefa era fazer com que as especificidades fossem convertidas em ativos econômicos, potencializando as possibilidades do Estado modernizador.

Nesse contexto, o sertão goiano ganha novas formas e novos conteúdos, a partir de processos de ressignificação de seus usos. Grande parte da população envolvida nesta dinâmica não compreendeu o processo que a envolvia, pois não participava das decisões políticas e econômicas; contudo, esta mesma população estava inserida no jogo produzido pelas relações de poder centradas nas intenções das classes dominantes, cujo objetivo era incorporar “novos” territórios e ampliar o leque de possibilidades para a reprodução do capital.

À medida que os agentes hegemônicos incorporavam novas regiões e as transformam em territórios artificializados e humanizados, novas possibilidades eram apresentadas. Entretanto, a fronteira em expansão revelava expectativas de encanto e de sonhos, mas também de desencantos e ilusões. Nas regiões de fronteira

econômica os embates entre o velho e o novo é sinal de reconhecimento de outras realidades identificadas e percebidas em determinadas regiões do território nacional. Em Goiás, o ideal modernizador é representado pela construção de Goiânia, um projeto territorializado que antecedeu o anúncio oficial da Marcha para o Oeste⁷. Para Dayrell (1974, p. 62), a partir deste ideal,

A nova mentalidade goiana desperta no Estado a consciência de si mesmo. Goiás compreende suas possibilidades no cenário nacional. Uma verdadeira avalanche de novos valores morais, políticos e econômicos em prol do desenvolvimento do Estado vai se impondo.

A produção de uma nova mentalidade em Goiás ocorreu de forma processual e estava vinculada à construção de estradas de rodagem, pontes e viadutos. Contudo, a construção da nova capital estadual ocupou um lugar destacado. Com ela emerge a expectativa da superação da opressão oligárquica. Contudo, o que ocorreu foi uma redefinição conservadora que alterou as relações e feições do Estado e do território; mas a sociedade goiana não sentiu uma grande alteração além das feições dos rostos de seus líderes autoritários.

1.4 O ESTADO E O TERRITÓRIO: DO DISCURSO À MATERIALIZAÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS NACIONAIS

Elaborar uma estratégia de ocupação, incorporação e produção capitalista no vasto território brasileiro era uma tarefa de grande envergadura. Esta ação exigiu esforços para o atendimento de interesses políticos e econômicos sediados, principalmente, no sudeste do país.

Os anseios relacionados à ocupação territorial faziam parte de um debate nacional e a conquista dos objetivos propostos nesse debate se deu por meio da inserção de objetos⁸ técnicos no território, com vistas à modernização dos processos produtivos.

Nesse percurso, o meio técnico sobrepôs o meio natural, redefinindo gradativamente o território goiano. O novo cenário estava relacionado aos esforços

⁷ Em 1933, foi lançada a pedra fundamental de Goiânia, entretanto, foi somente em 1937, com o Estado Novo, que Getúlio Vargas apresenta o discurso ideológico da Marcha para o Oeste.

⁸ Para Santos (1994, p. 46), os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou.

para alavancar o desenvolvimento urbano-industrial. Segundo Faissol (1952), as transformações foram significativas. Após estudos e pesquisas realizadas no Estado de Goiás, o geógrafo delimitou a região do estado de Goiás que ficou conhecida como o “Mato Grosso de Goiás”⁹, que, a partir da década de 1940, apresentou um expressivo aumento populacional. “Pelos dados do recenseamento geral de 1940, a população do “Mato Grosso de Goiás” era de mais ou menos 200.000 habitantes, ao passo que em 1920 era de 80.000 habitantes” (idem, p. 43).

As características do meio natural definiram os locais para a instalação das Colônias Agrícolas, em especial a Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Alguns elementos foram considerados fundamentais: cursos permanentes d’água, e, se possível, com quedas d’água; solos propícios para a atividade agrícola; situação climática condizente com as culturas regionais e a existência de vegetação densa, que, naquela ocasião, foi classificada por Waibel (1958) como “Mata de primeira classe”¹⁰.

O Estado de Goiás, assim como outros Estados da federação localizados no interior do país, era percebido como muito distante. Sua relação com a Região Concentrada era limitada pelas restrições do meio natural. Com os avanços técnicos¹¹ e a implantação de elementos fixos¹², foram intensificados os fluxos de pessoas, serviços e mercadorias entre Goiás e a Região Concentrada.

É importante ressaltar que no início da década de 1930 foi anunciada e iniciada a construção de uma nova capital para o Estado de Goiás: Goiânia. Certamente, as demandas estaduais estavam em consonância com as nacionais, já que vigorava um regime político autoritário, no qual o chefe do poder executivo federal nomeou o chefe do executivo goiano.

⁹ O “Mato Grosso de Goiás” é uma extensa região florestal situada na parte centro-sul do Estado de Goiás. A área de mata original não está ainda calculada precisamente, mas pode-se avaliá-la em mais ou menos 20. 000 quilômetros quadrados. Ela começa nas proximidades da cidade de Anápolis e continua para oeste até a base da serra Dourada, na região de Córrego do Ouro; no sentido norte-sul, vai das proximidades de Goiânia até um pouco ao norte de Itapaci. Abrange parte dos municípios de Anápolis, Pirenópolis, Jaraguá, Anicuns, Goiás, Mataúna, Itaberaí e Itapaci. Os municípios de Trindade e Inhumas estão inteiramente dentro da mata (FAISSOL, 1952, p. 7).

¹⁰ Em estudos de campo realizados juntamente com Waibel, Faissol (1952, p. 24) caracterizou a “Mata de primeira classe” como floresta semi-decidual.

¹¹ Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2006, p. 39).

¹² Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar (SANTOS, 2006, p. 38).

A incorporação de “novos” territórios à dinâmica capitalista, sediada na Região Concentrada, objetivou integrar o território brasileiro. Para Waibel (1958), o Estado de Goiás foi incorporado a esta dinâmica, pois estava destinado a desempenhar papel relevante na chamada Marcha para o Oeste, pensada para redefinir a lógica produtiva em escala nacional.

Nesta perspectiva, o território brasileiro foi paulatinamente apropriado e organizado para atender às novas demandas de um sistema produtivo em processo de modernização. Para tanto, as relações de poder constituídas foram reestruturadas por agentes políticos e econômicos responsáveis pela implantação da nova dinâmica.

Novas disciplinas foram definidas para instrumentalizar o uso do território, proporcionando práticas inovadoras que, direta ou indiretamente, iniciaram a composição das rugosidades¹³ presentes no território nacional. Em um momento anterior ao estabelecimento das redefinições aqui mencionadas, o meio natural era utilizado pelo homem para garantir sua sobrevivência. A natureza era vista como objeto a ser apropriado e transformado para atender às demandas elementares das comunidades, conformando o que Claval (1979, p. 22) chamou de “Geometria das Formas Elementares do Poder”. Para Santos (2006), nesse período, as motivações de uso eram, sobretudo, locais: ainda que o papel do intercâmbio nas determinações sociais pudesse ser crescente.

Com a emergência de um espaço progressivamente tecnificado, houve a transição do meio natural para o meio técnico (SANTOS, 1994) e a consequente sobreposição de tempos naturais e sociais. A implantação de objetos técnicos redefiniram os limites espaciais e temporais que limitavam a relação de Goiás com a Região Concentrada.

As transformações ocorridas a partir da década 1930, no Brasil, promoveram um processo de interiorização do território nacional, pois ocupar os espaços “vazios” do oeste era uma forma de garantir a presença e a autoridade do Estado. Através do

¹³ Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2006, p. 92).

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o discurso da Marcha para o Oeste foi materializado e ganhou forma e conteúdo.

Estudos realizados por Monbeig (1998) contextualizaram as tensas relações travadas entre pioneiros e fazendeiros. Os embates retratados pelo geógrafo francês narram a conquista do oeste brasileiro: à medida que as lavouras de café avançaram para o oeste, o espaço natural foi, progressivamente, artificializado. Pesquisas como as de Monbeig (1998) contribuíram para o entendimento relativo ao avanço da fronteira em direção ao interior do país.

A “Marcha Pioneira” ou a “franja pioneira”, analisada por Monbeig (1998), é percebida como instável e incerta, com significados e intenções carregadas de subjetividades; mas, simultaneamente, centradas em uma objetividade e pautada em uma disciplina territorializada. Para Waibel (1958, p. 133), “as faixas pioneiras estão, normalmente, situadas na franja da civilização e na periferia das áreas habitadas. Elas separam a selva desabitada do interior das partes povoadas”, localizadas na faixa litorânea.

Para regular as relações presentes no território e atender aos interesses dos agentes políticos e econômicos responsáveis por tais transformações, destacamos o Decreto Federal nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940. Nele foram estabelecidos os critérios para o encaminhamento de trabalhadores rurais e urbanos para locais considerados promissores. Estava em curso um processo de incorporação de regiões “não civilizadas”, localizadas no interior país, com o objetivo de inseri-las nas atividades organizadas para a reprodução ampliada do capital sediado na Região Concentrada. Tal processo pautou-se em uma ocupação especulativa de terras e cumpriu um papel decisivo (REYDON, 2007, p. 250) na ocupação dos espaços vazios localizados no interior do país.

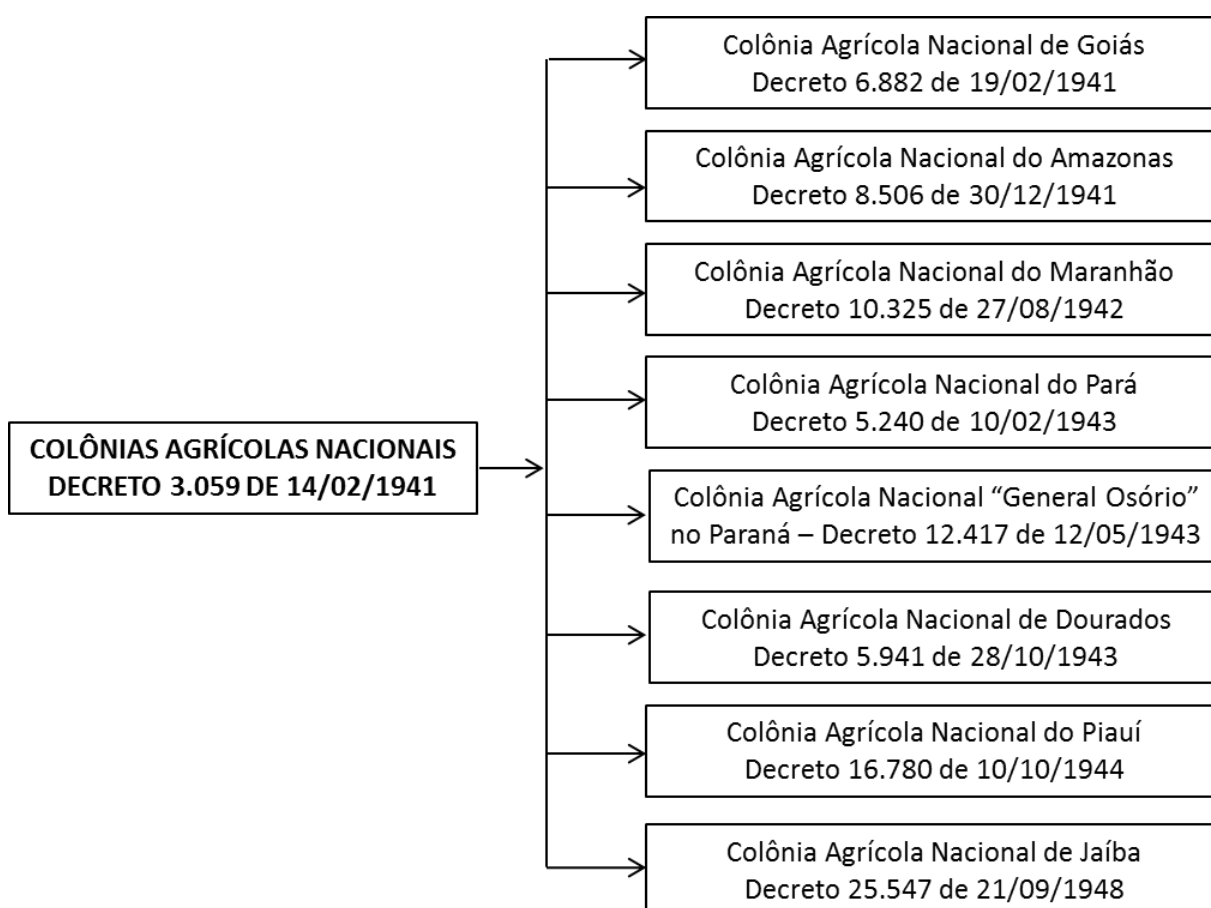
No que tange aos estados interioranos, Goiás foi o primeiro contemplado com a criação de uma Colônia Agrícola Nacional. O Decreto Federal nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, determina que,

[a]lém dos núcleos coloniais a que se refere o decreto-lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940, o Governo Federal, em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e por intermédio do Ministério da Agricultura, promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas

e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros. (BRASIL, 1941a)

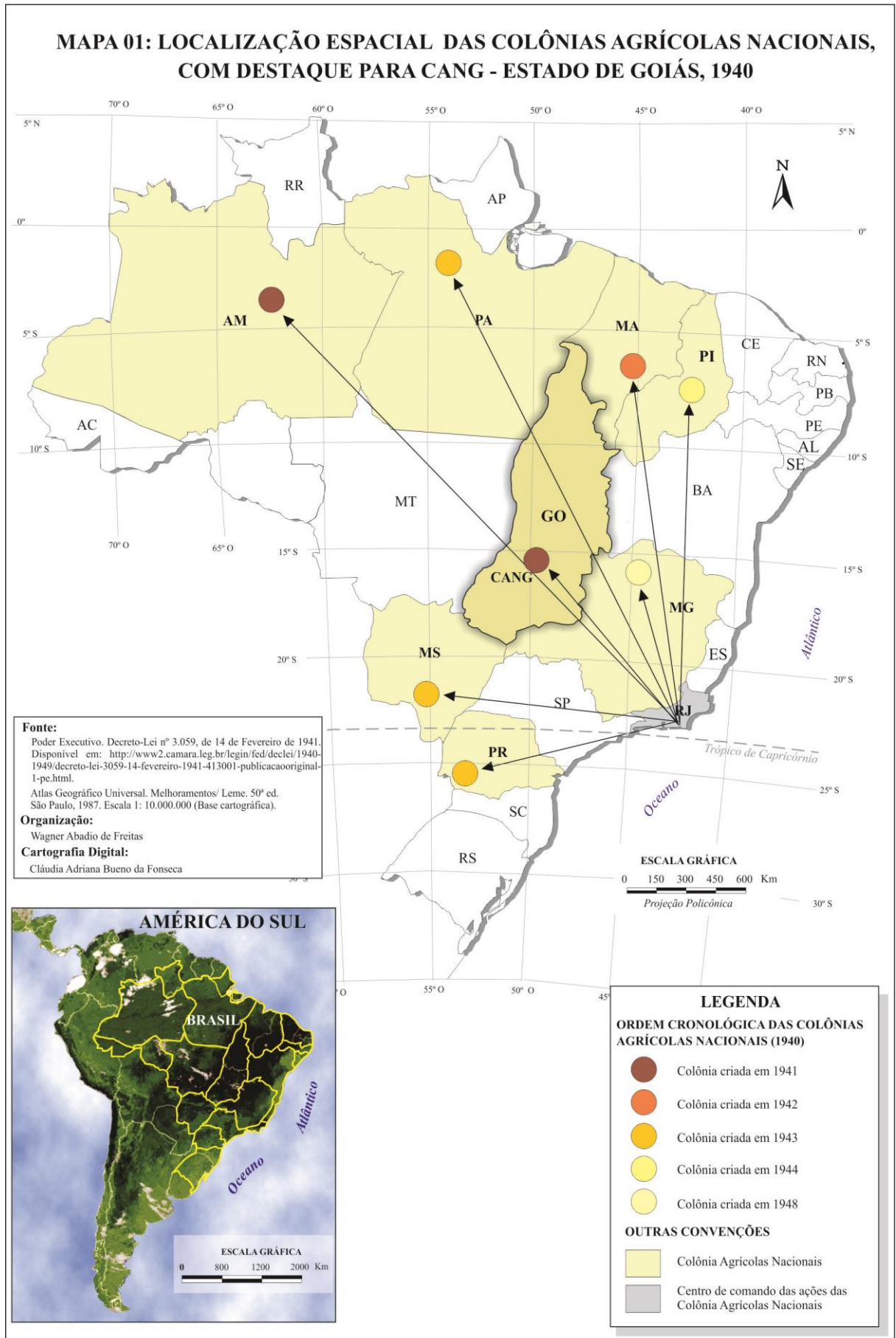
O Decreto Federal nº 3.059 orientou a implantação e a estruturação das Colônias Agrícolas Nacionais. A partir dele, o Governo Federal definiu o local para sediar as Colônias Agrícolas, institucionalizadas por meio de Decretos.

À medida que os Decretos eram expedidos, novas relações locais e regionais eram estabelecidas, com vistas à ampliação do controle territorial, centrado nas aspirações e ideologias do presidente Getúlio Vargas. O Estado preocupava-se em legitimar sua presença nas Unidades da Federação e as Colônias Agrícolas eram instrumentos utilizados pelo governo. O Organograma 1 destaca a sequência cronológica com as datas de criação das oito CAN; por sua vez, o Mapa 01 demonstra espacialmente o local/região onde cada Colônia Agrícola foi instalada no território brasileiro.



Organograma 1 – Ordem cronológica de criação das Colônias Agrícolas Nacionais.

Fonte: Organizado por Wagner Abadio de Freitas (2014).



Fonte: Organizado por Wagner Abadio de Freitas (2014).

Nos pontos demarcados no Mapa 01, novos arranjos territoriais foram constituídos para integrá-los à Região Concentrada e viabilizar a divisão territorial do trabalho. O Estado fez uso do planejamento como instrumento de política econômica. Segundo Ianni (1977), esta prática dos governantes é percebida como técnica “racional” de organização das informações, dos problemas, das decisões e do controle nas intervenções estatais.

Para reforçar o papel do Estado como agente protagonista no processo de ocupação territorial, foi criada, em 1943, a Fundação Brasil Central. Maciel (2011) destaca que a missão da fundação era instalar, no menor tempo possível, rotas de comunicações terrestres, aéreas e de radiocomunicação, entre a cidade do Rio de Janeiro, então Capital federal, e a cidade de Manaus, situada na região amazônica. Neste contexto, é importante destacar a “Expedição Roncador-Xingu” como marco no processo de interiorização e modernização do território.

Promover a materialização de objetos técnicos e articulá-los às demandas nacionais era fundamental para o sucesso das CAN. Da mesma forma, as Colônias sustentariam a expansão dos fixos e fluxos pelo interior do território brasileiro. Para Santos (2005, p. 38),

[é] apenas após a Segunda Guerra Mundial que a integração do território se torna viável, quando as estradas de ferro até então desconectadas na maior parte do País, são interligadas, constroem-se estradas de rodagem, pondo em contato as diversas regiões entre elas e com a região polar do país, empreende-se um ousado programa de investimentos em infra-estruturas. Ainda uma vez, uma nova materialidade superpõe novos sistemas de engenharia aos já existentes, oferecendo as condições técnicas gerais que iriam viabilizar o processo de substituição de importações para o qual todo o arsenal financeiro, fiscal, monetário, serviria como base das novas relações sociais (incluindo o consumo aumentado), que iriam permitir mais uma decolagem.

Com o desenvolvimento urbano e industrial do país, surgia a necessidade de estabelecer novas relações de complementaridade entre regiões consumidoras e produtoras. Para Santos e Silveira (2004, p. 43), “as necessidades alimentares de uma população cujo nível de vida aumentava trabalharam no mesmo sentido”. Ianni (1977) acrescenta que nesse período havia um desequilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e a indústria: havia, assim, a necessidade de uma organização no arranjo produtivo territorializado.

A organização do novo arranjo produtivo visava o incremento da reprodução ampliada do capital, através da incorporação do solo do sertão. Entendemos que

entre as medidas mais concretas, engendradas por Vargas para a realização de seu projeto estão nas CAN. Por meio delas, Vargas conferiu materialidade à Marcha para o Oeste, pensada para produzir um novo Estado, um novo território e uma nova sociedade.

O Planalto Central foi apresentado como a região sertaneja a ser desbravada e ocupada para garantir a soberania nacional e a reprodução capitalista. A Marcha para o Oeste emergiu como a campanha que possibilitaria a incorporação do sertão pelo padrão produtivo praticado na Região Concentrada. Um grande contingente migratório se deslocou em busca de melhores oportunidades de vida no interior do país; contudo, a concentração fundiária permaneceu. As alterações políticas e econômicas foram pontuais e não modificou a essência excludente do modelo oligárquico concentrador.

A modernização conservadora promovida a partir da Revolução de 1930 foi sustentada por uma contradição: “outra” minoria permaneceu ocupando o lugar central nas relações de poder e, por conseguinte, definindo as bases políticas e econômicas a serem implantadas. O projeto de modernização se faz presente em vários pontos do território nacional. Símbolos foram erguidos, novas paisagens foram criadas; todavia, vários elementos indicavam a permanência de práticas segregadoras no novo modelo.

A complexidade das relações travadas em torno do poder não foi reduzida com a modernização conservadora: a nova racionalidade produtiva não trouxe uma maior equidade social. O Brasil interiorano não se tornou independente ou igual ao Brasil litorâneo. A Marcha para o Oeste, legitimada pela ideologia do Estado Novo, proporcionou uma transformação conservadora, seguindo as intenções estabelecidas pelos agentes hegemônicos.

O território socialmente produzido superou obstáculos naturais e políticos. Ele foi redefinido e adquiriu novas formas e novos conteúdos. A sociedade, o território e o Estado foram transformados. Os projetos modernizantes promoveram a inserção de objetos técnicos vinculados a um ideal de integração nacional proposto pelo Estado nacional desenvolvimentista. Estas transformações e rupturas serão analisadas de forma mais detalhada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CERESINO A PARTIR DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS – CANG

2.1 A CANG E A REDEFINIÇÃO NOS USOS DO TERRITÓRIO

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi produto de uma intervenção federal no território goiano. Esta intervenção promoveu a produção de novas formas e de novos conteúdos no interior do país. A intervenção estatal objetivava incorporar o território goiano, aproximando-o das bases produtivas do sudeste do país.

O discurso da Marcha para o Oeste, anunciado pelo Governo Vargas, tinha como meta promover o processo de ocupação e incorporação de regiões interioranas. Para concretizar esta intenção era necessário redefinir os comandos políticos e os sistemas produtivos.

A partir da promulgação do Decreto Federal nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, que dispõe sobre a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, duas Colônias Agrícolas se destacaram das demais¹⁴: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). No curso desta investigação, concentramos nossos esforços nas análises dos desdobramentos produzidos no território a partir da primeira Colônia Agrícola implantada: a CANG.

A CANG foi povoada por colonos¹⁵ – provenientes de regiões agrícolas tradicionais, com destaque para o oeste paulista, norte do Paraná, Minas Gerais e sul da Bahia – que se aventuraram em busca de glebas de terras concedidas pelo Governo Federal. A concessão de terras aos colonos estava inserida no contexto da Marcha para o Oeste e, na maioria dos casos, intentava fixá-los em regiões de fronteira a qual:

Compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento de população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o

¹⁴ Dentre as oito Colônias Agrícolas Nacionais a CANG e a CAND conseguiram por meio da administração local em parceria com o Governo Federal promover e materializar o discurso da Marcha para o Oeste.

¹⁵ Aquele que cultivava uma porção de terra ligada ao proprietário por um trato.

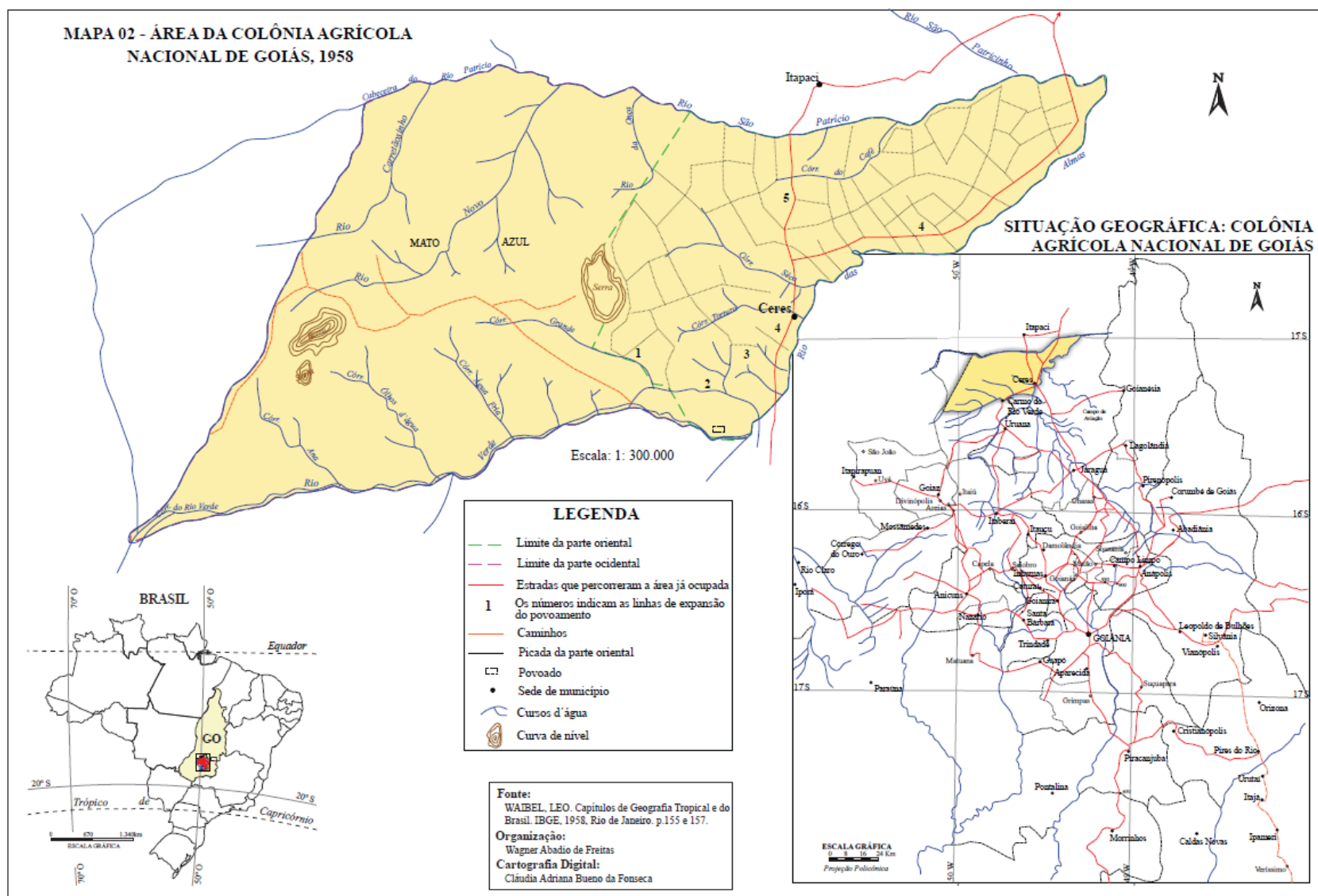
ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas. (MARTINS, 2009, p. 135)

Waibel (1958) relata que os colonos pensavam em reproduzir nas regiões de fronteira o modelo agrícola tradicional; ou seja, derrubar e queimar as matas, usar a terra até sua exaustão e, em seguida, migrar para uma nova área. Entretanto, um dos objetivos do processo de colonização promovido pelo Estado era criar mecanismos para fixar o homem na terra e romper com a atividade agrícola migratória. Almejou-se consolidar um modelo em que a rotação de cultura substituísse a rotação de terras.

Como afirmamos anteriormente, segundo Santos e Silveira (2004), este momento constituiu a transição do meio natural para o meio técnico. Nesse sentido, o Planalto Central era visto como uma promissora região a ser incorporada pela dinâmica produtiva capitalista. De acordo com Corrêa (1997, p. 185), “o Cerrado, domínio morfoclimático predominante nesta região deveria ser artificializado e transformado em paisagem cultural”.

A materialização desse processo ocorreu após a publicação do Decreto Federal nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941, que descreve: “fica criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, no Município de Goiás, Estado de Goiás, em terras doadas à União pelo Governo do mesmo Estado, pelo Decreto Estadual nº 3.704, de 4 de novembro de 1940”.

Para definir o local no qual a CANG foi instalada, constitui-se uma comissão composta por “Oliveira Marques, Eduardo Cláudio, Luiz Honório Ferreira e Luiz Caiado de Godoy” (SAYÃO, 1984, p. 53), além do Engenheiro Bernardo Sayão, nomeado administrador da CANG por Getúlio Vargas. Os aspectos naturais definiram os locais onde foram instaladas as estruturas físicas da Colônia: a casa do administrador e a sede administrativa, entre outras edificações. O Decreto Federal nº 6.882, em seu parágrafo único, estabeleceu os limites da CANG: o rio das Almas, o rio São Patrício, o rio Carretão, o divisor de águas dos rios Areias e Ponte Alta, o rio Verde até a confluência com o rio das Almas. O Mapa 02, elaborado pela Administração da CANG e utilizado por Waibel (1958) em sua pesquisa, apresenta a área da Colônia.



Fonte: Waibel (1958, p. 155 e 157), adaptado por Wagner Abadio de Freitas (2013).

Waibel (1958) esclarece que as glebas localizadas na parte oriental foram ocupadas pelos colonos recém-chegados, pois o acesso era facilitado pela estrada que ligava Anápolis à Colônia Agrícola. Esta estrada, segundo Faissol (1952), foi concluída em 30 de março de 1944, tornando-se o eixo de escoamento da produção. A ligação estabelecida entre a cidade de Anápolis e a CANG abriu os caminhos imprescindíveis para integrar o território “colonizado” à dinâmica capitalista sediada na Região Concentrada.

Segundo Waibel (1958), grande parte dos desbravadores que chegaram à fronteira em expansão – cerca de 60% – era oriunda de Minas Gerais. Estes colonos faziam uso do trem-de-ferro para chegar até Anápolis. Faissol (1952) ressalta que Anápolis assumiu, no território goiano, a cabeça deste movimento. O geógrafo destaca, ainda, que o “Mato Grosso de Goiás” passou a ser o destino de diversos migrantes que chegavam de trem e seguiam de caminhão até a CANG. As famílias vindas do norte, oeste e sul do país jornadeavam geralmente a pé, a cavalo ou de caminhão. Ao percorrer este trajeto, Waibel (1958, p. 151) relata que

O estado físico e higiênico das famílias que chegavam à colônia era geralmente deplorável: “maltrapilhos, subnutridos e atacados por males endêmicos, dão-nos a impressão da escória de um povo. Para contrabalançar, entretanto, revelam-se otimistas e trabalhadores, sendo muito hospitaleiros e possuindo bom coração”.

Como que prevendo esta situação, o artigo 13º do Decreto Federal nº 3.059, que criou as CAN, indicava a preocupação com a saúde e previa assistência médica, farmacêutica e serviços de enfermagem. Atendendo a determinação legal, um hospital foi construído na CANG para cuidar da saúde dos colonos. Esta Unidade de Saúde emerge como embrião da estrutura médico-hospitalar na sede da Colônia. A Figura 1 é um registro que ilustra este processo.



Figura 1 – Hospital da CANG.

Fonte: Câmara Municipal de Ceres (2013).

A oferta dos serviços de saúde se tornou realidade a partir de ações do administrador da Colônia, Bernardo Sayão, que procurou cumprir as metas estabelecidas pelo Decreto Federal nº 3.059. Com a chegada dos médicos pioneiros à CANG, juntamente com o intenso afluxo de pessoas em busca de glebas anunciadas pelo Estado, a Colônia tornou-se uma referência nacional em relação ao processo de colonização promovido pelo Governo Federal; bem como um importante núcleo de apoio aos trabalhadores rurais e urbanos que buscavam na Colônia serviços médicos.

Além da questão de saúde, o art. 6º do decreto citado anteriormente previa uma estrutura técnica voltada à capacitação dos colonos,

Na sede da colônia será fundado um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos instrução rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc., onde os colonos e seus filhos farão aprendizagem desses misteres necessários ao homem rural. (BRASIL 1941a)

Assim, outro ponto importante contemplado durante a implantação da CANG foi o ensino formal. O art. 8º do Decreto Federal nº 3.059, estabelece a criação de escolas primárias para alfabetização das crianças em idade escolar. Segundo Andrade (2006), a professora Helena Andrade Araújo, esposa do pioneiro Dr. Jair Dinoah Araújo, foi convidada por Bernardo Sayão para coordenar o setor educacional da Colônia Agrícola, com vistas à dinamização do processo de aprendizagem escolar. A Figura 2 retrata uma unidade escolar que atendia parte da demanda da CANG.



Figura 2 – Escola Rural da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG.
Fonte: Faissol (1952, p. 86e).

Desta forma, à medida que os recursos federais eram enviados, as diretrizes estabelecidas para as áreas da saúde e educação eram materializadas. Com a construção de uma infraestrutura básica, muitos colonos criaram vínculos e identidade com o lugar recentemente ocupado. Estes vínculos e identidades territorializados, segundo Haesbaert (1997, p. 50), compõem um:

Processo de re-produção social que incorpora tanto uma dimensão concreta quanto simbólica, uma série de características socialmente produzidas/vividas e/ou inventadas/manipuladas pelo interesse de grupos econômicos e políticos que conseguem tornar mais eficazes esses símbolos em suas estratégias de controle e acumulação.

Para Faissol (1952), o objetivo fundamental da CANG era colonizar a área, tornando-a uma região de agricultura moderna em relação aos modelos agrícolas existentes. Mesmo diante das dificuldades, os colonos desbravaram a área doada e iniciaram o cultivo de gêneros agrícolas. Dentre os principais produtos destacam-se os apresentados a seguir pela Tabela 1:

Tabela 1 – Produção Agrícola da Colônia Agrícola Nacional de Goiás no ano de 1947 e 1950.

PRODUTOS	UNIDADES	ANO	
		1947	1950
Arroz	Saca de 60 kg	220.000	420.596
Milho	Saca de 60 kg	500.000	25.475
Feijão	Saca de 60 kg	65.000	18.169
Açúcar	Saca de 60 kg	5.000	
Algodão	Saca de 60 kg	10.000	99.213
Farinha	Saca de 60 kg	35.000	
Cana	kg		3.129.830
Mandioca	kg		6.436.718

Fonte: Dayrel (1974).

A análise dos dados apresentados na tabela 1 nos chama atenção quando comparamos a produção de milho e feijão no ano de 1947 e no ano de 1950. Segundo Esterici (1972, p 66), nos relatórios dos administradores da Colônia:

Esta queda pode ser explicada em função do incentivo dado pela administração ao plantio do café e do algodão como nova fonte de riqueza econômica e também, como consta do relatório do segundo administrador, como tentativa de fixar o colono à terra pelo cultivo de lavouras anuais.

Parte da produção abastecia o mercado local e o excedente era enviado para um entreposto, em Anápolis, que direcionava os produtos para outros centros urbanos. Os objetos técnicos instalados no território viabilizaram a ligação de regiões até então marcadas pelo distanciamento, modificando a Divisão Territorial do Trabalho.

Além da produção agrícola, outro fato deve ser destacado: o fluxo de famílias rumo à CANG. Este fluxo exigiu uma disciplina para a ocupação do território. É o que apresentamos a seguir.

2.1.1 Cang: planejamento e disciplinarização territorial

O planejamento territorial envolve e é envolvido por discursos e práticas de agentes públicos e privados nos processos de agenciamentos de seus interesses. Para Lefebvre (2001), esta articulação pode ser compreendida a partir do conceito de *ordem próxima* e *ordem distante*. Segundo o autor (idem, p. 52),

A *ordem próxima* (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por um conjunto de significantes. A *ordem distante* se institui neste nível “superior”, isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe. Abstrata, formal, supra-sensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias (religiosas, políticas). Comporta princípios morais e jurídicos. Esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível. Torna-se invisível ao se inscrever nela. Na ordem próxima, e através dessa ordem, ela persuade, o que completa seu poder coator. Ela se torna evidente através e na imediatez. A cidade é uma *mediação* entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a mediação.

Tendo em vista a complexidade destas relações, a presença do Estado, avaliada a partir da *ordem distante*, empreende um papel relevante para sistematizar e formalizar suas ações. Para Ianni (1977), estas ações são materializadas por meio do planejamento, com vistas nas questões econômicas, políticas e sociais:

Em síntese, as origens da ideologia e da prática do planejamento governamental no Brasil foi uma combinação privilegiada de condições (economia de guerra, perspectivas de desenvolvimento industrial,

problemas de defesa nacional, reestruturação do poder político e do Estado, nova constelação de classes sociais) que transformou a linguagem e a técnica do planejamento em um componente dinâmico do sistema político-administrativo. Ou melhor, a linguagem e a técnica do planejamento foram incorporadas de forma desigual e fragmentária, segundo as possibilidades apresentadas pelo sistema político-administrativo e os interesses dominantes do setor privado da economia. (idem, p. 68)

As Colônias Agrícolas evidenciam parte do planejamento governamental voltado para a gestão do território. No contexto da Segunda Guerra Mundial, as relações econômicas internacionais foram alteradas. Nesse período, o Estado brasileiro trabalhava para diversificar a produção industrial e agrícola, com o intuito de atender à demanda interna e externa.

É neste contexto que o Decreto Federal nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, define a criação das CAN. O decreto oferece elementos para a análise das intenções do Estado, que defendia a busca por um equilíbrio no uso e na ocupação do território. Para viabilizar o equilíbrio almejado, o processo de colonização emerge através de ações planejadas. O art. 5º, do referido decreto, definiu que os projetos das sedes das Colônias Agrícolas deveriam ser pautados em regras urbanísticas que, posteriormente, proporcionariam a criação de núcleos civilizatórios no interior do país. Existia uma preocupação quanto ao uso do território e ao planejamento da estrutura física das Colônias. Segundo os relatos de Waibel (1958), ao entrar na CANG percebia-se, desde o primeiro momento, um planejamento e um controle.

As casas construídas nos lotes concedidos aos colonos eram do tipo mais conveniente à região. Os primeiros colonos receberam materiais para construir suas moradias com estrutura de alvenaria. Com a intensificação do fluxo migratório e a contenção de recursos financeiros, as construções passaram a ser erguidas com tábuas ou mesmo pau-a-pique – Figura 3.



Figura 3 – Estrutura física de uma moradia construída por uma família de colonos da CANG.
Fonte: Faissol (1952, p. 84c).

De acordo com os relatos de Faissol (1952), desde a criação da CANG, em 19 de fevereiro de 1941, até o ano de 1944, havia chegado à Colônia cerca de dez famílias. Com a conclusão da estrada que ligava a Colônia até a cidade de Anápolis, o fluxo foi intensificado e, em julho de 1946, havia na Colônia cerca de 1.600 famílias. Em 1947, eram mais de duas mil famílias, totalizando mais de dez mil pessoas. Este contingente populacional mudou, aos poucos, a paisagem regional.

Como cada família trazia consigo uma história territorializada carregada de significados, uma das primeiras providências do administrador, Bernardo Sayão, era decidir quem tinha perfil para permanecer na Colônia. Para tanto, os colonos eram avaliados, a partir de questionários aplicados. Muitos não preenchiam os critérios elencados no art. 20 do Decreto Federal nº 3.059, que menciona,

Os lotes rurais serão concedidos a cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, que não forem proprietários rurais e reconhecidamente pobres, desde que revelem aptidão para os trabalhos da agricultura e se comprometam a residir no lote que lhes for concedido. (BRASIL, 1941a)

Neste cenário, a alternativa viável para os não escolhidos era se fixar na margem direita do rio das Almas. O adensamento populacional formado naquela margem do rio recebeu o nome de Barranca e, posteriormente, originou o município de Rialma.

Os colonos selecionados deveriam seguir as regras estabelecidas no Decreto Federal nº 3.059. Entre os artigos do Decreto que disciplinavam o uso do território, destacamos o de número 24. O colono que se enquadrasse em uma das situações abaixo perderia o seu lote:

- a) deixar de cultivá-lo dentro dos prazos estabelecidos para cada colônia, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, a juízo da administração da colônia;
- b) desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, em desacordo com o plano previamente aprovado;
- c) por sua má conduta, tornar-se elemento de perturbação para a colônia.

Uma rigorosa disciplina foi imposta para a manutenção da ordem. Vainer (1989) menciona que o Estado teve que intervir para realocar pessoas, reorientar fluxos; enfim, racionalizar a organização espacial e dispor a população ordenadamente no território.

A colonização exigiu o controle de fatores internos (locais) e externos (nacional). Com relação aos fatores internos: a ordem, a disciplina e o planejamento foram imprescindíveis. Quanto aos fatores externos, os recursos financeiros e as relações políticas e econômicas garantiram os subsídios materiais e imateriais para a consolidação do projeto de colonização. Nesse sentido, a produção do território deveria caminhar em consonância com o discurso do Estado, que incorporou a prática do planejamento em suas ações e alavancou o processo de modernização. Nesse percurso, “novos” territórios foram inseridos na Divisão Territorial do Trabalho. Com a inserção de objetos técnicos, o meio natural foi, gradativamente, transformado em meio-técnico.

A materialização de um projeto nacional, por meio das CAN, possibilitou uma apropriação embrionária do território da *hinterland*. Este vanguardismo experimentado por levadas de trabalhadores rurais abriu os primeiros caminhos para uma reprodução ampliada do capital, pautada no avanço da dinâmica capitalista nas regiões de fronteira.

Esta mobilidade de lavradores acompanhou a implantação e consolidação da CANG. O Planalto Central foi inserido, mesmo que de maneira incipiente, em um processo que deveria seguir rumo à Amazônia. A inserção e a fixação de trabalhadores rurais criaram vínculos entre a região do “O Mato Grosso de Goiás” e os centros urbanos de outras Unidades Federativas, rompendo, em parte, com modelos agrícolas tradicionais e implantando, gradativamente, uma agricultura mais tecnificada.

O incremento da produção agrícola voltada ao mercado regional e, em certa medida, ao mercado nacional, proporcionou a implantação de elementos modernizantes (estradas, pontes, núcleos rurais e urbanos). Nesse sentido, os objetos técnicos foram essenciais para consolidar o discurso da Marcha para o Oeste.

Um processo de apropriação do interior do país, especificamente de parte do território goiano, alterou as bases das estruturas produtivas em diferentes escalas. A relação estabelecida entre o Governo Federal e o Governo do estado de Goiás, a

partir da criação da CANG, propiciou os primeiros traços de práticas agrícolas menos tradicionais, voltadas para demandas que não se limitavam à realidade local. Nesse contexto, parte das intenções de Vargas foi materializada. O regime político vigente desde 1937 – Estado Novo – chegou ao fim. O esgotamento desse regime abriu caminhos para uma nova racionalidade administrativa. É o que veremos a seguir.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE A CANG E O PLANO SALTE (SAÚDE, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E ENERGIA)

O processo de modernização almejado por Vargas estabeleceu uma conexão territorial importante. Entretanto, na década de 1940, o país passou por uma “ruptura” política: a transição de um regime ditatorial comandado por Getúlio Vargas, para um regime mais democrático conduzido pelo Governo Dutra.

Esta transição foi marcada pela deposição de Getúlio Vargas e pelo início do processo de redemocratização do país. Naquele momento, os interesses de determinados segmentos da sociedade brasileira estavam em consonância com as diretrizes estabelecidas internacionalmente: se por um lado o discurso nacionalista do governo Vargas criava obstáculos a segmentos da elite urbana e industrial ligados às articulações promovidas por grupos internacionais; por outro, a alternativa era reduzir, em parte, a intervenção do Estado na economia, com vistas à superação das limitações estruturais vigentes. Com a deposição de Vargas, um “novo” discurso foi apresentado pelo Governo Dutra, estabelecendo novas relações entre o Estado e a economia.

A partir de 1946, com a promulgação da Constituição Federal que alterou a Constituição de 1937, o Congresso Nacional apresentou propostas referentes à Política Cambial, Política Salarial e Inflação, que assombravam a economia brasileira. Além dessas mudanças, o Governo Dutra lançou o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), na tentativa de minimizar os problemas estruturais do país.

Após o lançamento do Plano SALTE, algumas ações direcionadas para a estruturação de serviços de saúde, incremento da produção agrícola e investimento no setor de transportes e energia foram materializadas na CANG. Este fato

demonstra uma continuidade na execução de medidas técnicas em governos marcados por diferenças políticas e econômicas.

De certa forma, as propostas e ações apresentadas deram continuidade ao ideal de integração proposto pelo Estado, desde a Revolução de 1930. Santos e Silveira (2004) evidenciam os avanços do meio técnico no território, relacionando-os à busca por uma verdadeira integração nacional. Nesse contexto, o governo Dutra lança o Plano SALTE para equacionar e equilibrar o cenário político e econômico do país. Para Ianni (1977, p. 91),

O Plano SALTE foi uma tentativa de coordenação dos gastos públicos, tomando por base relativa um período de cinco anos. Foi principalmente uma soma de sugestões apresentadas pelos diferentes ministérios do Governo Federal, e coordenadas em termos administrativos e contábeis pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Além disso, a despeito de ter sido incorporado à proposta orçamentária de 1949, não se aplicou senão em parte. Em 1952, o Plano foi praticamente abandonado. O Plano circunscrevia-se a quatro setores econômicos e sociais: saúde, alimentação, transporte e energia.

Os setores destacados no Plano estavam em consonância com a expansão do meio técnico-científico, pois representavam setores de fundamental importância. Com o objetivo de avaliar os impactos das ações estatais no processo de integração do território, analisamos os impactos produzidos no território da CANG, que, posteriormente, originou a cidade de Ceres. Estas transformações estabeleceram relações de complementariedade em serviços básicos de saúde e educação, tendo como agente articulador o Estado Nacional.

O Decreto Federal nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, foi o mecanismo jurídico e político que conduziu à Colônia Agrícola os primeiros profissionais da área de saúde. Segundo Cardoso (2005), em 1945 chega ao Hospital da CANG o Dr. Jair Dinoah de Araújo, acompanhado de três enfermeiras do Hospital Evangélico de Goiás, com sede em Anápolis. Posteriormente, outros médicos chegaram à Colônia para atender à demanda local. Cardoso (idem, p. 97) esclarece que a partir do crescimento populacional da Colônia e do incremento dos núcleos urbanos regionais, decorrentes de sua criação, “a demanda por atendimento à saúde era muito grande: sua área de abrangência chegava até o sul do Pará, Maranhão, Norte Goiano (hoje Tocantins) e Bahia”.

Diante da demanda, outros médicos pioneiros chegaram à região para compor o corpo clínico do hospital da CANG. Entre os vários profissionais que

contribuíram com os serviços de saúde, destacamos o Dr. Domingos Mendes da Silva, por ter se radicado na região de influência da Colônia Agrícola. Segundo Cardoso (2005, p. 97),

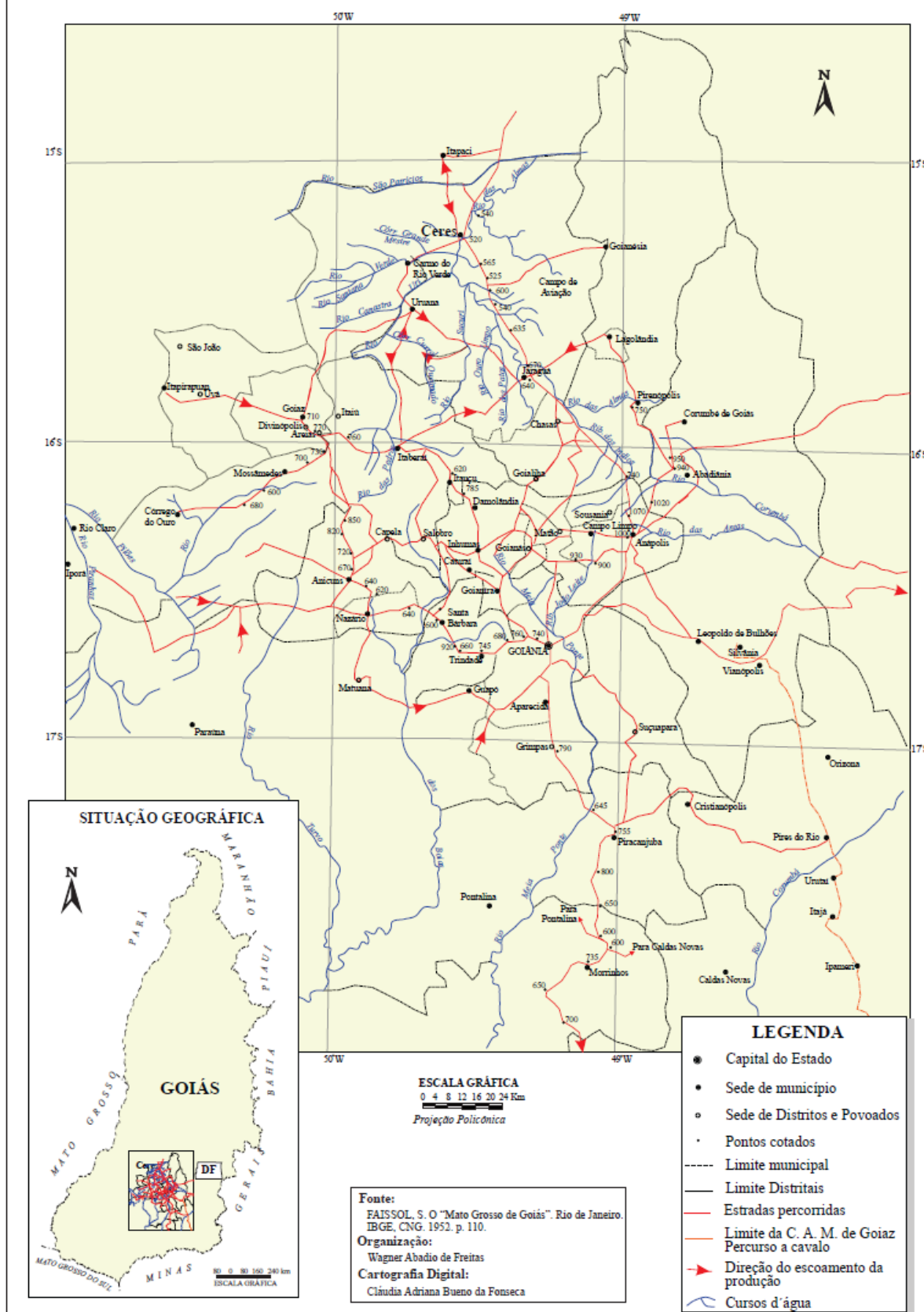
[e]m 1949, o Dr. Domingos mudou-se definitivamente para a CANG, onde trabalhou no hospital da colônia até 1951, ano em que saiu para montar o Hospital das Clínicas Centro Goiano, o primeiro hospital privado da região do Vale do São Patrício.

Estas ocorrências, na CANG, são simultâneas à implantação do Plano SALTE, reafirmando um dos principais pontos elencados no Plano, que foi o setor de Saúde. Cardoso (2005, p. 97) ressalta que “o Dr. Domingos cria, em 1956, a Escola de Auxiliar de Enfermagem no Hospital das Clínicas Centro Goiano, como uma forma de capacitar profissionais de saúde para auxiliar nos serviços hospitalares”. Estava em andamento, na CANG, um processo de consolidação de serviços médico-hospitalares relevantes para a compreensão do processo de constituição da centralidade exercida por Ceres.

Outro ponto elencado pelo Plano SALTE foi o setor de alimentação. As oito CAN foram concebidas para atender às demandas regional e nacional vinculadas à questão da alimentação. Entretanto, em virtude do sucesso de umas e o fracasso de outras, a produção agrícola não foi suficiente para atender os grandes centros consumidores. Segundo Dayrell (1974), desde 1947, a administração da CANG já se preocupava com o escoamento do excedente da produção em direção aos mercados consumidores em expansão.

Para integrar os centros produtores aos centros consumidores, os investimentos em infraestrutura viária foram fundamentais. Este setor – transportes – se desenvolveu regionalmente a partir da construção da estrada que interligava a CANG à cidade de Anápolis, além de outros eixos viários na região. Segundo Castilho (2009, p. 72), “estradas eram abertas para Itapaci e Carmo do Rio Verde”. Ainda, para o autor, estas estradas pertenciam a um projeto privilegiado cuja meta era colocar a CANG no centro da dinâmica socioespacial da região. Os investimentos em transporte possibilitaram o surgimento de núcleos urbanos e de uma embrionária rede urbana regional que, conforme Corrêa (1997), foi o início de uma articulação funcional entre os centros urbanos em formação. O Mapa 03 destaca os principais eixos que estabeleceram a conexão regional.

MAPA 03 – REDE DE TRANSPORTE EXISTENTE NA REGIÃO DO MATO GROSSO GOIANO - ESTADO DE GOIÁS, 1950



Fonte: Faissol (1952, p. 110).

Faissol (1952) esclarece que o escoamento da produção da CANG era realizado pela estrada que integrava a Colônia à cidade de Anápolis. Esta estrada, posteriormente, se tornou um expressivo eixo estruturante entre a Região Norte e Sul do País, conhecido como Transbrasiliana. Após aprovação do Plano Rodoviário Nacional, por meio do Decreto Federal nº 15.093 de 20 de março de 1944, Silva (1945, p. 1830) destaca:

Essa rodovia que estabelecerá, pela faixa meridiana-central do país, a ligação de Belém do Pará a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, tem como característica a aproximação dos pontos extremos muito afastados em suas comunicações, devido à configuração convexa da costa marítima.

Com a difusão do Plano Rodoviário Nacional, uma das metas do Estado estava sendo concretizada, pois estava em curso a integração do território nacional. Outro setor contemplado pelo Plano SALTE foi o setor Energético. Este setor está interligado ao desenvolvimento econômico e social do país, ou seja, quanto mais eficiência energética, melhores são as condições para o desenvolvimento.

No Estado de Goiás, em especial na CANG, as primeiras iniciativas ocorreram no final da década de 1940. Por meio do Decreto Federal nº 27.091, de 25 de agosto de 1949, fica explícito no art. 1º que,

[...] concedida à Companhia Hidroelétrica São Patrício, com sede em Anápolis, Estado de Goiás, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, de acordo com o Decreto-lei nº 938, de 8 de dezembro de 1938, ficando a mesma obrigada, para os seus objetivos, a satisfazer integralmente as exigências do Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subsequentes e seus regulamentos sob pena de revogação do presente ato. (BRASIL, 1949)

A partir da publicação deste Decreto, são iniciadas as obras de construção da barragem no rio das Almas. Segundo Borges (1999), em 12 de dezembro de 1955, com a conclusão da primeira parte da obra, a usina é inaugurada e entra em atividade.

Apesar do Plano SALTE enfatizar quatro setores (saúde, alimentação, transporte e energia), o setor educacional desempenhou papel importante no desenvolvimento regional do Estado de Goiás. No caso da CANG, o Decreto Federal

nº 3.059, no art. 6º e art. 8º, estabelecia a fundação de um aprendizado agrícola e a manutenção de escolas primárias. Esta incumbência estava sob a tutela do Governo Federal. As instituições confessionais também iniciaram suas atividades missionárias na Colônia, integrando a religiosidade e a educação. Segundo Silva (2008, p. 145),

[o]s principais colégios confessionais instalados na Colônia foram o Colégio Álvaro de Melo, mantido pelos evangélicos e que funcionava, na época, no regime de internato, e o Ginásio Imaculada Conceição, mantido pela ordem franciscana. Entre 1955 e 1956, foi construída uma escola americana em Ceres para atender aos filhos de missionários norte-americanos que realizam seus trabalhos na região Centro-Norte do país denominado de “Escola Bandeirante”, que também funcionava no regime de internato, dedicando-se ao ginásial, pois a educação primária era responsabilidade dos pais missionários. Essa escola era mantida pela missão norte-americana da Igreja Presbiteriana do Sul, que enviava professores dos Estados Unidos para ministrar a educação aos filhos de missionários.

Além das instituições mencionadas, foi criada uma escola agrícola, vinculada à Igreja Batista, tendo como representante o Médico pioneiro Dr. Domingos Mendes da Silva, integrante da referida congregação religiosa. Silva (2008, p. 144) ainda destaca a participação da Igreja Cristã Evangélica no campo educacional, “fundando na sede da Colônia Agrícola uma escola primária e um internato colegial” que, posteriormente, ganhou grande destaque regional. Segundo o autor (idem, p. 144),

[o] trabalho educacional iniciado pela Igreja Cristã Evangélica na Cang expandiu na região, contando, atualmente com colégios e faculdades, campus do Centro Universitário de Anápolis, mantidos pela Associação Educativa Evangélica.

Devemos destacar que a integração entre os objetos técnicos e a produção do território carrega consigo uma sobreposição de tempos desiguais. Santos (1994) acrescenta que os lugares são suscetíveis de intercomunicação e nele temos o encontro de possibilidades que se integram em diferentes escalas espaciais e temporais.

Nesse sentido, o território acumula “racionalidades” que foram materializadas em datas diferenciadas e manifestadas pelos objetos utilizados que viabilizam o processo de integração e apropriação. O meio natural é absorvido pelo meio técnico no curso de um processo de sucessivas modernizações e implantações de objetos técnicos com datação diferenciada. Para Santos (1994), este movimento é

caracterizado como um momento da história no qual o processo de racionalização atinge o próprio território. Este passa a ser um instrumento fundamental da racionalidade técnica.

Nesta perspectiva, os setores de saúde, alimentação, transporte, energia e educação, dentre outros, foram partes integrantes das transformações estruturais e conjunturais da CANG, alterando as dinâmicas econômica, social e política da região. Além do Plano SALTE, o governo brasileiro criou, em 1948, a Comissão Mista Brasileiro-Americana, conhecida por “Missão Abbink”. Segundo Ianni (1977, p. 95),

Os estudos realizados por essa Comissão orientaram-se no sentido de conhecer, tão minuciosamente quanto possível, os principais “pontos de estrangulamento” da economia brasileira. Nesse sentido, fizeram-se estudos e apresentaram-se recomendações, bem como projetos prioritários, sobre os seguintes aspectos da economia do País: comércio, agricultura, pecuária, pesca, piscicultura, combustíveis, mineração, indústria, transportes, eletricidade, mão-de-obra, assuntos fiscais, bancos, investimentos, financiamentos, discriminação de capitais, etc.

Os estudos envolveram vários segmentos, contemplando o setor primário da economia, passando pelo setor secundário e pelo setor terciário. Com o desenvolvimento dos trabalhos, a Comissão apresentou caminhos possíveis para o gradativo processo de modernização, indicando as fragilidades estruturais do país. Para Ianni (1977, p. 97), “o governo deveria criar instituições ou modernizar as preexistentes e adotar diretrizes com a finalidade de eliminar ou reduzir os pontos de estrangulamento que impedem a expansão do setor privado”.

Na Constituição Federal de 1946, estava prevista a incorporação de “novas” regiões ao processo de produção capitalista. No art. 199, fica estabelecida a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Segundo Ianni (1977), esta superintendência, vista como órgão de planejamento regional, demonstra a parceria entre o Estado e o Planejamento Econômico brasileiro, promovendo iniciativas para incorporação de “novos” territórios. Porém, a SPVEA só foi concretizada no início da década de 1950, com a Lei Federal 1.806 de 6 de janeiro de 1953. No art. 2º é destacado o seguinte texto:

A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo

de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão, a oeste do meridiano de 44º. (BRASIL, 1953)

A incorporação de “novas” regiões está ligada à mobilidade da fronteira agrícola e econômica do país. Segundo Hissa (2002), este processo evidencia vários mundos e poderes interpenetrantes, que durante a gestão do governo Dutra não foram suficientes para resolver os problemas estruturais do país. Com o retorno de Getúlio Vargas ao Governo Federal, no início da década de 1950, novas diretrizes foram apresentadas. É o que destacaremos a seguir.

2.3 EMANCIPAÇÃO E (RE) FUNCIONALIZAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE A CANG E O MUNICÍPIO DE CERES

A inserção de objetos técnicos, o fluxo populacional e a presença do Estado foram essenciais na consolidação da CANG, que, posteriormente, deu origem à cidade de Ceres, na região do Vale do São Patrício¹⁶.

Ao longo da década de 1940 e 1950, a CANG ganhou forma e conteúdo. Na sede da Colônia Agrícola, os objetos técnicos foram instalados para subsidiar e dar suporte aos colonos pioneiros, no início de suas atividades.

Waibel (1958, p. 150) relata que foi construído no núcleo urbano da CANG “um edifício de dois andares para os escritórios da administração, um almoxarifado, uma oficina mecânica, uma serraria, um hospital”. Além dessas estruturas, à medida que a Colônia aumentava o contingente populacional, outros setores se desenvolviam para atender a demanda existente.

Neste trabalho, não temos a pretensão de detalhar o processo histórico de constituição da cidade. Nosso objetivo é apresentar alguns elementos concretos que possibilitem o entendimento processual que promoveu a centralidade exercida por Ceres na região do Vale do São Patrício e entre eles vale destacar: a constituição da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, a produção agrícola, estruturas de saúde e educação, infraestruturas de transportes, além de outros objetos técnicos que foram

¹⁶ Segundo do Frei Alexandre Wyse (1989), os irmãos Dominicanos Frei André e Frei Simão, juntamente com o Bispo Dom Cândido, embrenharam-se nas matas de São Patrício e chegaram ao Rio Tocantins. Durante o percurso, descobriram uma antiga estátua do Apóstolo da Irlanda. Essa antiga imagem de São Patrício, provavelmente esculpida em Goiás, no século XVIII, inspirou aos frades, mais tarde, a erigir uma majestosa estátua do Santo, na praça em frente à Igreja Católica Matriz de Ceres. Assim é reverenciada a memória do Apóstolo da Irlanda, cujo nome foi dado ao rio e ao vale banhado pelo mesmo rio (WYSE, 1989, p. 110).

essenciais no desenvolvimento regional, tendo como referência a cidade de Ceres, como centro gestor do território.

Nesse sentido, vale ressaltar a construção da ponte de tambores que interligou, de forma mais efetiva, Ceres à Barranca (hoje Rialma), localizada na margem direita do Rio das Almas. Veja a Figura 4:



Figura 4 – Ponte de tambores sobre o Rio das Almas, estabelecendo a ligação entre Ceres e Rialma. Fonte: <https://www.facebook.com>. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.425678977506301.94590.425671427507056&type=3>. Acesso em: 25 set. 2014.

Este objeto técnico foi importante no processo de produção do espaço, pois facilitou o fluxo de pessoas, serviços e mercadorias. Além das estruturas mencionadas, durante a consolidação da CANG foram instalados a Delegacia de polícia, Estação Rodoviária, oficinas mecânicas, transporte interurbano, comércio de gêneros alimentícios e vestuário, agência bancária, instituições religiosas e de ensino, indústria de cerâmica, tais que, em certa medida, atendiam a demanda regional.

Com a emancipação de Ceres, novas relações foram estabelecidas. Para avaliá-las, recorreremos às Geometrias das formas elementares e complexas de poder (CLAVAL, 1979), na tentativa de compreender a transição político-administrativa entre a CANG e a cidade de Ceres; bem como analisar o processo de apropriação

privada de determinados serviços que, a princípio, eram administrados pelo Governo Federal.

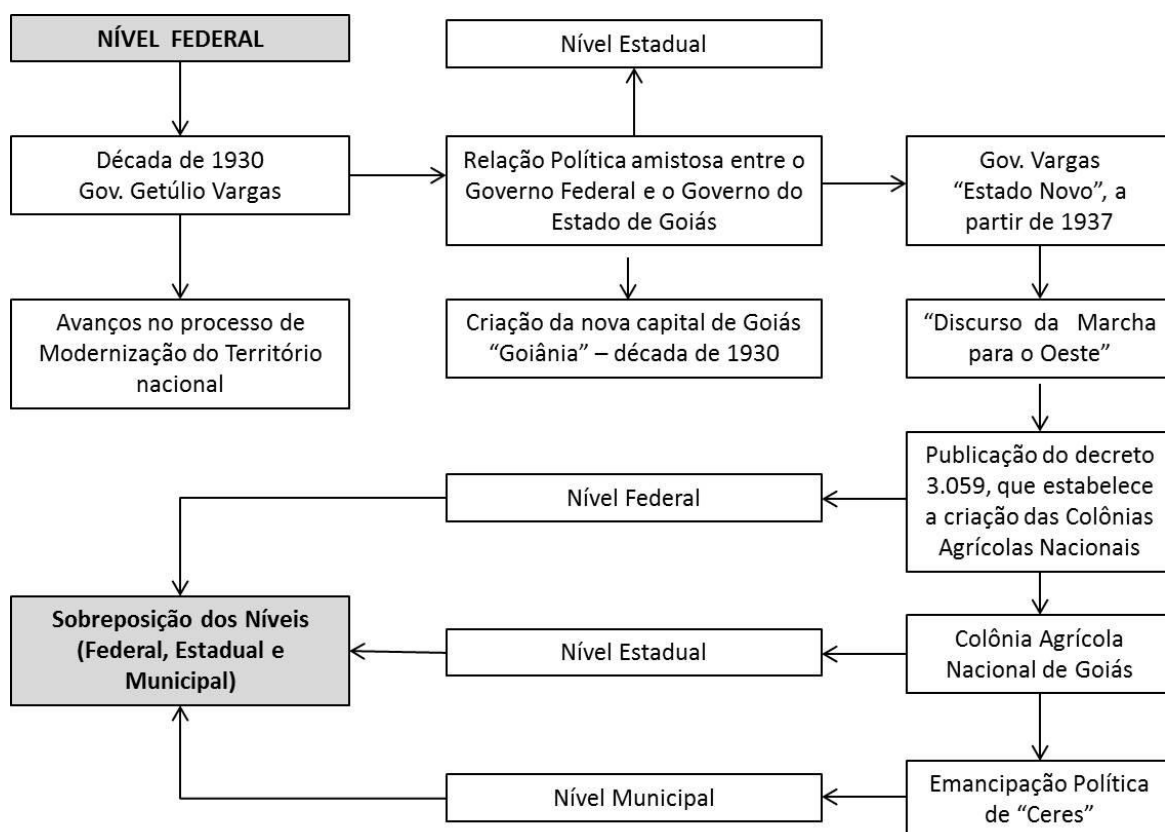
Nesse sentido, elegemos a categoria cidade para referenciar a discussão apresentada, entendendo que a mesma centraliza a gestão do território: no caso concreto, nos referimos à cidade de Ceres no processo de gestão do território do Vale do São Patrício. Segundo Spósito (2008), para compreender a cidade temos que ir além da análise superficial, pois as diferentes manifestações urbanas expressam articulações e objetivações que marcam a reprodução do território.

A cidade é um produto que promove conexões e fluidez às dinâmicas produtivas desenvolvidas no território. Segundo Lefebvre (2001, p. 52), “a cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”.

Assim, a história da cidade se insere em uma produção continuada que revela, no presente, novas formas e conteúdos criados por agentes sociais. Os objetos inseridos e apropriados são carregados de intencionalidades que conjugam e sobrepõem tempos desiguais. Nessa perspectiva, Santos (1994, p. 71) argumenta que “a cidade é, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano, com o qual se confunde”.

A cidade em construção absorve as externalidades e estrutura sua própria dinâmica econômica, política e social. Os novos agentes e objetos redefinem os sistemas instalados no território/região por meio de normas e ações, construindo um percurso que expressa seus domínios. A cidade de Ceres é produto de processos e percursos com esta natureza política, que, por sua vez, é revelada territorialmente.

A análise da cidade de Ceres, no que tange às dinâmicas territoriais, envolve uma transição no âmbito federal, estadual e municipal. Esta sobreposição carrega consigo elementos materiais e imateriais instalados no território brasileiro a partir da Marcha para o Oeste. Nesse sentido, a cidade de Ceres dá “continuidade” a um projeto decorrente da intencionalidade do Governo Federal, transcrito e deliberado pelo Decreto Federal nº 3.059, que estabeleceu a criação das CAN. O Organograma 2 apresenta o ordenamento desta trajetória.



Organograma 2 – Ordenamento e sobreposição entre os níveis de governo na produção do território nacional.

Fonte: Organizado por Wagner Abadio de Freitas (2014).

A análise do Organograma 2 facilita o entendimento das sobreposições entre os níveis Federal, Estadual e Municipal. A cidade de Ceres origina-se de ações pensadas e planejadas a partir da gestão federal, mas tem seu conteúdo e sua forma redefinida pelas dinâmicas e relações territorializadas.

Para compreendermos essa trajetória, o Decreto Federal nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, descreve e aponta as diretrizes a serem seguidas em prol do processo de emancipação.

Entretanto, as relações sistêmicas polarizadas nesta região foram alteradas durante o processo de “desfederalização” da Colônia Agrícola. Esse contexto, segundo Santos (1994), é marcado por uma “simultaneidade de tempos desiguais”, porém, não promoveu uma ruptura completa das relações de poder constituídas no território da CANG. Nessa perspectiva, o Decreto Federal nº 3.059, supracitado, é tomado como referência para orientar o processo de emancipação da Colônia Agrícola: o art. 5º estabelecia que “no projeto da sede serão observadas todas as regras urbanísticas, visando à criação de um futuro núcleo de civilização no interior do país”.

A CANG estava vinculada a um processo de colonização e urbanização pautado em regras urbanísticas previamente estruturadas por meio de um planejamento urbano que, posteriormente, originou a cidade de Ceres. Nesse sentido, objetos técnicos foram inseridos no território e materializaram a CANG, bem como uma rede embrionária de transportes, articulando a Colônia Agrícola às demandas impostas pelo sistema capitalista.

Estas articulações transformaram a paisagem local e regional, passando a apresentar elementos presentes na lógica produtiva sediada no sudeste do país. Ao longo da década de 1940 e início dos anos 1950, o Governo Federal atuou diretamente na CANG e, juntamente com outros agentes, criou as bases para que o Núcleo Colonial pudesse emancipar.

Com o retorno de Getúlio Vargas ao Governo Federal, no início da década de 1950, e a concomitante volta de Pedro Ludovico ao Governo do Estado de Goiás, em 31 de janeiro de 1951, reativou-se a parceria constituída entre a esfera federal e estadual, na década de 1930.

A expansão nos processos de industrialização e urbanização do país passou a exigir uma nova postura governamental. Se, por um lado, o Estado de Goiás reativou uma ligação política entre Vargas e Ludovico, por outro, esgotava a permanência de Bernardo Sayão como administrador da Colônia Agrícola.

Segundo Sayão (1984), Bernardo Sayão não se ocupava muito com a burocracia, o que desencadeou a instauração de um inquérito administrativo para averiguar o setor contábil da CANG. Em meio a uma crise estabelecida, Bernardo Sayão foi exonerado do cargo em 1950. Para substituí-lo, o Governo Federal nomeia o Engenheiro Agrônomo Datis Lima de Oliva.

Em 4 de setembro de 1953, o Núcleo Colonial foi emancipado pela Lei Estadual nº 767. Posteriormente, em 13 de novembro do mesmo ano, foi criada a Comarca de Ceres, com a promulgação da Lei nº 956, cujo poder legislativo foi composto por nove vereadores. A mesma Lei colocou o Sr. Domingos Mendes da Silva no comando do Poder Executivo Municipal (IBGE, 1957-1964, p. 121).

Com o processo de emancipação, o município passou por mudanças na conjuntura política: a gestão de seu território foi transferida para as esferas estadual e local, com a instalação dos elementos comuns à sede de um município, bem como com os procedimentos administrativos necessários para repassar o controle das estruturas edificadas durante a gestão Federal para o município.

Outro procedimento realizado foi o processo de liquidação e regularização fundiária dos lotes rurais e urbanos. Por meio do art. 21 do Decreto Federal nº 3.059, os títulos definitivos das propriedades foram passados pela Divisão de Terras e Colonização. Nesse contexto, o Departamento de Divisão de Terras e Colonização, vinculado ao Ministério da Agricultura, deu origem ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), que por força da Lei Federal nº 2.163, de 05 de janeiro de 1954, assumiu as atribuições do Conselho de Imigração e Colonização/Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e da Divisão de Terras e Colonização/Ministério da Agricultura (INCRA, 1974).

No relatório produzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1974, constam os procedimentos legislativos referentes à emancipação¹⁷ ocorrida na década de 1950; bem como a lista completa dos nomes dos proprietários, a área do loteamento em hectares, a informação quanto à forma de aquisição do lote (doado ou comprado) e dados referentes ao título definitivo (livro, folhas, data e o cartório onde foi efetuado o registro). Este relatório está arquivado na sede do INCRA, em Goiânia, e o acesso ao mesmo só foi possível mediante apresentação da declaração emitida pelo Programa de Pós-graduação, evidenciando que as informações obtidas seriam utilizadas para fins científicos.

¹⁷ Quanto às informações dos proprietários, preferimos não divulgá-las para garantir a segurança e integridade dos cidadãos beneficiados com a doação dos lotes urbanos e rurais durante o processo de colonização.

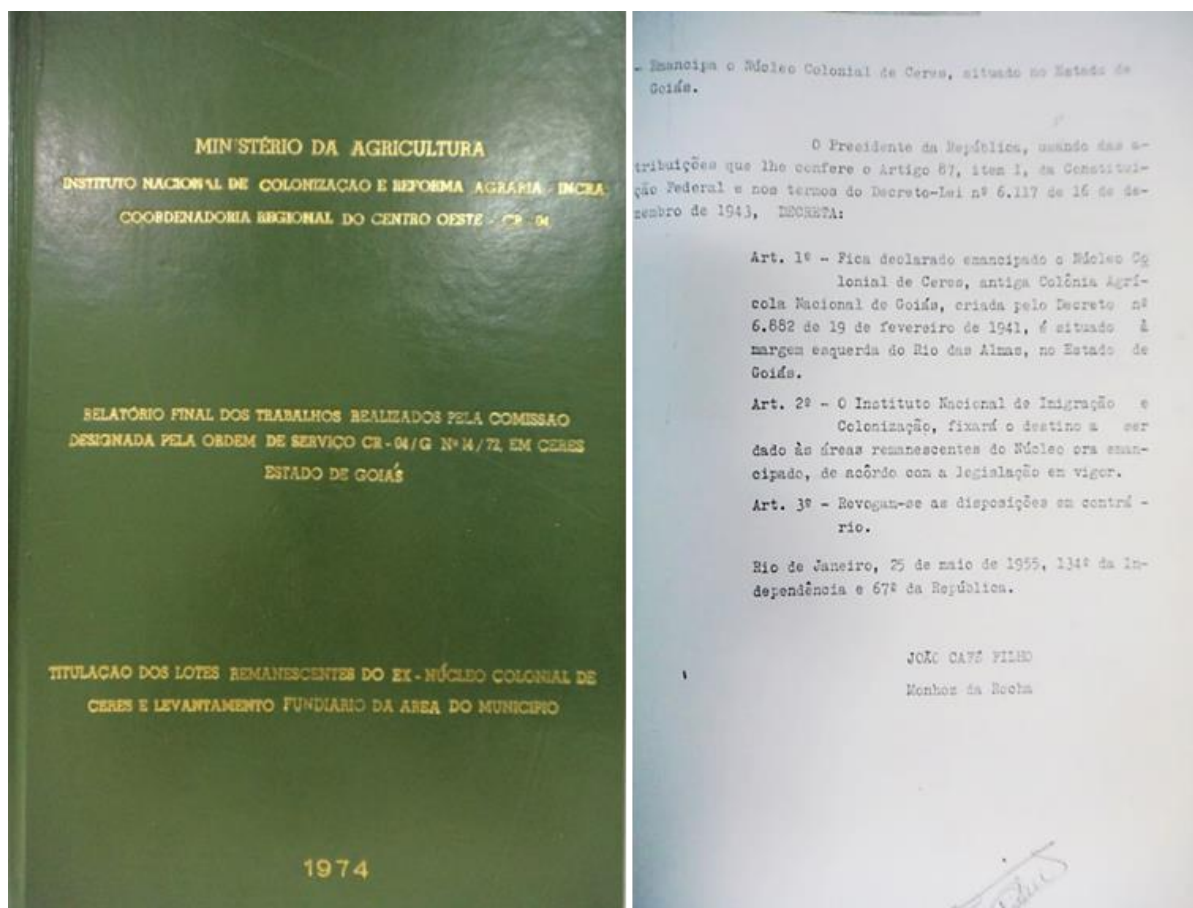
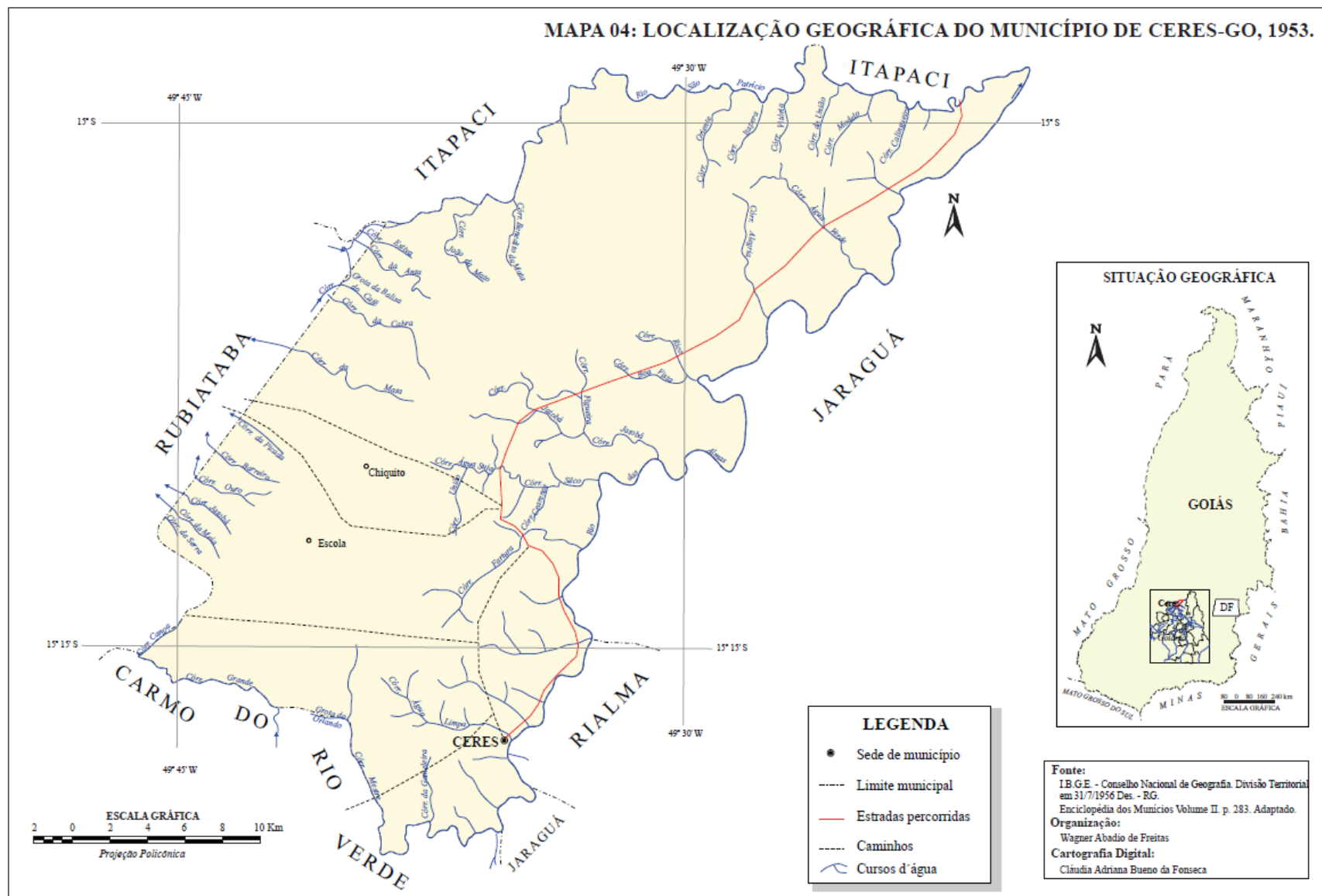


Figura 5 – Capa do Relatório elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e informações referentes ao processo de emancipação do município de Ceres.

Fonte: INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Coordenadoria Regional do Centro-Oeste – CR – 04. Relatório Final dos Trabalhos realizados pela comissão designada pela ordem de serviço CR-04/G Nº 14/72 em Ceres – Estado de Goiás. 1974.

A transição jurídica da CANG para o município de Ceres foi processada ao longo de alguns anos, estabelecendo uma sobreposição entre o governo municipal, estadual e federal. Nesse sentido, a CANG e a cidade de Ceres foram produtos desta sobreposição de esferas administrativas. A realidade produzida no território goiano remete-nos à simultaneidade de tempos desiguais, manifestadas no espaço, apresentada por Santos (1994).

Nessa perspectiva, os sistemas produtivos advindos destes “núcleos” teceram uma rede de integração regional, centralizada na cidade de Ceres. Este município, conforme a caracterização geográfica realizada por Faissol (1952), localiza-se na região do “Mato Grosso Goiano”, à margem esquerda do Rio das Almas, e tem como municípios limítrofes: Itapaci ao Norte, Rialma a Leste, Rubiataba a Oeste e Carmo do Rio Verde ao Sul, conforme Mapa 04.



Fonte: Adaptado de IBGE (1957-1964, p. 283, v. II).

A localização geográfica evidenciada no Mapa 04 refere-se à divisão político-administrativa da época, pois tanto o município de Nova Glória¹⁸, quanto Ipiranga de Goiás¹⁹, emancipados na década de 1980 e 1990, respectivamente, pertenciam ao município de Ceres. Além da caracterização geográfica apresentada por Faissol (1952), a região também é conhecida pelo nome de Vale do São Patrício, pois o limite Norte do município, na década de 1950, era demarcado pelo Rio São Patrício. Quanto ao acesso rodoviário, o principal eixo de ligação regional era a Rodovia Transbrasiliana, hoje a BR 153, além da presença de estradas vicinais que, posteriormente, deram origem às Rodovias Estaduais. Parte desta infraestrutura viária foi estruturada com a participação do Engenheiro Bernardo Sayão, administrador da Colônia durante a década de 1940.

Com a constituição das estruturas viárias, a região ganha novas configurações dinamizadoras da economia regional. Estas transformações e dinamismos serão analisados a seguir.

2.4 CERES: O PLANO URBANÍSTICO E POLARIZAÇÃO REGIONAL

Após a emancipação da CANG, o Governo Federal transfere para o município de Ceres a gestão das estruturas públicas federais, que até então estavam sob o controle da União. Esta transferência estava prevista no Decreto Federal nº 3.059, em fevereiro de 1941. Nessa perspectiva, o processo produtor da cidade de Ceres não se aproxima dos processos constituidores da maioria das cidades brasileiras, que têm como ponto de partida um movimento “espontâneo”. Ceres é produto de ações governamentais, carregadas de intencionalidades e ideologias reveladas em seu plano urbanístico. O escritório Saturnino de Brito, localizado no Rio de Janeiro, preparou o plano urbanístico do núcleo colonial, a pedido do Governo Federal. Waibel (1958, p. 150) relata:

Embora um plano completo da futura cidade já tenha sido preparado pelo escritório Saturnino Brito, só algumas casas residenciais já foram construídas. A cidade terá provavelmente o nome de “Ceres”, indicando que a produção agrícola será a principal finalidade da colônia.

¹⁸ O município de Nova Glória é criado pela Lei nº 8.842, de 10 de junho de 1980.

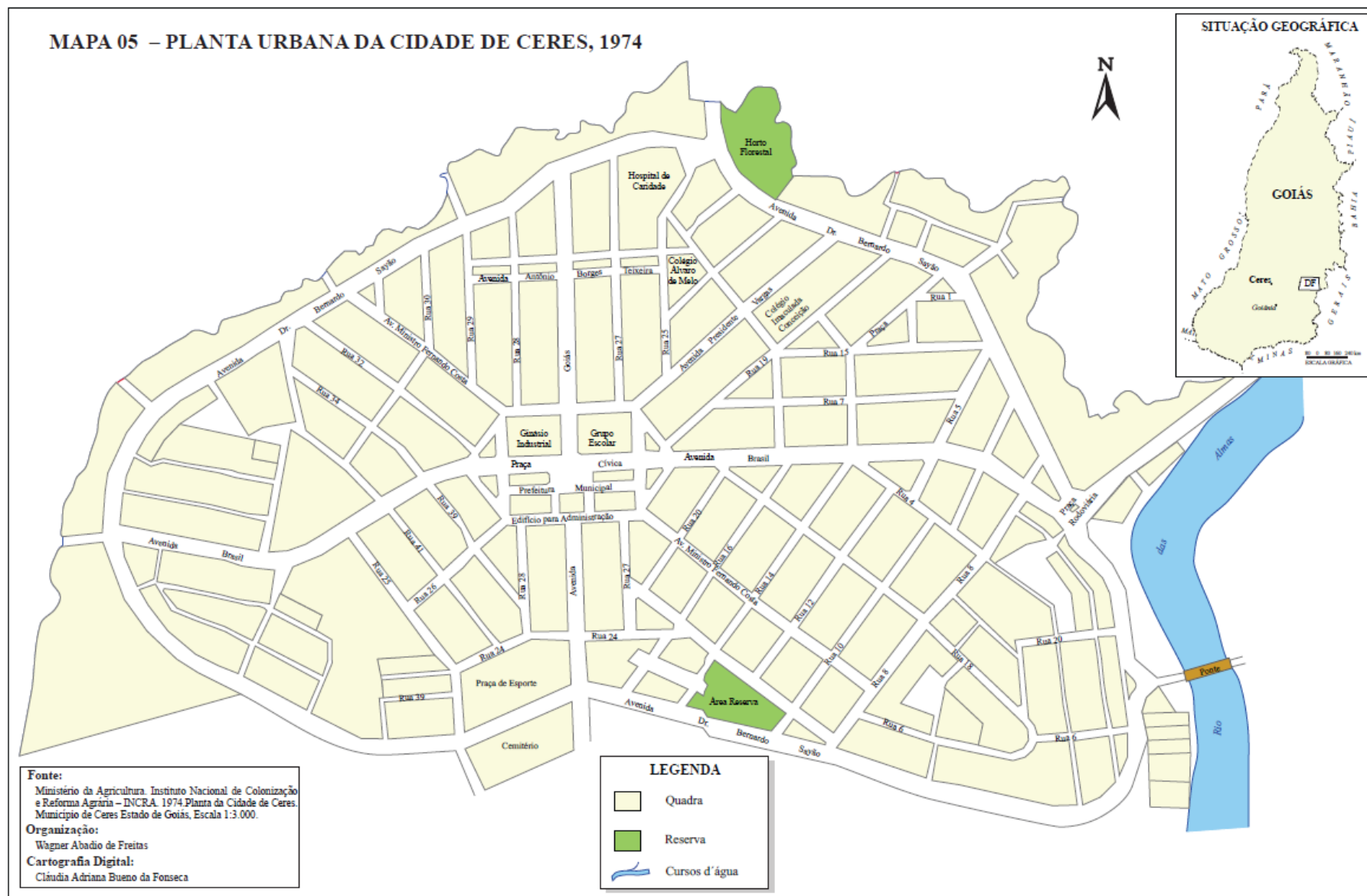
¹⁹ O município de Ipiranga de Goiás foi criado pela Lei nº 13.137, de 21 de julho de 1997.

Nesse sentido, o traçado das ruas da cidade é fruto de uma ação planejada e materializada no território. A partir de ações direcionadas, houve uma decantação separando as classes sociais no núcleo urbano. Por meio de ações segregadoras, o Estado reafirma sua presença através da instalação de objetos técnicos no espaço intra-urbano. Um dos elementos marcantes no núcleo urbano de Ceres é seu “Centro Cívico”. Segundo Castells (1983), os centros cívicos de cidades representam o poder ideológico do Estado Nacional, com vistas à constituição de uma unidade social em torno da sede administrativa.

Ampliando a escala de análise, Goiânia, a capital do estado de Goiás, é outro exemplo em que esta concepção se faz presente. A sede administrativa estadual apresenta em seu ponto central uma “Praça Cívica”: nela foram erguidos os símbolos do poder no arranjo institucional.

À medida que a nova capital estadual era utilizada para redefinir as relações políticas, econômicas e sociais goianas, por meio de ações comandadas pelo governo estadual, a CANG ganhava forma e conteúdo a partir de iniciativas vinculadas à ação do Governo Federal.

Portanto, a Praça Cívica expressa a presença do Estado como símbolo do poder político materializado em um ponto estratégico; ou seja, uma referência simbólica territorializada na cidade. O Mapa 05 representa o traçado do núcleo urbano e a posição central da Praça Cívica em Ceres.



Fonte: INCRA (1974).

Nesta perspectiva, é possível identificar os conteúdos políticos materializados na cidade. Segundo Castells (1983, p. 311),

[o] centro é o espaço que permite, além das características de sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada destas atividades e, daí, a criação das condições necessárias à comunicação entre os atores.

Para Corrêa (1997), a inserção de uma determinada cidade na divisão territorial e regional do trabalho tem como foco a gestão do arranjo produtivo. No que se refere à Colônia Agrícola, o objetivo foi fomentar o processo de modernização produtiva da região. Neste movimento, os serviços oferecidos pela CANG situaram a cidade de Ceres, que a sucedeu, numa condição de centralidade na região.

A centralidade promovida pela intervenção do Governo Federal colocou a CANG/Ceres em uma posição privilegiada em relação aos municípios que passaram a ser influenciados por ela. No decorrer do movimento de consolidação da CANG, uma rede urbana foi se estruturando e redefinindo as relações produtivas na região influenciada pela Colônia Agrícola.

Para analisar este processo, recorreremos à “Teoria das Localidades Centrais”, desenvolvida por Walter Cristaller, na década de 1930. Na análise de Corrêa (1997, p. 17), esta teoria:

É importante porque ela trata de um tema relevante que é o de organização espacial da distribuição de bens e serviços, portanto, de um aspecto da produção e de sua projeção espacial, sendo assim, uma faceta da totalidade social.

A teoria avaliada por Corrêa (idem) auxilia no entendimento do processo que colocou Ceres em uma condição de centralidade em escala regional. Para o autor, “a rede de localidades centrais constitui-se em uma estrutura territorial” (CORRÊA, 1997, p. 21), cuja análise possibilita a compreensão do sistema urbano. Entretanto, as considerações relativas aos fenômenos urbanos com esta natureza não são marcadas pela simplicidade, pois os objetos e sistemas técnicos inseridos no território tornam-se mais complexos e repletos de contradições potencializadas pelos agentes produtores do território.

A influência regional dos núcleos urbanos instalados é definida e redefinida a cada momento, solicitando novas leituras do território em que a centralidade é

exercida. Só assim podemos avaliar as metamorfoses nos arranjos produtivos. Nesse sentido, Castells (1983, p. 314) destaca que “o centro urbano não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana”.

Esta comunicação é fundamental para o exercício de uma centralidade regional, no contexto dos fluxos intra-urbano e interurbanos. Nesta perspectiva, Spósito (2001, p. 235) esclarece que existe uma diferença conceitual entre centro e centralidade: “o centro se revela pelo que se localiza no território e a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território”. Reforçando o conceito apresentado por Spósito (2001), Whitaecker (2003, p. 128) acrescenta que

i

[n]ão existe cidade sem centralidade, por isso se compreende que a única categoria que possa ser utilizada para definir a cidade em todos os tempos é o centro. Mas deve-se procurar compreender o conteúdo da centralidade nos diferentes momentos históricos e recortes empreendidos para sua apreensão, na perspectiva de entender como se realiza no âmbito de diferentes formações sociais.

Para Whitaecker (2003, p. 135), “essa centralidade não se define apenas no nível intra-urbano, mas na articulação de diferentes níveis e escalas”. Na análise de Olanda (2010), estes conceitos estão diretamente associados, ou seja, um não existe sem o outro. Por fim, complementando esta discussão, Lefebvre (1999) destaca que a centralidade deve ser considerada como um movimento dialético e contraditório de constituição e destruição, que dinamiza os fluxos materiais e imateriais em direção às suas áreas de influências.

Quando analisamos a realidade materializada a partir da CANG/CERES, a centralidade exercida abrange a região do Vale do São Patrício. Após a emancipação de Ceres, as relações políticas, sociais e econômicas foram redimensionadas. Os serviços oferecidos pela estrutura pública – Hospital da CANG – passaram a ser administrados pela Prelazia de Santana da Ilha do Bananal²⁰, com sede administrativa na cidade de Goiás, vinculada à Igreja Católica. A Figura 6

²⁰ A Prelazia da Ilha do Bananal, desde 1938, foi entregue aos cuidados da Província Dominicana de Bologna, Itália e inicialmente incluía apenas a Ilha do Bananal. Entretanto, por licença de Roma, o Prelado residia fora do território a ele confiado, no convento dos Frades Dominicanos na cidade de Goiás, pois os únicos moradores da Ilha eram os sobreviventes das tribos indígenas dos Javaés e dos Carajás. Ao ser designado Prelado, em 1940, Dom Cândido Maria Penso, com o tempo, juntamente com os Franciscanos a Prelazia passou a atuar de forma mais incisiva no território goiano em especial na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (WYSE, 1989, p. 107-108).

confirma a relação estabelecida por meio do convênio entre o Governo Federal e a Prelazia, cujo Diretor responsável era o Bispo Dom Cândido Bento Maria Penso. Esta relação demonstra o alcance territorial exercido pela CANG/Ceres, que atingia o extremo norte do Estado.

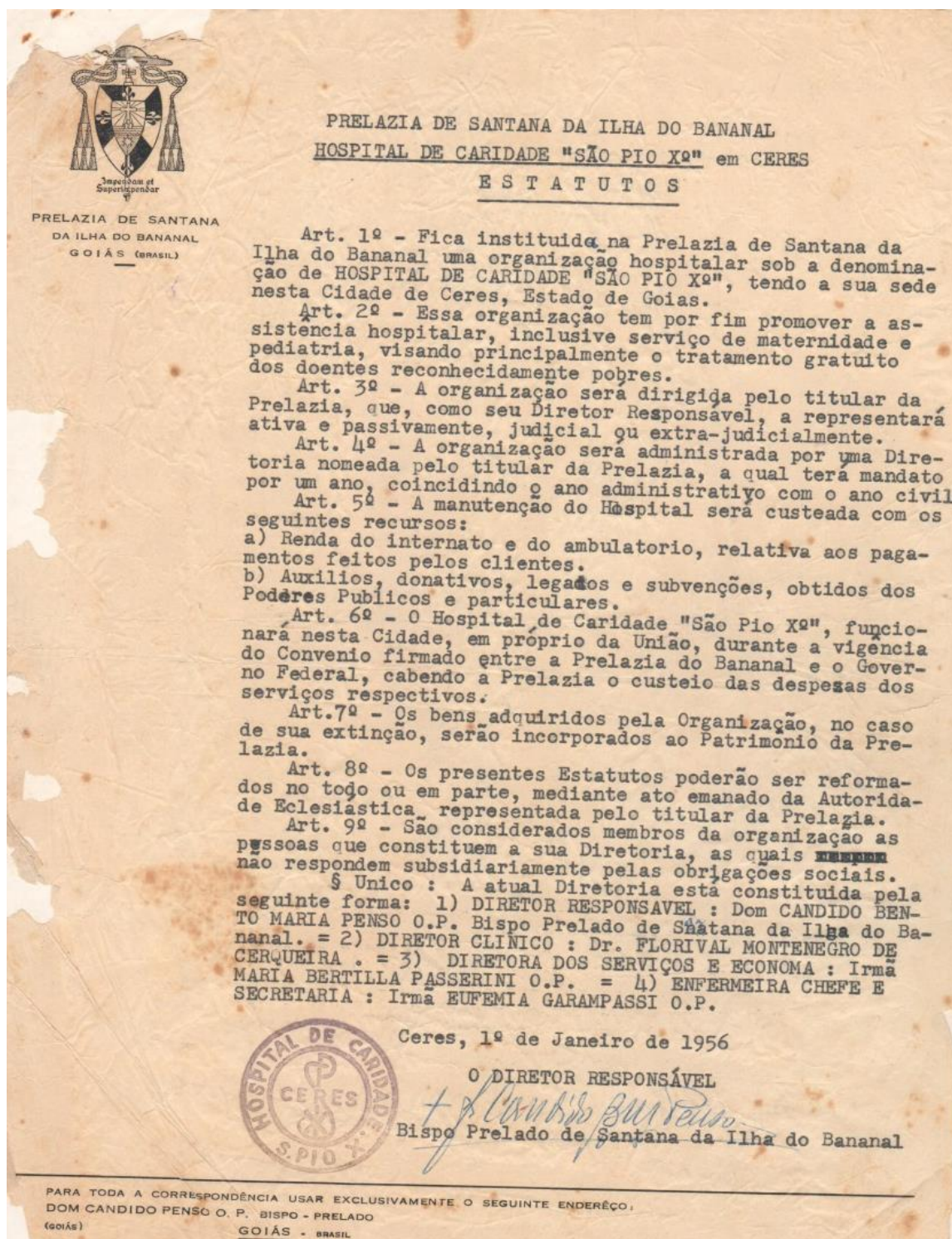


Figura 6 – Estatuto que regulamenta o convênio estabelecido entre o Governo Federal e a Prelazia de Santana da Ilha do Bananal.

Fonte: Arquivo particular do Hospital São Pio X.

Em 1956, a Prelazia de Santana da Ilha do Banal foi extinta. Para Santos (2005), o Arcebispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira almejava produzir uma nova organização regional do território goiano, para tornar mais eficaz a atuação da Igreja Católica. Com isso, a Diocese de Goiás assumiu a gestão do Hospital – que passou a ser chamado de “São Pio X”. As Figuras 7a e 7b apresentam a certidão que legitimou a transferência entre o transmitente (Governo Federal) e o adquirente (Diocese de Goiás).

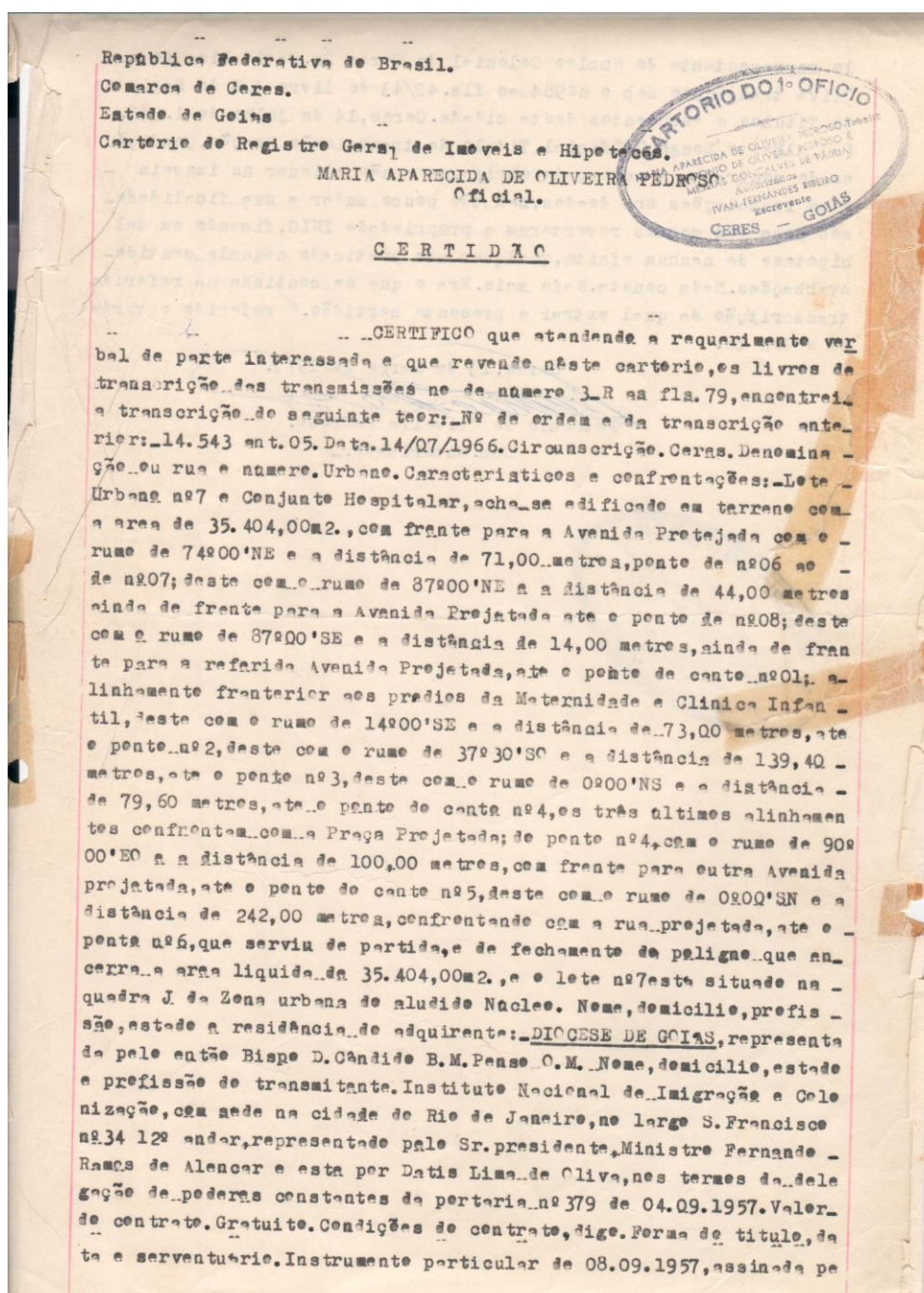


Figura 7a – Oficialização do processo de doação dos lotes e da estrutura física do Hospital da CANG.
Fonte: Arquivo particular do Hospital São Pio X.

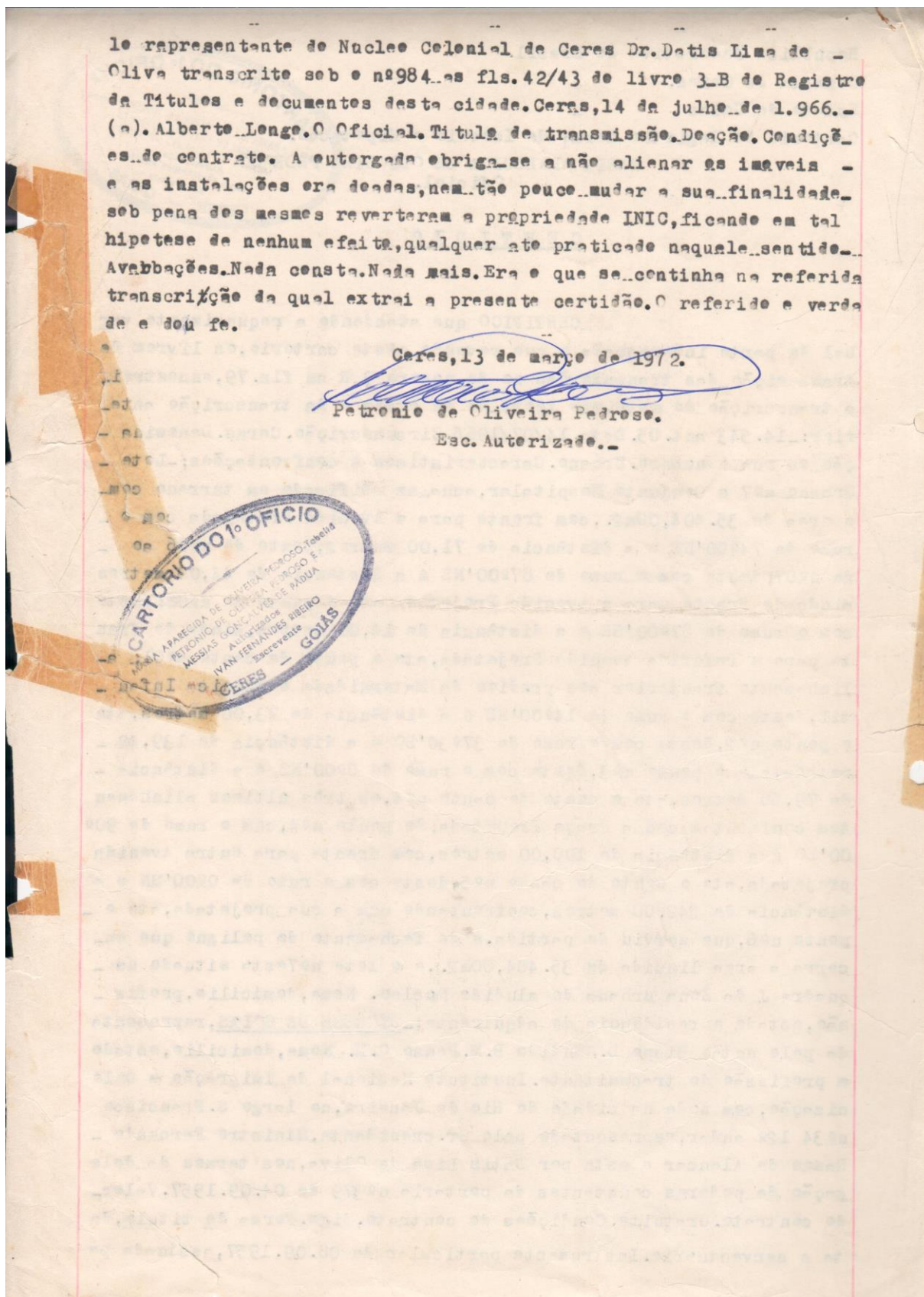


Figura 7b – Oficialização do processo de doação dos lotes e da estrutura física do Hospital da CANG.
 Fonte: Arquivo particular do Hospital São Pio X.

A oficialização deste ato, registrado no Cartório do 1º Ofício de Ceres, no ano de 1973, fez parte do processo de liquidação dos imóveis que estavam em aberto desde a emancipação do município. O processo de transição ficou a cargo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), atualmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que cumpriu o que estava estabelecido desde a criação da CANG.

As ações governamentais foram materializadas territorialmente, à medida que o meio técnico transpôs as limitações do meio natural. O diálogo estabelecido entre as escalas federal, estadual e municipal foi determinante para promover a integração e modernização do território goiano. Nesse sentido, a CANG é produto deste diálogo iniciado com o Estado Novo, através do discurso da Marcha para o Oeste.

As estruturas viária, médico-hospitalar, educacional, energética e agrícola foram fundamentais para o desenvolvimento da CANG/CERES, diante das particularidades e especificidades do lugar e da região. Os Planos governamentais desenvolvidos nacionalmente foram absorvidos em diferentes níveis, tendo como exemplo o Plano SALTE.

Com os avanços técnicos, a CANG amplia sua influência regional e encontra condições para ser emancipada, exercendo um papel polarizador na região. O município de Ceres surgiu como produto de um processo iniciado na capital federal, na época sediada no Rio de Janeiro e materializado no Planalto Central. Depois da criação da CANG – no contexto da Marcha para o Oeste – analisamos a repercussão do Plano SALTE na CANG. Mas o Plano SALTE não representou o final de um processo, muito pelo contrário. Ele foi sucedido pelo Plano de Metas e pelos PND'S.

Nessa perspectiva, a cidade de Ceres foi impactada pela continuidade de um movimento voltado para a integração do território nacional e para a modernização produtiva. Contudo, a continuidade é relativa, pois ela não é marcada pela linearidade, mas pela contradição. Por meio dela percebemos a sobreposição de ações no território.

Tal sobreposição não permite que seja estabelecida uma fronteira que separe no espaço e no tempo a Colônia Agrícola e a cidade de Ceres. Nessa perspectiva, os processos históricos e espaciais, quando analisados a partir das contradições neles manifestadas, nos ajudam a compreender a produção e apropriação territorial. Os objetos técnicos e as infraestruturas construídas na região possibilitaram a

constituição de uma rede urbana: o objetivo principal era modernizar as relações produtivas por meio da centralidade exercida pela CANG.

O núcleo urbano fundado desempenhou funções importantes no território goiano, tornando-se, simultaneamente, centro e centralidade, a partir da oferta de serviços públicos e privados ligados ao setor de saúde e educação. Esses serviços foram essenciais para o desenvolvimento regional. A cidade de Ceres tornou-se referência no Vale do São Patrício, a partir de um processo deflagrado com a instalação da CANG.

O Estado, as empresas e as instituições religiosas figuraram, e ainda figuram, como elementos centrais nas relações de poder. Eles controlam setores estratégicos da economia ceresina, definindo suas formas e conteúdos. A ex-colônia agrícola revela uma identidade que conjuga tempos e espaços, redefinindo-os indefinidamente.

Esta redefinição será abordada no próximo capítulo, tendo em vista a ampliação e a sobreposição das escalas em prol do projeto de integração nacional anunciado pelo governo Juscelino Kubitschek, na segunda metade da década de 1950.

CAPÍTULO 3 – CERES NO CONTEXTO REGIONAL AMPLIADO: O EIXO CERES-ANÁPOLIS PRESENTE NA MARCHA PARA O OESTE E NO PERGEB

3.1 O PARADIGMA DESENVOLVIMENTISTA NA ERA JK E A INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL

No final da década de 1950 já era possível perceber que vários pontos do território goiano estavam incorporados à dinâmica econômica comandada pela Região Concentrada. O processo de modernização promovido nas décadas de 1930 e 1940 possibilitou a instalação de objetos técnicos essenciais na redefinição da Divisão Territorial do Trabalho, intensificando a articulação e os fluxos entre o litoral e o interior.

Em meio às transformações econômicas, sociais e políticas, a questão da transferência da capital federal para o Planalto Central emerge como estratégia fundamental para o desenvolvimento do país. Contudo, apesar de ter sido materializada a partir da metade do século XX, Brasília era matéria constitucional desde o século XIX.

A vitória de Juscelino Kubitschek, no pleito eleitoral para presidente da República, deu início ao estabelecimento de um novo modelo de gestão do território que, na análise de Andrade (1995), apresentava características modernas e modernizadoras. Para Mello (2009, p. 159),

Várias questões que até então tinham ficado no discurso e registradas em documentos adquiriram corpo, como foi o caso da própria capital federal interiorana. Este corpo foi forjado a partir de argumentos advindos da ideia de modernidade, que evidenciavam a necessidade de uma intervenção racional a fim de que todo o atraso cultivado no interior do Brasil, pela falta de objetividade e o excesso especulações infundadas, fosse superado.

Nesta perspectiva, o modelo nacional-desenvolvimentista ganha forma e conteúdo, pois estava em curso uma “nova etapa” do processo de industrialização e urbanização. No período da campanha eleitoral, os discursos proferidos por Juscelino Kubitschek não apresentavam a transferência da capital federal como elemento principal. Contudo, a construção de Brasília converteu-se em uma das principais ações de seu mandato presidencial.

A questão da transferência da capital federal, do Rio de Janeiro para o Planalto Central, era debatida desde o século XIX. José Bonifácio já havia defendido esta mudança. Entretanto, foi com a promulgação da Constituição Federal de 1891 que o tema adquire caráter programático. No art. 3º da referida constituição, o texto determinou: “Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal” (BRASIL, 1891).

Este amparo jurídico, em certa medida, possibilitou o aprofundamento de estudos técnicos que balizaram a transferência da capital federal para o interior do país. Para tanto, foi instituída, em 1892, a comissão²¹ responsável pelo levantamento das potencialidades existentes e delimitação da área que abrigaria a nova cidade-capital. A comissão, conhecida como “Missão Cruls”, foi sucedida por outras comissões ao longo da primeira metade do século XX, até a conclusão de um relatório final enviado ao Congresso Nacional para análise e aprovação.

Segundo Mello (2009), esta transferência foi fundamental no processo de promoção da integração do território nacional. Ela propiciou a reorientação da dinâmica dos fluxos no território brasileiro, como forma de suprimir a desarticulação regional presente no território nacional. Para Costa (1992, p. 197),

A antiga ideia geopolítica de que a grande extensão territorial só se torna uma vantagem política e econômica quando associada à ocupação e povoamento adequados, ao mesmo tempo em que o poder central, bem localizado, possa estabelecer relações de coesão eficazes, no todo territorial.

No curso dos movimentos articulados para a integração territorial, a “Marcha para Oeste”, anunciada no final da década de 1930, sobrepôs tempos e espaços desiguais a partir de iniciativas voltadas para a ocupação do território nacional. O objetivo era romper com as estruturas oligárquicas que embaraçavam as tramas políticas voltadas para uma modernização produtiva.

Em um momento posterior e com outra escala de abrangência, a transferência da capital federal para o Planalto Central estava vinculada a uma nova racionalidade administrativa, com vistas ao atendimento das demandas da burguesia brasileira: este segmento pleiteava uma intensificação no processo de integração do

²¹ Esta comissão conhecida como “Comissão Cruls” propôs uma localização para o novo Distrito Federal, que ocupava um quadrilátero Central (“O retângulo Cruls”) e que seria adotado meio século após, quando da decisão de se construir Brasília (COSTA, 1992, p. 199).

território nacional em um momento em que as fronteiras do país deveriam se abrir para o capital estrangeiro. Para tanto, era necessário uma integração mais contundente entre as regiões brasileiras.

Essa integração foi possível a partir da inserção de objetos técnicos que promoveram a articulação do território nacional. Os elementos modernizantes (ferrovias, rodovias, pontes, viadutos) “reduziram” as distâncias entre as regiões brasileiras. As redefinições territoriais desencadeadas pelos investimentos centrados nos interesses da Região Concentrada alteraram os usos do território.

Mas era necessário alterar não somente a estrutura física do país. Outra mudança necessária dizia respeito à mentalidade do povo. Uma nova lógica produtiva demanda não somente objetos, mas ações; coordenadas e percebidas como fundamentais à efetivação de uma nova história territorializada.

Os brasileiros deveriam aderir às ações coordenadas por agentes públicos que apresentavam *slogans* em forma de uma equação: 50 anos em 5 (MELLO, 2009). Agentes públicos “abrigados” por uma nova cidade. Segundo Mello (2009, p. 142),

A nova capital deveria atrair fluxos de pessoas, produtos e serviços, que, por sua vez, justificariam a construção da infraestrutura que permitiria, também, o redirecionamento destes fluxos para outras regiões não ocupadas, que seriam contempladas por programas governamentais de desenvolvimento econômico e povoamento, como foram os casos do POLOCENTRO, do PERGEB, do POLAMANZONIA, do PRODECER, dentre outros.

A nova capital federal – Brasília – era vista como o ponto central de uma estratégia pensada para a construção de uma unidade nacional. Para consolidar este processo, JK fundamentou seu mandato presidencial no programa conhecido como Plano de Metas. Segundo Ianni (1977, p. 152),

O Plano de Metas surgiu da confluência e conjugação dos seguintes processos: a contínua “racionalização” da política econômica governamental, devido à acumulação de experiências na elaboração e execução de planos, programas e projetos; a “despolitização” da técnica de planejamento, nos estudos e debates realizados por economistas e técnicos, tanto no âmbito do governo brasileiro como nas atividades da CEPAL; e o reconhecimento por parte dos empresários e governantes dos países “desenvolvidos”, particularmente os Estados Unidos, de que a participação do Estado nas decisões e realizações ligadas à economia poderia ser uma garantia, em lugar de um risco, para os seus investimentos e suas transações.

Seguindo a análise de Ianni (1977), é possível perceber a participação efetiva do Estado nas metas contidas no Plano do governo: o setor de energia, transporte, alimentação e indústria de base foram os essenciais na construção de Brasília. Entre eles, o setor de transporte e o setor de comunicação possibilitaram a interligação do país.

A composição das redes de transportes e de comunicação no território nacional se desenvolveu primeiramente de forma fragmentada e concentrada. A região Sudeste absorveu parte significativa destes investimentos tendo em vista o dinamismo na economia cafeeira e, posteriormente o processo de industrialização. À medida que a produção industrial se desenvolvia, surgia a necessidade de incorporar outras regiões ao processo produtivo e o caminho para alcançar esta meta era promover o processo de integração nacional.

No entanto, esta intenção estava contemplada no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado desde 1944. Segundo Silva (1945, p. 1829), “desse plano faz parte, como uma de suas linhas-tronco mais interessantes, a Rodovia Transbrasiliana, assim denominada porque atravessa o Brasil, de norte a sul”. De acordo com os estudos realizados pelo autor, Tabela 2, em março de 1944, alguns trechos já estavam construídos e outros seriam implementados.

Tabela 2 – Trechos existentes, por construir e a quilometragem da Rodovia Transbrasiliana, no ano de 1945.

TRECHO	Existente	Por construir	Total
I – Belém – Porto Franco	-	762	762
II – Porto Franco – Carolina	-	133	133
III – Carolina – Pedro Afonso	-	232	232
IV – Pedro Afonso – Tocantínia	-	75	75
V – Tocantínia – Porto Nacional	-	270	270
VI – Porto Nacional – Peixe	-	150	150
VII – Peixe – São José do Tocantins	-	315	315
VIII – São José do Tocantins - Goiânia	343	-	343
IX – Goiânia – Prata	374	-	374
X – Prata – Rio Preto	179	-	179
XI – Rio Preto – Ourinhos	357	-	357
XII – Ourinhos – Artur Bernardes	-	156	156
XIII – Artur Bernardes – Porto União	-	291	291
XIV – Porto União – Marcelino Ramos	-	362	362
XV – Marcelino Ramos - Livramento	-	744	744
Totais	1253	3490	4743
Em %	26,5	73,5	100,0

Fonte: IBGE (1945, p. 1.829-1.836).

Na análise feita por Silva (1945), que apresenta os trechos existentes e por construir, vale ressaltar o trecho VIII, que no ano de 1945 interligava São Jose do Tocantins (hoje a cidade de Niquelândia), à capital do estado (Goiânia), compreendendo 343 km, conforme demonstrado na Tabela 2. Naquela época, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) encontrava-se em franco desenvolvimento. Este trecho, em meados da década de 1940, esboçava uma integração regional conectada a uma intenção nacional.

Em 1949, após cinco anos de implantação do PRN, o Jornal Correio da Manhã editou, no Rio de Janeiro, uma reportagem trazendo informações referentes à construção da Rodovia Transbrasiliana. A matéria destacava o trabalho desempenhado por Bernardo Sayão no processo de integração territorial, bem como seu dinamismo e sua dedicação. A partir de então, ele passou a ser conhecido como “Bandeirante do século XX”. Na reportagem é apresentado um croqui representando o traçado e o sentido da rodovia em construção.

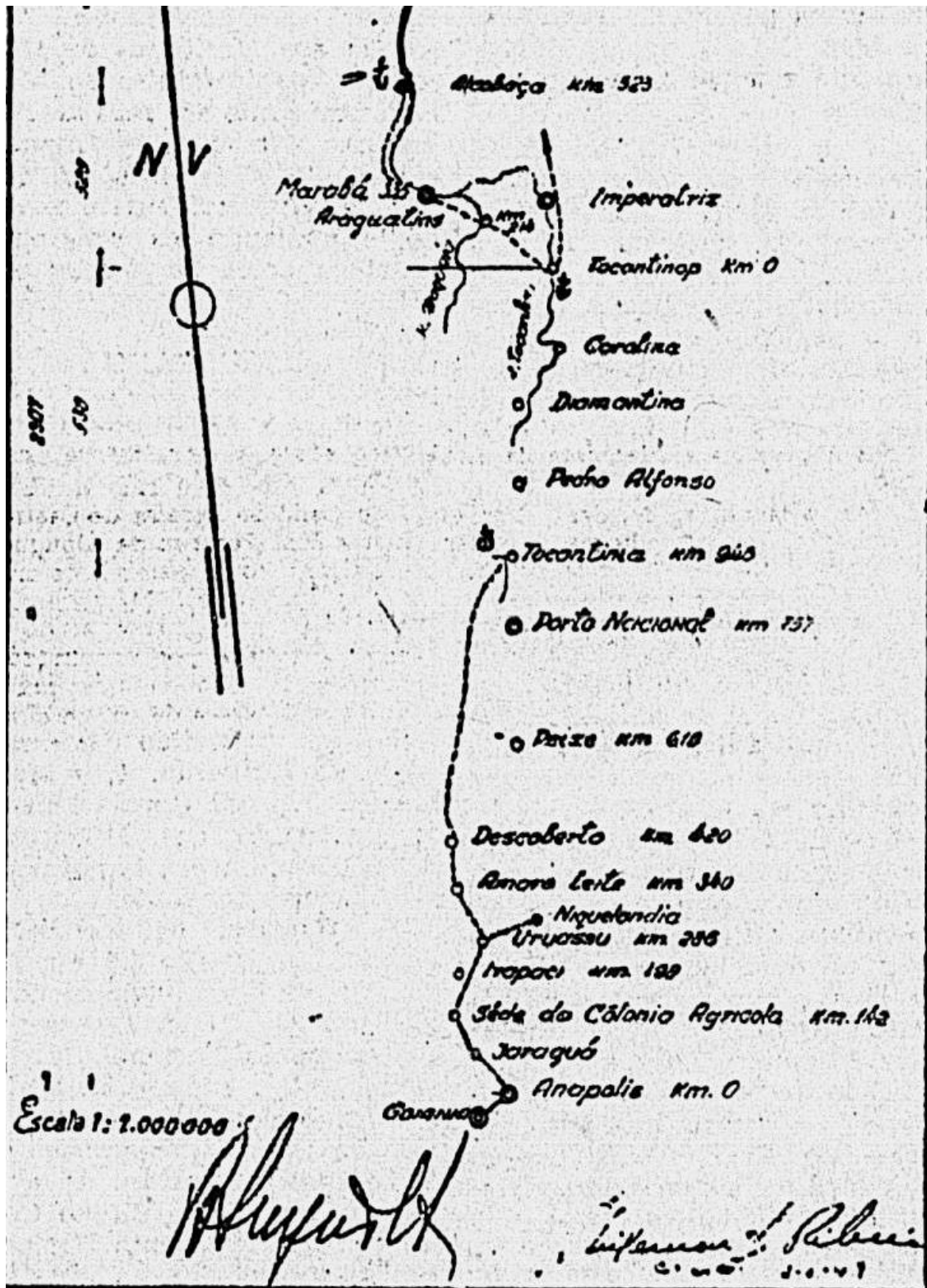


Figura 8 – Traçado da Rodovia Transbrasiliana no ano de 1959, a partir da capital do Estado de Goiás – Goiânia – em direção à região Norte.
 Fonte: IBGE (1945, p. 1.829-1.836).

Este traçado apresenta o eixo rodoviário impulsionador do processo de modernização e integração do território nacional. Com a construção de Brasília, este eixo estruturante torna-se a espinha dorsal utilizada pelo Governo Federal para

prolongar suas próteses em direção à região norte, incorporando-a a dinâmica produtiva comandada pela Região Concentrada.

Nesse sentido, o Governo precisava aprimorar suas estratégias de comando para legitimar sua presença nas regiões incorporadas ao sistema produtivo nacional. Para alcançar essa meta, um dos instrumentos utilizados foi a criação das Superintendências de Desenvolvimento Regional. A primeira a ser criada foi a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – em 1959, no Governo de Juscelino Kubitschek. No decorrer da década de 1960, outras Superintendências foram criadas: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). O presente trabalho aborda questões referentes à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), tendo em vista o desenvolvimento regional desencadeado a partir das intervenções desta Superintendência no Planalto Central, assim como programas inseridos e coordenados pela mesma.

3.2 A SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (SUDECO): PRESENÇA E LEGITIMIDADE DO ESTADO

O desenvolvimento regional brasileiro está vinculado a movimentos articulados por diferentes agentes, que empreenderam ações e elaboraram discursos. O objetivo perseguido era a integração efetiva de “novas” regiões ao sistema produtivo sediado no sudeste do país. Este movimento foi coordenado pelo Estado: o discurso oficial ressaltava a importância de desenvolver as potencialidades existentes nas regiões estagnadas ou deprimidas, tornando-as aptas para a reprodução do capital.

Neste processo, as Superintendências de Desenvolvimento ocuparam lugar de destaque, sendo a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) a primeira a ser criada, por meio da Lei nº 3.692, de 14 de dezembro de 1959. Esta Superintendência tornou-se uma referência para o planejamento regional brasileiro e, durante a gestão do Governo Juscelino Kubitschek, foi um marco na “incorporação progressiva da Região Nordeste e, logo em seguida, da Amazônia, ao

processo de desenvolvimento nacional conduzido pelo governo federal” (SUDENE, 2014).

Após a criação da SUDENE, intensos debates são travados em escalas regional e nacional. Cavalcante (2009, p. 52) destaca que:

Os discursos deflagrados pelos órgãos de Estado tinham como característica colocar a região Centro-Oeste como a grande promessa de desenvolvimento nacional, como se esse espaço geográfico fosse capaz de resolver todos os dilemas brasileiros. Defendia-se que a ocupação do Centro-Oeste mitigaria o problema da pobreza no Nordeste, através da absorção de populações marginalizadas socialmente, que se converteriam em recursos humanos necessários às frentes interioranas de desenvolvimento; ampliaria o mercado consumidor interno, possibilitando a aceleração do desenvolvimento industrial do Sudeste; e ajudaria a equacionar a problemática da minifundialização do Sul do país, presente principalmente em áreas de colonização europeia, a partir da emigração de parte desses agricultores para as áreas de cerrado.

Seguindo esta tendência, a década de 1960 foi marcada pela criação de outras superintendências: SUDAM, SUDESUL, SUFRAMA e a SUDECO, sendo esta última a que mais se aproxima da investigação aqui apresentada.

A SUDECO foi criada pela Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, como uma autarquia vinculada ao Ministério do Interior, cuja área de atuação compreende os estados de Goiás, Mato Grosso e o Território Federal de Rondônia, transformado em estado pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981.

Se por um lado a Região Nordeste era vista como uma “Região Problema”, diante dos graves entraves socioeconômicos manifestados em seu território, a Região Centro-Oeste era avaliada como repleta de possibilidades. Mesmo antes do Plano de Metas e da SUDECO, muitos nordestinos migraram para Unidades Federativas do Centro-Oeste brasileiro em busca de melhores condições de vida.

Desde a década de 1940, o Estado de Goiás recebia nordestinos que se instalavam na capital do Estado – Goiânia – e na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), entre outros municípios goianos. No final da década de 1950 e início da década seguinte, a nova capital federal – Brasília – passou a ser um expressivo ponto de atração de migrantes provenientes do nordeste brasileiro.

Naquele memento, além da mobilidade social, estavam em curso intensos debates geopolíticos e econômicos que marcaram as diretrizes governamentais na década de 1960. No âmbito internacional, vale ressaltar as tensas relações entre Estados Unidos e a União Soviética, além da recuperação econômica da Europa e

do Japão após a Segunda Guerra Mundial. Internamente, o país vivenciava uma crise política que marcou a gestão do presidente João Goulart, entre os anos de 1961/1964, que desencadeou a instalação do regime militar.

Quanto às ações privilegiadas pelos Governos militares de Castello Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici, compreendidos entre 1964 e a década de 1970, Ianni (1977, p. 225-226) destaca:

Reduzir a taxa de inflação; incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal; estimular, sob controle governamental, o mercado de capitais; criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais em todos os setores da produção; estimular a modernização das estruturas urbanas; executar o plano habitacional; criar a indústria petroquímica; estabelecer novos objetivos e criar novos meios na política de ocupação e dinamização da economia da Amazônia; ampliar os limites do “mar territorial”; defender e estimular a indústria do café solúvel; formular uma política brasileira de energia nuclear; modernizar as estruturas universitárias; retomar os estudos sobre reforma agrária; propor o plano de “integração nacional”; etc.

Estas metas contemplavam setores diversos para promover os avanços apresentados pelo ideário desenvolvimentista do regime militar. No bojo das ações empreendidas, a SUDECO, bem como as demais Superintendências, demonstrava a “existência de uma racionalidade dirigida e introduzida como pensamento ideológico dominante” (ABREU, 2001, p. 74).

As atribuições conferidas à SUDECO no art. 2º da Lei nº 5.365 indicam suas prioridades:

- a) realização de programas e pesquisas e levantamentos do potencial econômico da Região;
- b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;
- c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função do seu potencial e da sua população;
- [...]
- e) fixação de populações regionais especialmente no que concerne às zonas de fronteiras;

- f) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;
- g) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;
[...]
- j) aplicação coordenada dos recursos federal da administração centralizada e descentralizada, e das contribuições do setor privado e fontes externas;
[...]
- l) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento, implantação e expansão de infraestrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis;

As metas apresentadas pelos primeiros governos do regime militar – período de 1964-1970 – e as atribuições da SUDECO condizem com os interesses políticos e econômicos: criar e fortalecer estruturas produtivas na região Centro-Oeste, com vistas na incorporação produtiva da Amazônia. Para alcançar os objetivos propostos, os avanços técnicos, científicos e informacionais foram significativos. Para Cavalcante (2009, p. 56),

[a] partir de 1968 a SUDECO incorporou o Plano Rodoviário Nacional, dando apoio técnico à definição das linhas rodoviárias de penetração na região Centro-Oeste e investindo recursos na construção das rodovias BR – 070 e BR – 080, cuja intenção era de permitir a ligação terrestre da Capital Federal às capitais dos estados de Mato Grosso e do Amazonas, respectivamente.

A busca pela integração territorial pode ser vista a partir de movimentos centrífugo e centrípeto, centrados na posição geográfica estabelecida pela capital federal – Brasília. Estava em curso um ordenamento territorial articulado a partir da formação de uma rede urbana mais densa e articulada na região Centro-Oeste. Para tanto, eixos estruturantes eram necessários para materializar o projeto integrador gestado pelo Estado.

Nesse contexto, a SUDECO legitimava a presença do Estado e reforçava o discurso governamental voltado para o desenvolvimento regional. Cavalcante (2009) ressalta que os programas de maior impacto desta Superintendência foram

colocados em prática durante a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1975. Esta afirmação corrobora com as informações apresentadas por Abreu (2001, p. 75),

Segundo relatórios de 1967 e 1968, muitas dificuldades apresentaram-se para a instalação dessa Superintendência: 1º) a falta de pessoal técnico especializado e disponível na região para efetuar as ações de planejamento; 2º) questões políticas para definição de área de atuação; 3º) o “imbróglio” em que se constituiu absorver a Fundação Brasil Central – recebendo seu acervo patrimonial, recursos orçamentários e extra-orçamentários, bem como serviços e 4º) por ter passado a gerir o patrimônio da Fundação Interestadual para o Desenvolvimento dos Vales Tocantins-Araguaia e Paraguai-Cuiabá (FIRTOP), que deveria também ser integrada à SUDECO.

Percebemos que estas dificuldades precisavam ser superadas para que a SUDECO pudesse desenvolver as atribuições que a ela foram atribuídas. Para Santos (1994, p. 143), estas superações demandam uma alteração na configuração territorial:

As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha na base da divisão territorial do trabalho que se impõe. Essas complementaridades fazem com que, em consequência, se criem necessidades de circulação, que vão tornar-se frenéticas, dentro do território brasileiro, na medida em que avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto for grande o número de produtos e a diversidade da produção.

Para viabilizar o desenvolvimento regional, a SUDECO realizou estudos, levantamentos e mapeamentos da região para orientar suas ações. Estas intervenções fizeram parte de “uma política nacional de racionalização da economia, no sentido de responder às necessidades do padrão de acumulação e valorização do capital” (ABREU, 2001, p. 73).

Portanto, durante a década de 1970, é possível perceber o papel da SUDECO na região Centro-Oeste, por meio do lançamento do Plano de Integração Nacional (PIN), do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), do Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO), do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e do Programa de Desenvolvimento da região Centro-Oeste (POLOCENTRO). Estas ações promoveram mudanças conjunturais e

estruturais no país, principalmente, na região em que os Planos/Programas foram implementados. Estas transformações serão analisadas no próximo tópico.

3.3 PLANOS E PROGRAMAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O planejamento econômico no Brasil foi, e continua sendo, marcado por constantes reformulações, sob o argumento de aumentar o grau de eficiência por meio do aprimoramento da racionalidade administrativa.

Desde a era Vargas, o planejamento tornou-se uma ferramenta importante para a gestão pública e, conseqüentemente, os governos posteriores entenderam que o referido recurso era fundamental para esta. Tal tendência foi consolidada na gestão de Juscelino Kubitschek, que, por meio do Plano de Metas, reforçou a importância do planejamento.

Na década de 1960, alguns Planos/Programas orientaram o planejamento governamental. Vale destacar o Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966); o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976) e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970). Estes Planos/Programas contemplaram ações de caráter nacional e impactaram tanto internamente quanto internacionalmente.

Como apresentado, as ações políticas e econômicas do Governo Federal eram articuladas em escalas regionais. No final da década de 1950 e início dos anos de 1960, a SUDENE, assim como as outras Superintendências criadas na década de 1960, concentravam esforços para o Desenvolvimento Regional e, conseqüentemente, a redução das disparidades regionais.

As intervenções promoveram mudanças estruturais e conjunturais corroborando, através de uma progressiva integração do território nacional. Nesse contexto, o Governo Federal criou o Programa de Integração Nacional (PIN) com a promulgação do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Este Programa visava promover uma maior integração da economia nacional, além de dinamizar as regiões compreendidas pela atuação da SUDENE e da SUDAM.

É importante ressaltar que a região Centro-Oeste não estava contemplada neste programa, entretanto, para integrar a Amazônia à Região Concentrada era preciso superar os gargalos existentes nesta região – Centro-Oeste. Naquele momento, a Lei nº 5.365 previa que as áreas sob a responsabilidade da SUDECO e

da SUDAM receberiam estímulos fiscais. Havia uma complementaridade entre estas Superintendências, que exerciam um papel importante no desenvolvimento regional.

Nesta perspectiva, o Governo Médici, por meio da Lei n 5.727, promulgada em 4 de novembro de 1971, apresenta as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), a ser implantado no período 1972-1974. Nesta perspectiva, Mello (2009, p. 162) esclarece que

No período de vigência de Planos e Programas, as atenções estavam voltadas para o espaço público. O espaço e as leis tornam-se elementos estratégicos e indissociáveis na condução das políticas voltadas à gestão do território nacional. Foi na articulação destes dois elementos – o espaço e as leis – que se definiu a equação para o processo de reconfiguração territorial necessária à instauração de um estado de progresso contínuo.

Ao analisar o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, fica evidente a proposta de Integração Nacional. Para efetivá-la, era preciso criar estratégias que pudessem atender às demandas regionais, tendo em vista a relação de complementariedade entre Planos/Programas de abrangência regional e nacional. Entre as ressalvas contidas no I PND, destacamos a de número 4: ela enfatiza que o Plano deveria prever a complementação das rodovias radiais, tendo como ponto de partida a Capital Federal, sediada na porção central do território brasileiro. Para reforçar esta deliberação, promulga-se a Lei nº 5.917, de 10 de dezembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Aviação.

Em meio a esta conjuntura traçada por uma efetiva atuação do Governo Federal, a região Centro-Oeste ganha maior visibilidade, pois era o “meio” para se alcançar o “fim”: incorporar a região Amazônica à dinâmica produtiva nacional, intensificando o processo de descentralização da economia.

A expansão da fronteira econômica possibilitou a convergência de recursos e investimentos a várias regiões do país. No Estado de Goiás, partes desses investimentos estão diretamente relacionados à criação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), cujo objetivo era desenvolver e modernizar a agricultura e pecuária da região.

No início da década de 1970, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (CODEG) divulgou um relatório que continha informações socioeconômicas referentes à economia goiana contexto do PRODOESTE. Este programa foi criado pela Lei Federal nº 1.192, em 8 de novembro de 1971, e buscou incrementar o

desenvolvimento econômico do Sul dos Estados de Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal. No art. 2º da lei 1.192 consta que

O PRODOESTE objetivará a construção imediata de uma rede rodoviária básica, prioritária, conjurada a um sistema de estradas vicinais e a uma rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos, bem como a realização de obras de saneamento geral, retificação de cursos de água e recuperação de terras. (BRASIL, 1971b)

Os recursos destinados ao Programa foram da ordem de Cr\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros) (BRASIL, 1971), divididos da seguinte forma:

- a) Implantação e pavimentação da rede rodoviária básica: Cr\$ 460.000.000,00;
- b) Construção do sistema de estradas vicinais: Cr\$ 50.000.000,00;
- c) Construção de rede de armazéns e silos, usinas de beneficiamento e frigoríficos: Cr\$ 90.000.000,00;
- d) Realização de obras de saneamento geral: Cr\$ 50.000.000,00.

A divisão dos recursos evidencia que aproximadamente 78% do montante disponibilizado ao PRODOESTE foi direcionado ao setor de transportes e o restante ao setor produtivo. A partir da inserção de objetos técnicos ocorreu a modernização das relações produtivas na região. O relatório apresentado pela CODEG (1972, p. 10) delimita a área atendida: “a referida região goiana do PRODOESTE, assim entendida, envolve 171 municípios, somando uma área de 356. 243 Km², ou seja, cerca de 55,48% do território estadual”. O Mapa 06 a seguir destaca a região goiana do programa.

**MAPA 06 – ÁREA DE ATUAÇÃO DO PRODOESTE
ESTADO DE GOIÁS, 1972**



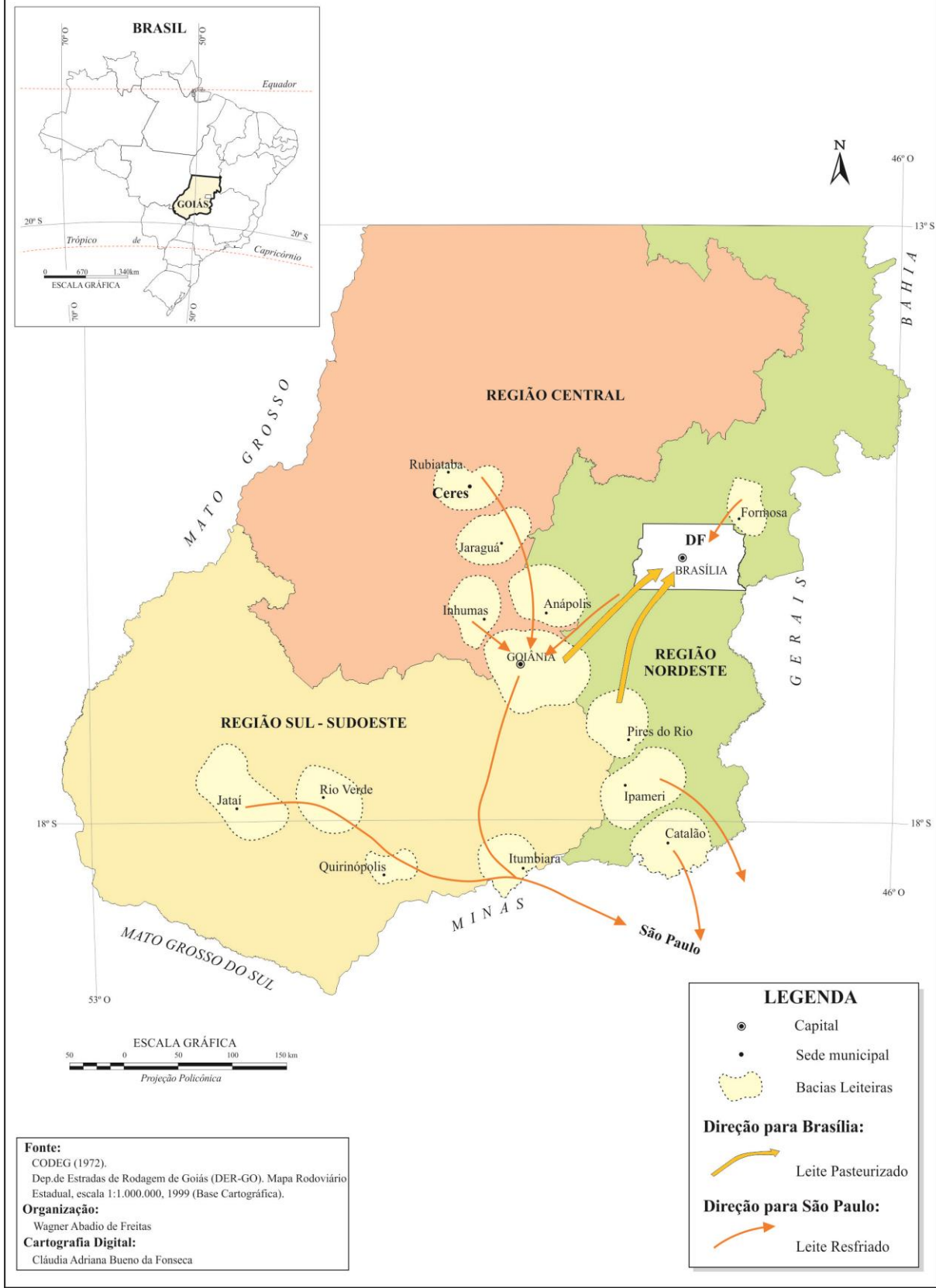
Fonte: CODEG (1972, p. 11).

Entre as três grandes regiões destacadas no mapa, a região Central contempla a Microrregião do Mato Grosso de Goiás²². Nela, está inserido o município de Ceres, que ao longo deste trabalho tem ocupado um lugar privilegiado nas discussões. Nessa perspectiva, o relatório produzido pela CODEG (1972) menciona que dentro do PRODOESTE, planejava-se a execução de obras de drenagem, irrigação e defesa contra inundações nas regiões de Rio Verde, na Região Sul-Sudeste do Estado, em Ceres; e Anápolis-Goiânia, na Região Central.

Os mapas produzidos pela CODEG (1972) contemplam o destino do fluxo de determinados produtos agrícolas. O mapa temático vinculado à Bacia Leiteira (Mapa 07), bem como o de Produção de Milho (Mapa 08), indicam que Ceres ocupava uma posição de relevo na dinâmica econômica do estado de Goiás.

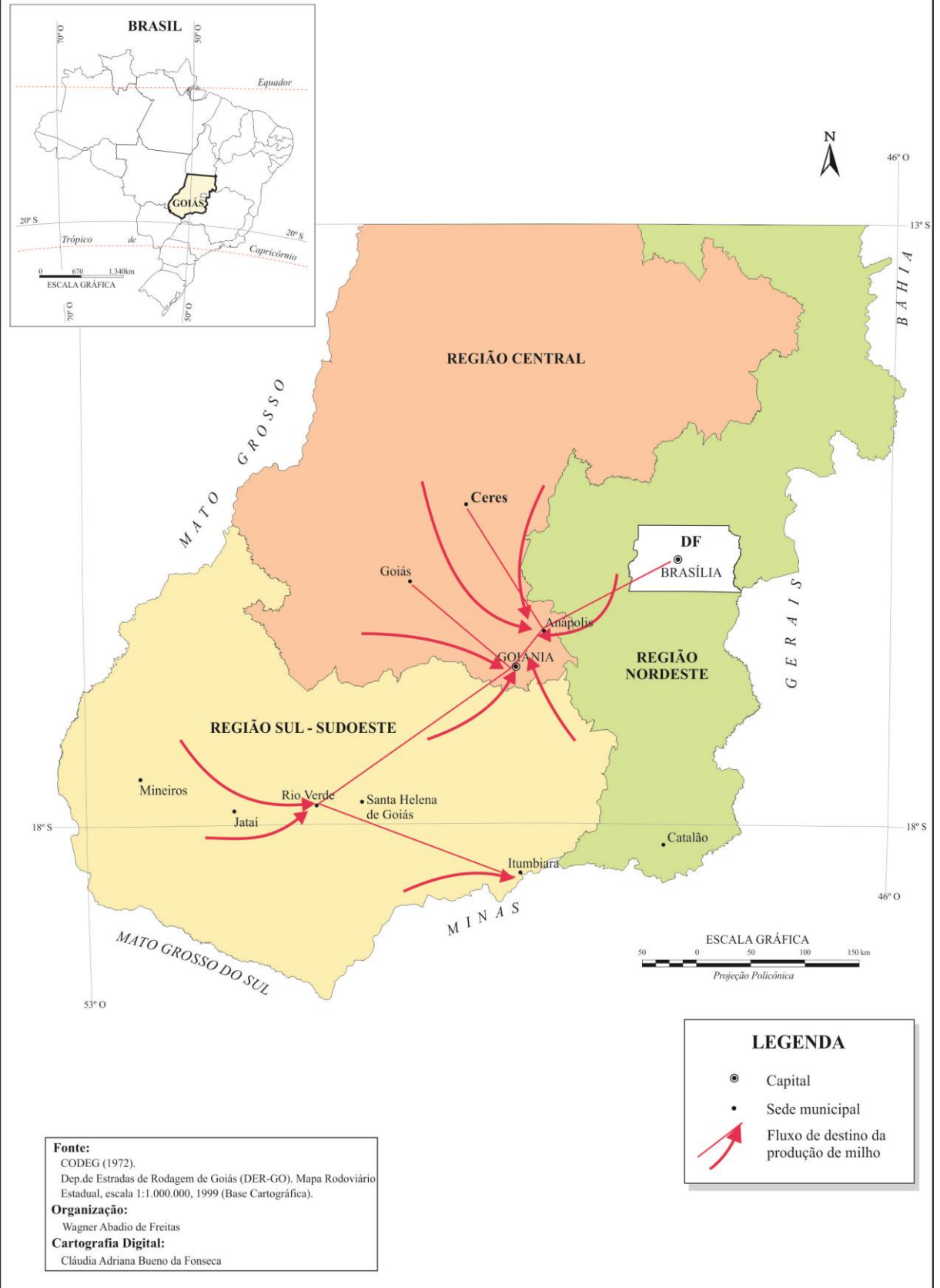
²² O Conselho Nacional de Geografia, em fins de 1966, deu início aos trabalhos no sentido de definir uma nova Divisão Regional do Brasil, em substituição à que vigorava oficialmente desde 1940. [...] O desenvolvimento do país nas últimas décadas, expresso no forte crescimento da população, na expansão urbana e industrial, na ampliação da rede rodoviária, tornava superada a realidade regional apontada no documento oficial. [...] O problema regional do Brasil foi focalizado através de estudos visando, em etapa preliminar, demarcar espaços homogêneos e espaços polarizados. [...] Em função de compromissos inadiáveis firmados com o então Escritório de Pesquisas Econômicas Aplicadas do Ministério do Planejamento (EPEA), no sentido de fornecer subsídios ao Plano Decenal, o Conselho Nacional de Geografia apresentou uma versão provisória de "Regiões Homogêneas" e "Espaços Polarizados", realizado em tempo extraordinariamente curto. Tarefa esta que pôde ser cumprida, graças à experiência acumulada de um grupo de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia, os quais, em suas pesquisas de campo, já reconheceram grande parte do território nacional. O espaço homogêneo, definido como "forma de organização em torno da produção" foi expresso por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos. [...] No trabalho final que agora o Instituto Brasileiro de Geografia lança ao público, podemos notar que: 1) - ficou reafirmado o conceito de espaço homogêneo definido como forma de organização da produção; 2) - o país foi dividido em 361 unidades homogêneas que passaram a ser denominadas Micro-Regiões Homogêneas, sendo 28 na Região Norte, 30 na Região Centro-Oeste, 128 na Região Nordeste, 111 na Região Sudeste e 64 na Região Sul; 3) - a finalidade dessa divisão regional é servir de base para a tabulação dos dados estatísticos, em substituição às antigas Zonas Fisiográficas. (IBGE, 1970, p. VII, VII e IX).

MAPA 07 – BACIAS LEITEIRAS NO ESTADO DE GOIÁS, 1972



Fonte: CODEG (1972, p. 194).

MAPA 08 – FLUXO DE DESTINO DA PRODUÇÃO DE MILHO NO ESTADO DE GOIÁS, 1972



Fonte: CODEG (1972, p. 195).

Além do PRODOESTE, o Ministério do Interior, por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO). As metas previstas abrangiam o biênio 1973/74, e contemplavam o conceito de planejamento dinâmico, compatível com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (BRASIL, 1973). Os principais objetivos eram:

- 1) Crescimento Econômico;
- 2) Crescimento do Setor Produtivo;
- 3) Expansão do Emprego;
- 4) Expansão dos Equipamentos Urbanos;
- 5) Progresso Social e Distribuição de Renda.

Para alcançar os objetivos elencados, o Estado direcionou recursos financeiros aos setores sociais e de infraestrutura. A infraestrutura teve como carro chefe o setor de transportes e a região Centro-Oeste passou a ser vista como “uma das melhores opções para a conquista racional da Amazônia, e a rede básica rodoviária como um dos instrumentos mais importantes na execução desta estratégia de integração nacional” (BRASIL, 1973).

A proposta apresentada pelo PLADESCO para a integração do território nacional era composta por três sistemas rodoviários fundamentais: 1) o Sistema de Penetração; 2) Sistema de Apoio; 3) Sistema Alimentador. O PLADESCO estava diretamente vinculado às ações do Plano Nacional de Aviação, apresentado no ano de 1973.

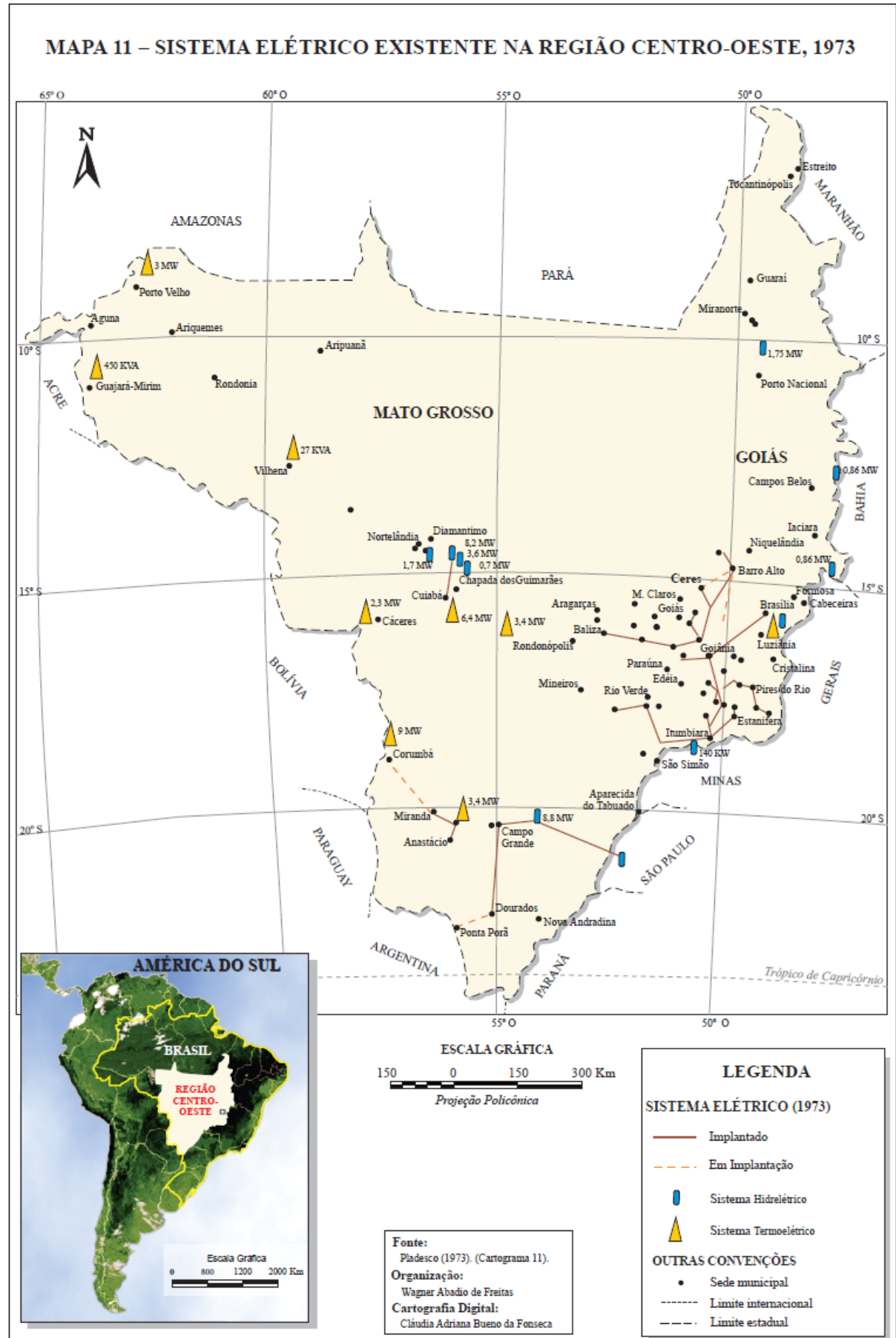
Nesse sentido, o Sistema de Penetração – constituído pelas rodovias longitudinais – evidencia a importância da BR-153 (Belém/Brasília) e da BR-165 (Cuiabá/Santarém), cujas diretrizes implantadas ou projetadas seguem o sentido sul-norte. O Sistema de Apoio, composto pela BR-262 (trecho Três Lagoas/Corumbá) a BR-070 (Brasília/Cuiabá/Cáceres), alguns trechos da BR-060 e da BR-364 e as diretrizes da BR-242, é constituído pelas rodovias transversais e diagonais articuladas com o Sistema de Penetração. A conjugação de sistemas de objetos técnicos, materializados no território da região Centro-Oeste, fez com que esta fosse incorporada pela região concentrada. Os Mapas 09, 10 e 11, a seguir, destacam os Sistemas (Viário, de Comunicação e Elétrico) existentes na região no ano de 1973.



Fonte: PLADECO (1973, p. 69).



Fonte: PLADESCO (1973, p. 72).



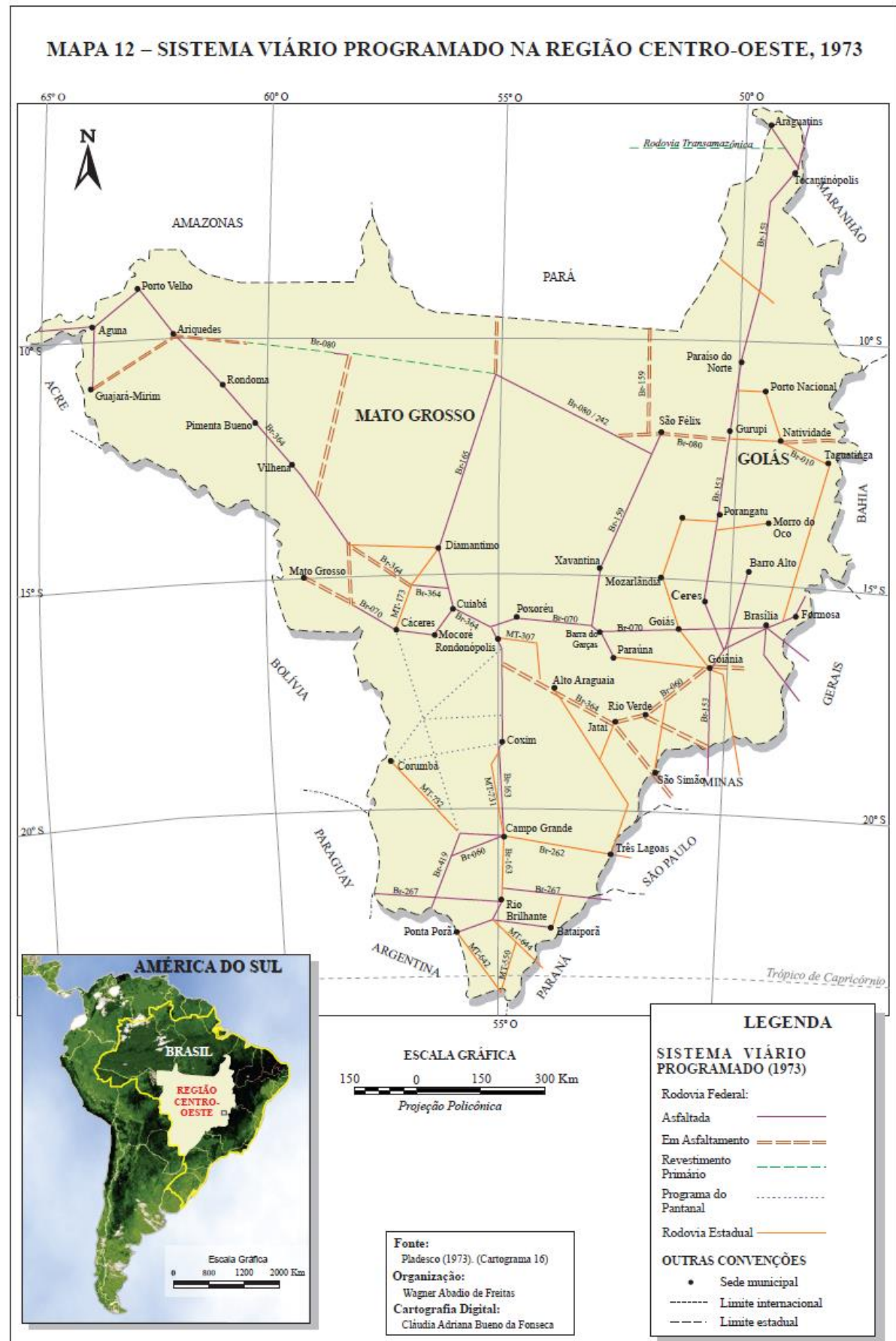
Fonte: PLADESCO (1973, p. 75).

As informações contidas nos mapas permitem inferir que os avanços técnicos foram implementados a partir de bases científicas, com a intenção de viabilizar fluxos de capital, mercadorias, pessoas e de informações relevantes para a gestão de um processo cada vez mais complexo.

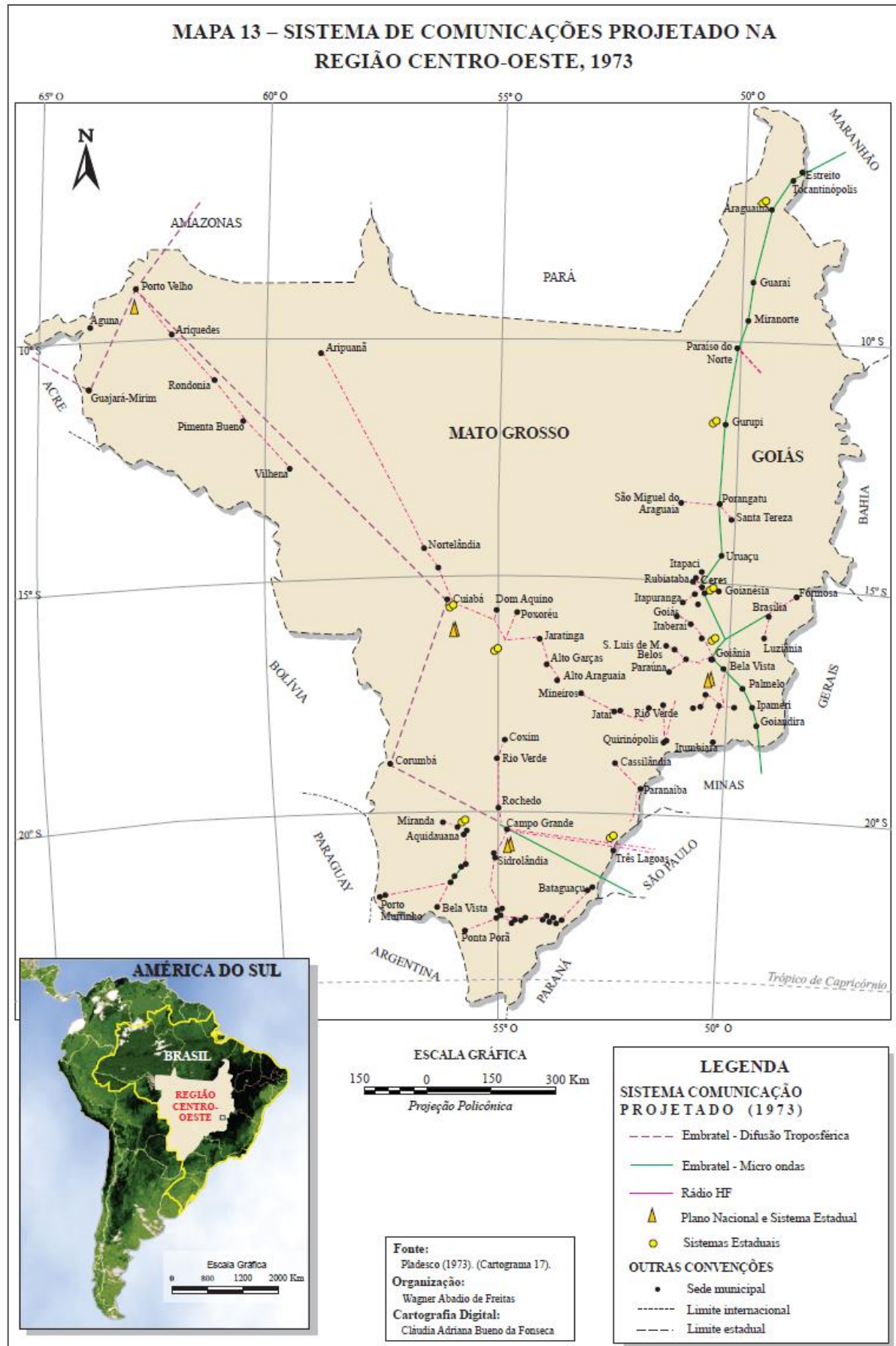
União entre ciência e técnica que, a partir dos anos 70, havia transformado o território brasileiro revigora-se com os novos e portentosos recursos da informação, a partir do período da globalização e sob o égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades de produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 52-53)

Segundo os autores (idem), a constituição do meio técnico-científico-informacional está relacionada com a redefinição dos usos do território. Os objetos técnicos existentes são implementados gradativamente, alterando as relações econômicas, sociais e políticas nas regiões incorporadas à dinâmica produtiva.

Ao compararmos os mapas do Sistema (Viário, de Comunicação e Elétrico) existente com os mapas dos mesmos sistemas projetados, percebemos uma evolução na densidade técnica presente na região Centro-Oeste. Vejam os Mapas 12, 13 e 14 a seguir.

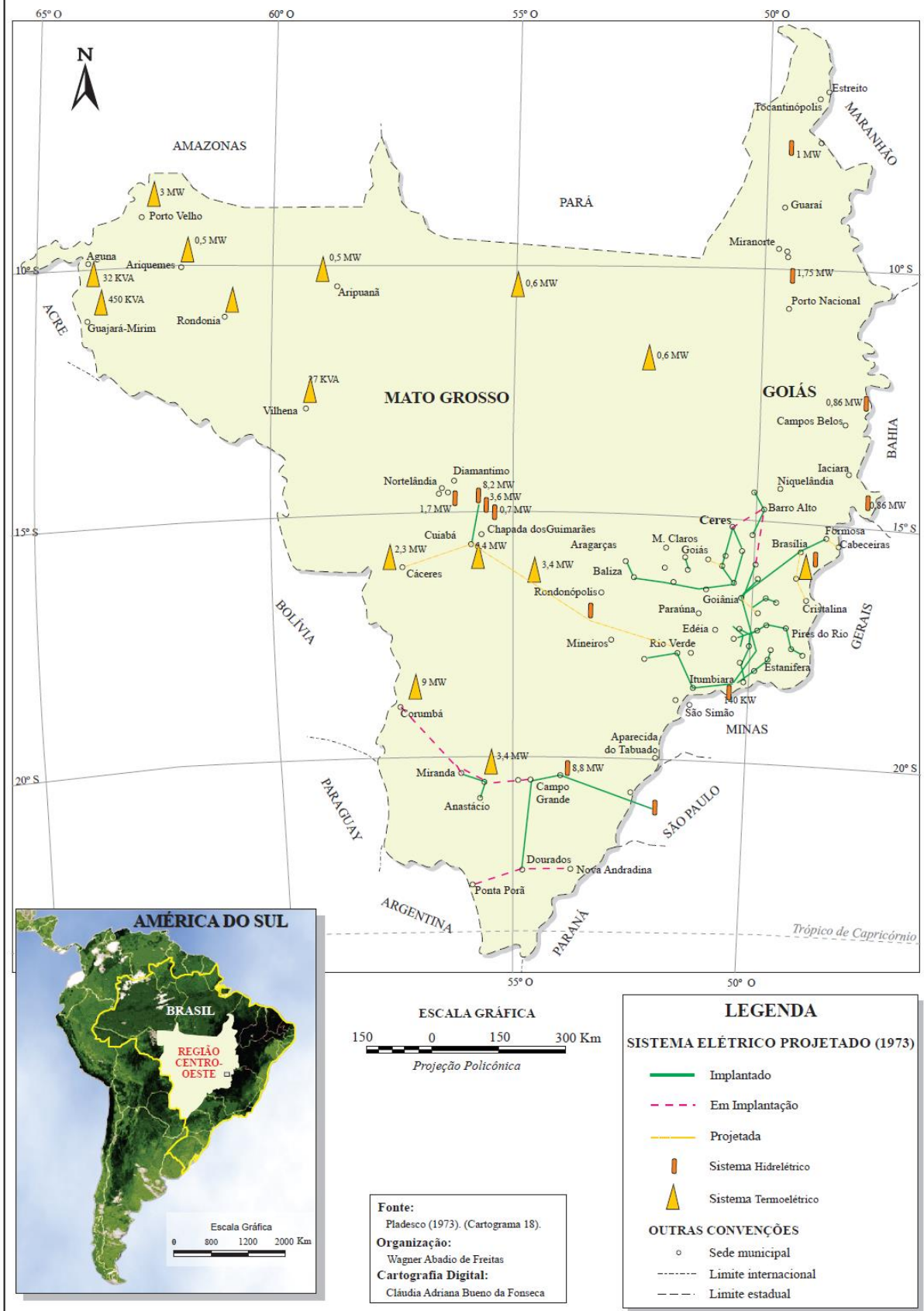


Fonte: PLADESCO (1973, p. 95).



Fonte: PLADESCO (1973, p. 98).

MAPA 14 – SISTEMA ELÉTRICO PROJETADO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 1973



Fonte: PLADECO (1973, p. 99).

A intensificação da densidade técnica possibilitou uma articulação mais intensa na dinâmica produtiva da região Centro-Oeste. A rede urbana em formação tornou-se mais complexa. Este movimento foi marcado por um conjunto de estratégias que atenderam tanto os interesses do Estado, quanto dos grupos políticos e econômicos situados de maneira privilegiada no processo de produção capitalista.

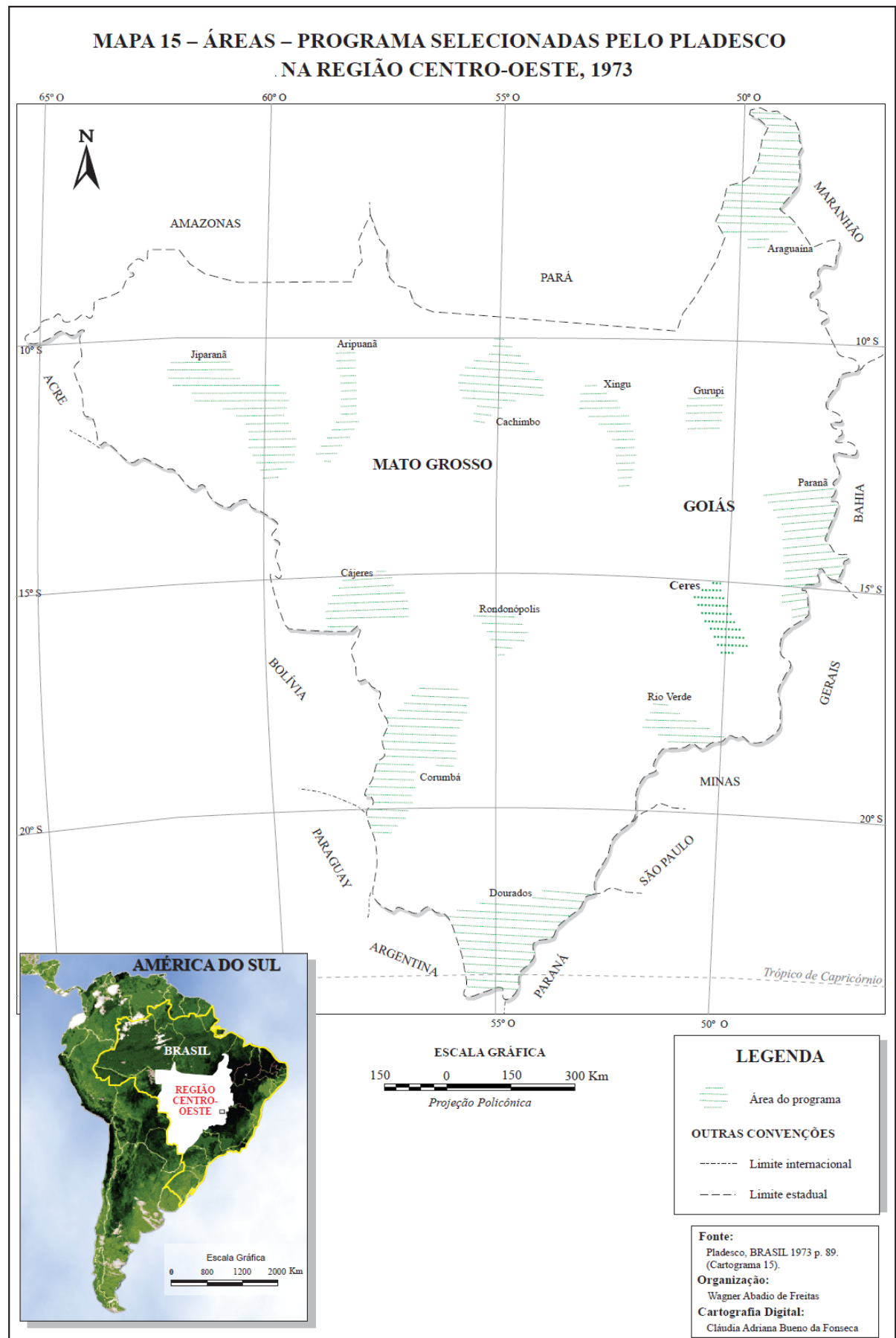
O Quadro 1 a seguir demonstra a relação de complementaridade entre o desenvolvimento regional e o nacional.

Quadro 1 – Compatibilização da programação regional com as prioridades nacionais.

Prioridades Nacionais	Programa Regional	Localização
1 – Integração Nacional	1 – Incorporação de novas áreas de produção	Área de Incentivos
2 – Migrações Internas	2 – Fixação de Populações Desenvolvimento Urbano	Centro-Oeste
3 – Corredores de Exportação	3 – Tecnificação da Agropecuária Industrialização da Produção	Área de Exportação

Fonte: BRASIL. PLADESCO, 1973b.

Para alcançar os objetivos propostos, a partir da compatibilização entre as prioridades nacionais e o programa regional, o PLADESCO selecionou treze Áreas-Programa. Veja o Mapa 15 a seguir.



Fonte: PLADESCO (1973, p. 89).

Das treze Áreas-Programa elencadas, a Área-Programa “Ceres-Anápolis” abrange o recorte espacial proposto na pesquisa em questão. Na apresentação do Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste, está registrado que “a designação da área pela nomenclatura Ceres-Anápolis teve como principal finalidade abranger um espaço geoeconômico maior, orientando-o mais no sentido norte-sul – do que o eixo Brasília/Goiânia poderia entender” (BRASIL, 1973, p. 91).

Esta ligação norte-sul esteve presente na concepção do eixo estruturante da Rodovia Belém-Brasília, hoje BR-153. Esta rodovia foi e continua sendo um eixo de integração e modernização produtiva; bem como de desenvolvimento regional.

Nesse sentido, há uma complementariedade entre PRODOESTE e o PLADESCO, pois ambos possuem diretrizes em comum, principalmente do que diz respeito à inserção de objetos técnicos na região Centro-Oeste. Esta concepção poder ser percebida em um pequeno trecho do documento do PLADESCO:

Para tanto, é necessária a introdução de novas práticas tecnificadas no setor agrícola (tais como utilização intensiva de fertilizantes, mecanização de lavoura, práticas conservacionistas, etc.), bem como a implantação de indústrias de transformação do produto primário. A construção de armazéns e silos, e, ainda, de centros de distribuição regional da produção, serão medidas complementares indispensáveis para se atingir os objetivos programados. De igual forma, a dinamização dos equipamentos urbanos será necessária para atender à demanda crescente das migrações para os aglomerados urbanos existentes na área. (BRASIL, 1973, p. 91)

Estas inovações fizeram parte da conjuntura econômica que o Brasil vivenciou no final da década de 1960 e início da década de 1970, marcada pelo “Milagre Econômico Brasileiro” e pela gênese da Terceira Revolução Técnico-científica, na qual o meio “Técnico-científico-informacional” foi balizador das diretrizes modernizadoras.

Além da conjuntura econômica, é importante ressaltar a mudança demográfica ocorrida no país. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa geométrica média de crescimento anual da população, segundo as grandes regiões do Brasil, apresentou dados importantes referentes à Região Centro-Oeste. No período de 1950/60, a média do crescimento nacional foi de 2,99%, enquanto no Centro-Oeste foi de 5,36%. No decênio seguinte, 1960/70, a média nacional foi de 2,89%, enquanto no Centro-Oeste foi de 5,60% (IBGE, 2001), demonstrando que a região necessitava de investimentos produtivos para atender a demanda crescente da população.

Nessa perspectiva, um conjunto de medidas foi apresentado para conter o fluxo migratório que seguia rumo à Capital Federal. Uma das ações concretas foi a elaboração do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), visto como opção diante dos problemas detectados em Brasília. O propósito e os desdobramentos deste programa serão analisados a seguir.

3.3.1 O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB)

A criação do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB) é resultado de intensos debates ocorridos principalmente no início da década de 1970. Desde a elaboração até a promulgação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), em 4 de novembro de 1971, o Governo Federal externava preocupações quanto ao ritmo de crescimento da Capital Federal e aos impactos que poderiam ocasionar na cidade planejada, caso nenhuma medida fosse tomada.

Corroborando com o pensamento do Governo, no Capítulo III do I PND, no tópico que aborda a “Estratégia de Desenvolvimento – Visão Global” está explícito que

Ao lado das políticas relativas ao Nordeste e Norte, e das medidas em relação ao Centro-Oeste, a Política de Integração Nacional criará a Região Geo-econômica de Brasília, integrando-a no processo de crescimento do Planalto Central e permitindo a sua articulação com as demais macro-regiões do País. Isso se fará, inclusive, pela complementação das rodovias radiais de Brasília - de interligação com as regiões do Programa de Integração Nacional (PIN). (I PND). (BRASIL, 1971a)

Nesse sentido, o governo almejava promover e efetivar medidas em prol da Integração Nacional e regional. Nesse contexto, em setembro de 1972 no “IV ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO” realizado em Brasília, a representação do Distrito Federal defendeu a necessidade de um entendimento técnico e administrativo entre os Governos do Estado de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal, juntamente com organismos federais, com o intuito de propor soluções articuladas para resolver os problemas existentes na Região Geoeconômica de Brasília (DISTRITO FEDERAL – SEG – COSPLAN, 1974).

Após este encontro, em novembro do mesmo ano realizou-se o “I Encontro Regional de Planejamento – Norte/Centro-Oeste”, na cidade de Manaus, e novamente os representantes do Distrito Federal reforçaram a urgência e

necessidade para definir espacialmente os principais polos que iriam compor a Região Geoeconômica de Brasília.

Como resultado deste encontro, criou-se um Grupo Técnico para realizar os estudos da região, e entre os principais pontos apresentados no relatório final, definiu-se a criação de cinco Áreas-Programa, sendo quatro no Estado de Goiás (Eixo Ceres-Anápolis; Área de Influência da BRs 040/050; Área de Mineração e Borda do Paranã) e uma no Estado de Minas Gerais (Chapadões do Paracatu).

Os critérios utilizados para selecionar estas Áreas-Programas pautaram-se: na proximidade do Distrito Federal; na acessibilidade física, possibilitada pelas estradas-tronco e de penetração; nas potencialidades de recursos naturais, notadamente de solos e minerais; na capacidade de absorção de mão-de-obra; na concentração relativa de equipamentos e serviços urbanos básicos e na constituição de áreas prioritárias nos Planos Federal, Regionais e Estaduais de desenvolvimento.

Após uma breve e sucinta explanação dos antecedentes históricos relacionados à criação do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, é relevante esclarecer que a execução deste programa ocorreu na vigência do II PND entre os anos de 1975 a 1979 e que o mesmo contemplava a região na qual a cidade de Ceres está situada. Nessa perspectiva, entende-se que a centralidade exercida pela cidade de Ceres não se limitava apenas à região do Vale do São Patrício, mas sim a um contexto regional ampliado.

Para o economista Paulo Cesar Tim o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília

Deverá, em primeiro lugar, contribuir para evitar o congestionamento demográfico e a desfiguração urbana de Brasília, retendo parcialmente os contingentes migratórios que demandam a capital e evitando atividades estranhas ao caráter político-administrativo-cultural desta cidade. Neste sentido, deverá lançar as bases para a formação da malha urbana básica da Região, cujo modelo se orientará pelo princípio da multiplicação de centros polarizadores interdependentes de médio porte. (SENADO FEDERAL, 1975, p. 41)

Tendo como base as informações apresentadas por Paulo Cesar Tim, é notório que um dos principais objetivos do PERGEB contemplava a questão demográfica como centro das discussões acerca do planejamento territorial de Brasília e era visto como alternativa para minimizar os impactos produzidos pelo intenso fluxo migratório rumo à capital. Se por um lado o PERGEB tinha um caráter

regional, por outro o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) contemplava uma escala nacional.

Com a promulgação da Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) para o período de 1975 a 1979, as ações/intenções deste plano e do PERGEB caminhavam fundadas no princípio da “Multiplicação de Centros Polarizadores”, reforçando a ideia de Polos de Desenvolvimento Regional.

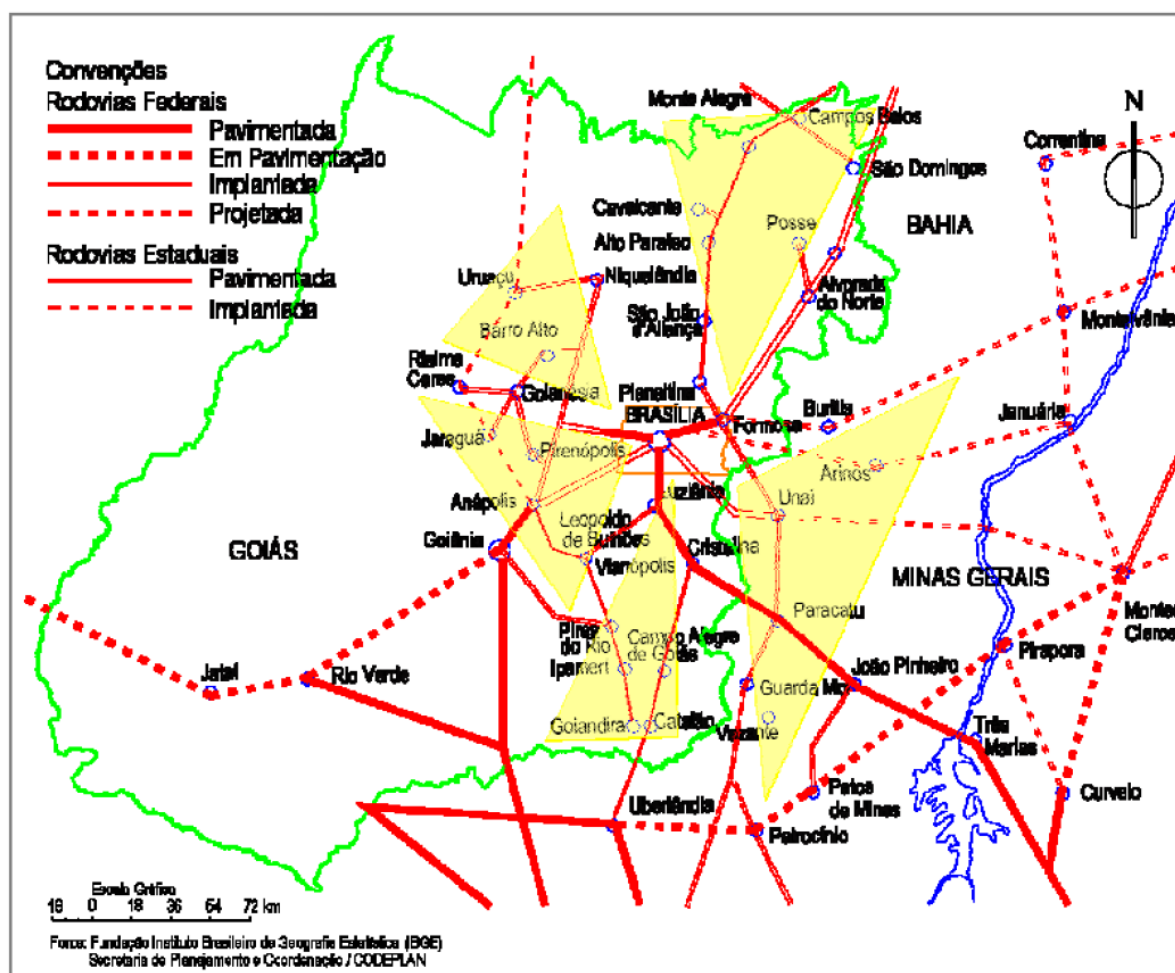
Ao definir e delimitar as cinco Áreas-Programa do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, uma delas o “Eixo Ceres-Anápolis”, resgata-se e reforça-se a importância que este eixo constituiu no cenário nacional.

Nesse sentido, respeitando as devidas proporções que cada cidade exerce na região, a cidade de Ceres que se redefiniu ao longo do tempo, exprimiu e reforçou um legado produzido desde a década de 1940. O grau de polarização adquirido e a centralidade exercida na região foram determinantes para que esta cidade, integrando-se ao eixo rodoviário que a liga até a cidade de Anápolis, tivesse os atributos (produção agrícola, eficiência nos serviços de saúde e educação) necessários para compor um programa elaborado pelo Governo Federal.

Cada Área/Eixo exprime suas particularidades e especificidades, entretanto das cinco Áreas-Programa delimitadas a única que possui a terminologia “EIXO” é a de Ceres-Anápolis e, a partir desta palavra, procuramos entender o significado deste termo. Quanto ao caráter etimológico das duas palavras “Área/Eixo”, a primeira pode ser compreendida como um *“espaço, extensão, lugar, região, superfície, território”*. Quanto à segunda, outros sinônimos podem substituí-la: *apoio, base, estrutura, suporte e centro*. Nesta perspectiva, há diferenças conceituais entre as duas palavras que estão inseridas na mesma lógica, entretanto com funcionalidades específicas e complexas.

Nessa perspectiva, cada Área/Região definida pelo PERGEB possui características e dinâmicas que demandariam um estudo específico de cada uma, tendo em vista a grande extensão territorial contemplada pelo programa que não se limita apenas ao Estado de Goiás. O Mapa16 desenvolvido pelo economista Paulo Cezar Timm durante o “I Encontro de Estudos e Debates” no ano de 1975 destaca as cinco Áreas selecionadas, localizadas em posições estratégicas.

MAPA 16 – REGIÃO PROGRAMA DE BRASÍLIA 1975/1979
(ÁREAS SELECIONADAS)



Fonte: Mello (2009, p. 170), adaptado de Senado Federal (1975).

Das cinco Áreas destacadas no mapa, a que envolve o Eixo Ceres-Anápolis na porção Oeste e Sudoeste de Brasília foi o caminho/direção traçado desde a década de 1940 e que possibilitou o processo de modernização e incorporação do território nacional. Este Eixo, a Rodovia Transbrasiliana / Belém-Brasília ou mesmo a BR-153, como é chamada atualmente, foi e continua sendo um dos principais eixos de ligação do país. É o que veremos a seguir.

3.4 O EIXO CERES-ANÁPOLIS: UMA SOBREPOSIÇÃO DE TEMPOS DESIGUAIS

O Eixo Ceres-Anápolis foi definido na década de 1970 pelo Governo Federal para compor uma das cinco Áreas-Programa estabelecidas pelo PERGEB. As primeiras iniciativas que exprimem a constituição deste Eixo estão diretamente interligadas ao processo de modernização do território nacional que alterou os usos deste e adicionou-lhe novas formas e conteúdos, dando continuidade aos eventos comandados pelos agentes hegemônicos que transversalizam as diversas representações sociais, potencializando as forças produtivas e uma organização espacial específica.

Para Santos (2006), tempo e espaço são indissociáveis e para compreendê-los deve-se analisá-los com sensatez, tendo em vista que outras áreas do conhecimento os categorizam. Para o autor, o “espaço” torna o “tempo” concreto e ainda ressalta que:

Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. (SANTOS, 2006, p. 104)

Estas sucessões de eventos podem ser percebidas a partir de uma perspectiva social, pois à medida que se alteram as formas espaciais e o sistema temporal, ambos se materializam diante de uma realidade em movimento e para compreendê-la recortamos o tempo, dividindo-o em períodos.

Além desta estratégia, para Santos (2006), a empiricização do tempo e do espaço é composta por outra categoria: a técnica. Para o autor, “as técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação” (idem, p. 34).

Cada tempo é composto de técnicas que se materializam no espaço e ganham forma. Esta complementariedade estabelecida entre as categorias tempo, espaço e técnica foram fundamentais na constituição do meio técnico que sobrepôs o meio natural e alterou as relações sociais, políticas e econômicas. Gradativamente, os tempos lentos se transformam em tempos rápidos, pois, o tempo da natureza deixa, em parte, de ser o coeficiente de comando das relações sociais

que são conduzidas por lógicas centradas em normas e padrões pré-estabelecidos pelos centros de comando.

A sobreposição de tempos desiguais nos faz buscar no passado as experiências fundantes de uma nova lógica onde o Estado operacionalizou discursos, programas e planos em prol do processo de modernização produtiva do Estado brasileiro. O discurso da Marcha para o Oeste potencializou este processo e a criação das Colônias Agrícolas Nacionais deu materialidade a este discurso.

Nos capítulos anteriores analisamos estes eventos e focamos principalmente na produção do espaço produzido pela CANG. Com os avanços técnicos e científicos, esta ligação estabelecida entre a CANG e Anápolis se transformou no que podemos denominar de “Eixo Estruturante”, cuja capacidade era integrar e ampliar as ações do poder público e privado na “nova” fronteira econômica emergente no Planalto Central.

Nesse sentido, o tempo, o espaço e a técnica foram sobrepostos dando continuidade ao projeto integrador e modernizante. As sequências cronológicas dos eventos incorporaram os objetos técnicos que são datados em diferentes momentos que alteram as paisagens e intensificam os fluxos, dinamizando o processo de urbanização no domínio dos cerrados.

Estas transformações conduzem às novas concepções. A CANG cumpriu, em certa medida, o legado; e a cidade de Ceres que resgata a ideia de “Deusa dos Cereis” ganhou visibilidade, pois os serviços de saúde, educação e comércio estabelecidos já eram vistos regionalmente como elementos polarizadores.

A estrada que ligava Ceres a Anápolis paulatinamente seguiu seu curso em direção ao Norte do país para cumprir as metas estabelecidas e, ao longo desse processo, ela recebeu várias denominações: “Transbrasiliiana”, “Belém-Brasília” e atualmente BR 153. Apesar dos nomes, temos que compreender o verdadeiro sentido atribuído a esta rodovia que cumpriu e continua cumprindo a função integradora. Esta rodovia, representa parte da interiorização, ocupação e produção do território e pode ser vista como marca tangível da sobreposição de tempos desiguais. As especificidades e funcionalidades adquiridas na década de 1940 foram aperfeiçoadas e a rede urbana regional se tornou mais complexa e dinâmica. Após a construção de Brasília, este “Eixo Estruturante” foi balizador dos fluxos regionais e viabilizou as articulações em escala local, regional e nacional.

A partir deste “Eixo”, as relações socioeconômicas estabelecidas e se tornaram mais complexas. Esta complexidade, acrescida de uma densidade técnica, conjugou ações e acrescentou ao território sistemas de objetos e ações. Para Santos (2006, p. 103), “a cada momento muda o valor da totalidade (quantidade, qualidade, funcionalidade) isto é, mudam os processos que asseguram a incidência do acontecer, e muda a função das coisas, isto é, seu valor específico”. Nesse sentido, resguardando as devidas proporções, as mudanças não eliminam as ações produtoras e dinamizadoras do território, pois

Os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos – verdadeiras “situações” – que são cada vez mais objetos de organização: na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação. Dessa organização vão depender, ao mesmo tempo, a duração e a amplitude do evento. Do nível da organização depende a escala de sua regulação e a incidência sobre a área de ocorrência do evento. (SANTOS, 2006, p. 97)

Esta articulação foi significativa na produção do território goiano, pois a cada evento os sistemas de objetos e ações promoveram uma estrutura de organização social e territorial capaz de reinventar e ressignificar as estratégias produzidas pelos agentes hegemônicos. O Eixo Ceres-Anápolis materializou parte de um processo que teve sua gênese na década de 1940. Este Eixo ganhou representatividade por meio de Planos e Programas executados ao longo da década de 1970 e se entende pelas décadas posteriores, sendo uma veia pulsante no Planalto Central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista do oeste alterou a divisão regional e territorial do trabalho. Por meio dela, novas formas e conteúdos foram adicionados ao território e promoveram mudanças estruturais e conjunturais nas regiões incorporadas à dinâmica produtiva capitalista.

No curso de um intrincado processo, a região do Mato Grosso de Goiás – onde estão localizadas a capital do Estado (Goiânia), a cidade de Anápolis e a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (hoje Ceres) – foi contemplada com a instalação de inúmeros objetos técnicos que redefiniram suas lógicas e relações de produção.

Nesse sentido, foram intensificados os fluxos interregionais e intrarregionais, tornando as relações mais densas e complexas. Para tanto, o Governo Federal implementou normas que redimensionaram o papel do Estado no território nacional. Por meio do Decreto Federal nº 3.059, foram criadas as Colônias Agrícolas Nacionais a qual redefiniu os usos do território e apresentaram metas a serem atingidas.

Estas metas condicionaram o uso da terra e estabeleceram a oferta de serviços de saúde e educação aos colonos e pioneiros que migraram para a região: estavam sendo implantados os serviços e equipamentos que, na atualidade, justificam a centralidade de Ceres no território goiano e que nos ajudam a compreender o questionamento apresentado no início da pesquisa.

Os investimentos produtivos, a infraestrutura instalada e uma racionalidade administrativa pautada em normas e ordenamento do território, promoveram a configuração territorial presente na cidade de Ceres. As ações políticas, econômicas e sociais desenvolvidas pelos empreendedores que se instalaram na CANG possibilitaram uma refuncionalização administrativa que marcou a transição político-administrativa entre a CANG/CERES e deu continuidade ao processo de polarização e centralidade exercida na região do Vale do São Patrício, sendo referência na prestação de serviços de saúde e educação, além de outras atividades terciárias ofertadas pela cidade de Ceres.

Quanto à vocação agrícola que marcou a incorporação do território da CANG, vários fatores alteraram esta dinâmica: o surgimento/emancipação de municípios que anteriormente compunham este território, reduzindo a área agricultável;

limitações morfológicas para o incremento de uma agricultura mecanizada e fortalecimento de atividades terciárias, principalmente os serviços de saúde e educação.

Outro fator relevante foi a evolução da infraestrutura viária que conectou a cidade de Ceres a outros centros econômicos mais dinâmicos, sendo determinante neste processo de integração. A construção da Rodovia Transbrasiliana, hoje a BR 153, ganhou destaque nacional por ser uma das “espinhas dorsais” do território brasileiro, interligando o país de Sul a Norte e, ao mesmo tempo, sendo caracterizada durante o PERGEB como “Eixo Ceres-Anápolis”.

O processo de modernização promoveu a inserção de objetos técnicos vinculados a um ideal de integração nacional proposto pelo Estado nacional desenvolvimentista. Esta integração ocorreu de forma processual e se intensificou com a mudança da capital federal para o Planalto Central, promovendo uma maior interdependência entre as regiões.

As normas estabelecidas pelos Planos e Programas desenvolvidos pelo Estado foram balizadoras nas mudanças estruturais e conjunturais do território goiano. O Plano Salte, o Plano de Metas, os Planos Nacionais de Desenvolvimento, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, além de outros não mencionados neste trabalho, são produtos do planejamento governamental, que buscou superar os obstáculos naturais, políticos e econômicos que inibiam a modernização do território nacional.

Os usos do território foram redefinidos e as “novas” regiões incorporadas pelos agentes hegemônicos passaram por mudanças significativas. O meio natural foi transformado em meio técnico, científico e informacional, sendo cada vez mais instrumentalizado e racionalizado. Com a inserção da ciência, da tecnologia e da informação, foi possível dar mais fluidez, flexibilidade e mobilidade ao capital frente às dinâmicas territoriais que se estabeleciam no domínio dos cerrados, além de prolongar os avanços da fronteira agrícola em direção à Amazônia.

A sobreposição de tempos desiguais adicionou ao território uma nova paisagem, intensamente humanizada. As ações da SUDECO, do PRODOESTE e do PLADESCO, além de outros Planos e Programas, conduziram intervenções que culminaram com a intensificação do processo de urbanização em áreas do cerrado.

Os debates envolvendo os Planos Nacionais de Desenvolvimento – I PND e II PND – corroboram com este cenário, que ao fim da década de 1970 deu sinais de esgotamento. A “empiricização do tempo” (SANTOS, 2004, p. 30) foi percebida pelos eventos presentes no território. Entretanto, este tempo já não é mais o mesmo: a paisagem mudou, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás se transformou e o espaço urbano ceresino se reinventou. Nesse sentido, os embates, os conflitos e as contradições conduzem novas trajetórias.

Nessa perspectiva, chegamos ao limite temporal proposto, cujas transformações espaciais materializadas no território deixam marcas indeléveis. Contudo, o jogo travado entre o tempo, o espaço e as técnicas é redefinido incessantemente e pode revelar outras possibilidades que nos ajudam a compreender a produção social do território.

REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Matogrossense: contexto, propósito e contradições**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ANDRADE, M. C. Formação Territorial do Brasil. In: **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.

ANDRADE, N. L. **Reforma Agrária: Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)**. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2006. 144p.

ARQUIVO ICONOGRÁFICO – **Câmara Municipal de Ceres**. Imagens digitalizadas (2013).

ARQUIVO PARTICULAR – **HOSPITAL SÃO PIO X**.

AZEVEDO, V. M. R. **Marcha para o Oeste: direito à propriedade ou sujeição ao trabalho?** v. 3, n. especial. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1989. p. 93-117.

BORGES, A. **Luz que emana de uma vitória: Chesp 50 anos**. Goiânia: Gráfica e Editora Formato, 1999. 76p.

BORGES, B. G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: Ed. UFG, 2000. 172p.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto Lei 2.009, de 9 de fevereiro de 1940. Dá nova organização aos núcleos coloniais. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2009-9-fevereiro-1940-411911-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941a. Dispõe sobre a criação das Colônias Agrícolas Nacionais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941b. Cria a Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6882-19-fevereiro-1941-333219-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto Lei 15.093, de 20 de março de 1944. Aprova o "Plano Rodoviário Nacional" e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-15093-20-marco-1944-460172-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto Lei 27.091, de 17 de dezembro de 1949. Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Hidroelétrica São Patrício. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-27091-25-agosto-1949-458025-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto Lei 1.806, de 7 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto Lei 3.692, de 16 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei 5.365, de 4 de dezembro de 1967. Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências. /Há veto/ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5365-1-dezembro-1967-359109-norma-pl.html>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto-Lei 1.106, de 17 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1106-16-junho-1970-375379-norma-pe.html>>. Acesso em: 4 nov. 2014.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei 5.917, de 12 de setembro de 1973a. Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5917-10-setembro-1973-358077-norma-pl.html>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei 6.151, de 6 de dezembro de 1974. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6151-4-dezembro-1974-357400-norma-pl.html>>. Acesso em: 7 nov. 2014.

BRASIL, Senado Federal – Secretaria de Informação Legislativa. Lei 5.727, de 4 de novembro de 1971a. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120837>>. Acesso em: 27 out. 2014.

BRASIL, Senado Federal. Decreto-Lei 1.192, de 8 de novembro de 1971b. Cria o Programa de Desenvolvimento do Centro - Oeste (PRODOESTE) e dá outras providências. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120842>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste – PLADESCO**. Ministério do Interior, SUDECO, Brasília, 1973b.

CARDOSO, F. M. C. **Cluster de saúde de CERES (GO):** um resgate do seu processo de formação e expansão. 200f. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 590p.

CASTILHO, D. **A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização de Goiás:** território em movimento, paisagens em transição. 188f. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

CAVALCANTE, M. A. **A concepção e a atuação dos programas da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – no território goiano (1975 – 1985)**. 135f. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Sócio-ambientais – IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

CLAVAL, P. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979. p. 248.

CODEG – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás. **A Economia Goiana no PRODOESTE**. Goiânia. 1972.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997. 304p.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica:** discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec, 1992. 374p.

DAYREL, G. E. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás**: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste. 163f. 1974. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Letras, em convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP) – Faculdade de Educação, Departamento de Didática, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1974.

DISTRITO FEDERAL – SEG – COSPLAN. **Região Geo-Econômica de Brasília**: ideias e ação. Elaborado especialmente para a 1ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Distrito Federal, julho de 1974.

ESTERCI, N. **O mito da democracia no país das bandeiras**. 1972. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, UFRJ, 1972.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004. 238p.

FAISSOL, S. **O “Mato Grosso de Goiás”**. Rio de Janeiro: IBGE; CNG, 1952. 140p.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001. 913p.

FERREIRA, I. C. B. Expansão da fronteira agrícola e urbanização. In: LAVINAS, L. (Org.). **A urbanização da fronteira**. v. II. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, 1986. p. 1-26.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_05&pagfis=47046&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

GOIÁS, Governo do Estado. Lei nº 8.842, de 10 de junho de 1980. Dispõe sobre a criação do município de Nova Glória. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1980/lei_8842.htm. Acesso em: 9 abr. 2014.

_____. Lei no. 13.137, de 21 de julho de 1997. Dispõe sobre a criação do município de IPIRANGA DE GOIÁS e dá novas providências. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1997/lei_13137.htm. Acesso em: 9 abr. 2014.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 324p.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 316p.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 316p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais.** – Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 63 p.

BGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca do IBGE.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>> Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. **Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas 1968.** Rio de Janeiro, 1970. 564p.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** 1957-1964. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=227295>. Acesso em: 9 abr. 2014.

_____. **Revista Boletim Geográfico**, ano II, nº 24, p. 1.829-1.836, março de 1945. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1945_v2_n24_mar.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2014.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Coordenadoria Regional do Centro-Oeste – CR – 04. **Relatório Final dos Trabalhos realizados pela comissão designada pela ordem de serviço CR-04/G Nº 14/72 em Ceres – Estado de Goiás.** Titulação dos Lotes Remanescentes do Ex-Núcleo Colonial de Ceres e Levantamento Fundiário da Área do Município. 1974.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178p.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001. 144p.

MACIEL, D. P. **Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sociocultural e econômico nacional.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

MARTINS, J. S. **Frenteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. 187p.

MELLO, M. **Brasília e Águas Lindas de Goiás**: a loucura e a razão no processo de produção de um território. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec e Polis, 1998. 392p.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002. 198p.

OLANDA, E. R. **Sanclerlândia-GO**: do Povoado do Cruzeiro às novas centralidades. 2010. Tese (Doutorado em Ciências e Tecnologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, E. C. As imagens de Goiânia na Literatura Mudancista. In: CHAUL, N. F.; DUARTE, L. S. (Org.). **Cidades dos sonhos**: desenvolvimento urbano em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 2004. p. 137-202.

PENHA, A. E. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1993. 123p.

PEREIRA, L. C. B. Do Estado patrimonial ao gerencial. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Org.). **Brasil um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 222-259.

PESSOA, J. M. A Colônia agrícola nacional de Goiás no aprendizado da itinerância. In: NEVES, D. P. (Org.). **Processo de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 175-192.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

REYDON, B. P. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil: uma necessidade urgente. In: RAMOS, P. et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. p. 226-262.

RICARDO, C. **Marcha para Oeste**: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil. 3. ed. Coleção Documentos Brasileiros. Vol. I e II. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959. 585p.

SANTOS, C. J. O. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005. 237p.

SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2005. 176p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 260p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século 21**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 473p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1994. 190p.

SAQUET, M. A. (2007). **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200p.

SAYÃO, L. **Meu pai, Bernardo Sayão**. 4. ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984. 512p.

SENADO FEDERAL. **I Encontro de Estudos e Debates: o II PND e os programas de desenvolvimento da Região do Distrito Federal e do Centro-Oeste**. Comissão de Assuntos Regionais, 1975.

SILVA, M. M. F. A Rodovia Transbrasiliana. **Revista Boletim Geográfico**, ano II, nº 24, p. 1829-1836, mar. 1945. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1945_v2_n24_mar.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2014.

SILVA, S. D. **Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do Rio das Almas em Goiás (1949-1059)**. 238f. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SINGER, P. Evolução da economia e vinculação internacional. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Org.). **Brasil um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 78-131.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. G.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008. p. 77-116.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 2008. 161p.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: _____ (Org.). **Textos e contexto para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001. 311p.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/sudene#instituicaosudene>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

TEIXEIRA, P. L. **Memórias**. Autobiografia. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973. 313p.

VAINER, C. B. Da mobilização para o trabalho à política social – uma reflexão acerca da evolução das políticas de localização da população. **Caderno PUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, p. 9-28, jan./abr. 1989.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 307p.

WHITAECKER, A. M. Centro urbano e centralidade urbana. In: _____. **Restruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto – SP**. 2003. 223f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. f. 121-223.

WYSE, F. A.; O. F. M. **No coração do Brasil** – ensaio da história dos Quarenta Anos (1943-1984) da Custódia do Santíssimo Nome de Jesus em Goiás. Petrópolis: Vozes, 1989.